

Complexo de
Germano,
Minas Gerais



SAMARCO MINERAÇÃO S.A.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO, RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

SAMARCO



SAMARCO MINERAÇÃO S.A.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Nesta publicação, nós, da Samarco, apresentamos as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, com suas respectivas notas explicativas, informações adicionais e esclarecimentos da administração.

Com 42 anos de experiência, a Samarco Mineração S.A. é a mineradora brasileira de capital fechado, uma *joint venture* controlada em partes iguais por dois acionistas – BHP Billiton Brasil Ltda. e Vale S.A. Até novembro de 2015, a mineradora havia se tornado uma das maiores exportadoras do Brasil quando, em 5 de novembro de 2015, suspendeu suas operações devido ao rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/MG. Esse fato impactou a vida de milhares de pessoas e o meio ambiente ao longo da bacia hidrográfica do Rio Doce, nos estados de Minas Gerais (MG) e do Espírito Santo (ES), marcou a trajetória da Companhia e não será esquecido.

A partir de então, a Samarco pauta suas ações no compromisso com a reparação dos impactos e, sobretudo, nos aprendizados e experiências adquiridos. A mineradora planeja a retomada gradual de suas operações com foco em um novo modelo de atuação, com novas tecnologias que ampliam a segurança e buscam a sustentabilidade do negócio.

As ações de reparação e compensação de danos ambientais e sociais estão sendo conduzidas pela Fundação Renova, instituição privada, autônoma e independente, que iniciou suas atividades em 2016, como parte do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta ("TTAC") e, posteriormente, do Termo de Ajustamento de Conduta Governança ("TAC Governança"), homologado em 2018. Ao todo, 42 programas socioambientais e socioeconômicos estão em andamento e receberam, em 2019, recursos no montante de R\$ 2,99 bilhões.

Registra-se que a Samarco é responsável por financiar a Fundação Renova. Os recursos acumulados aplicados na instituição somam R\$ 7,9 bilhões até o final de 2019 e o passivo provisionado pela Samarco em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 12,2 bilhões para desembolsos futuros. Cabe pontuar, ainda, que o escopo, prazos e custos previstos para os programas de reparação são estimados e sujeitos a mudanças, uma vez que dependem da conclusão de estudos, planos de ação, revisão dos programas e, também, do resultado de decisões judiciais.

Ressalte-se ainda que, após o esgotamento dos recursos próprios, em função da paralisação das atividades, a Samarco recebeu financiamento de seus acionistas, por meio da subscrição de debêntures emitidas pela Samarco, para cobrir a necessidade de capital de giro e despesas com as ações de reparação e compensação que fazem parte dos programas do TTAC. Os aportes à Fundação Renova vêm sendo realizados diretamente pelos acionistas, nos termos do TTAC.

Entre as atribuições da Fundação Renova, estão a execução e gestão de programas como o de reassentamentos e monitoramento de água. Destaca-se que, em 2019, foram iniciadas as obras no reassentamento de Bento Rodrigues, localidade impactada em Minas

Gerais, incluindo infraestrutura e moradias. Em Paracatu de Baixo (MG), registrou-se o início das fundações das casas e intervenções de infraestrutura e, em Gesteira, o terreno para a construção das casas foi adquirido e o projeto conceitual está em andamento. Sobre a gestão hídrica, os 92 pontos de monitoramento dos cursos d'água impactados mostram que a água bruta do rio Doce pode ser consumida após o devido tratamento. De acordo com o Relatório de Consolidação de Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana (ARSH), divulgado em dezembro de 2019, não há metais decorrentes do rompimento da barragem do Fundão que representem risco toxicológico à saúde humana. Por isso, não há limitação de atividades agropecuárias nem consumo de água (desde que tratada). Ressalte-se ainda o incremento no orçamento para ações de reparação da Fundação, que estima-se para 2020 um total de R\$ 4,68 bilhões.

Juntamente com os avanços na reparação, nos últimos quatro anos, a Samarco dedica atenção especial às atividades de segurança de suas estruturas geotécnicas, atendendo não somente às normas brasileiras, mas também a requisitos internacionais mais rigorosos. O Sistema Integrado de Segurança, que conta com o Centro de Monitoramento e Inspeção (CMI), é constantemente aperfeiçoado. Em 2018, esse sistema contava com 600 equipamentos e, em 2019, o número foi ampliado para 840 instrumentos de última geração. Reforçamos que o CMI funciona 24 horas por dia, sete dias por semana, e conta com uma equipe técnica especializada e inspeções em campo. Também foram realizados simulados de emergência nas cidades de Mariana, Barra Longa, Matipó (MG) e no Complexo de Ubu (ES), no ano de 2019.

Até dezembro de 2019, cerca de R\$ 383,7 milhões foram destinados às obras robustas de engenharia, seguindo recomendações de auditorias técnicas independentes. Registre-se que, no segundo semestre do último ano, a Samarco contratou, por meio de um Termo de Acordo com Ministério Público do Estado de Minas Gerais, um auditor externo para acompanhar todo o processo de retomada das operações, garantindo assim mais transparência ao processo.

Como resultado das medidas adotadas, todas as estruturas geotécnicas da empresa encontram-se estáveis, são monitoradas permanentemente e possuem Declaração de Condição de Estabilidade (DCE), documento recentemente validado, em março de 2020, e que atesta o atendimento a requisitos e normas de segurança.

Paralelamente, a Samarco investe no processo de retomada gradual de suas operações e espera voltar a contribuir com as economias dos estados onde atua - Minas Gerais e Espírito Santo. Ao longo de sua história, a empresa desempenhou um papel importante na economia. Em 2015, ocupou a 12ª posição entre as empresas que mais exportaram, era vice-líder no mercado transoceânico de pelotas de minério de ferro, com capacidade de produção de 31,5 milhões de toneladas e com receita equivalente a 6,4% do PIB do Espírito Santo e a 1,5% do PIB de Minas Gerais. Dessa forma, o reinício operacional da empresa também representa um passo positivo em direção à reparação total, pois é focado na economia local, gerando oportunidades de emprego e renda e receita fiscal.

As ações realizadas pela empresa em 2019 evidenciam o compromisso com a sociedade e, sobretudo, com um novo modelo de atuação. Entre os avanços da Samarco em 2019, destaca-se a obtenção da Licença Operacional Corretiva (LOC) para suas atividades operacionais no Complexo de Germano. A LOC foi aprovada em 25 de outubro de 2019 pela Câmara de Atividades Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM). Assim, a Samarco possui atualmente todas as licenças ambientais necessárias para reiniciar suas operações.

Entretanto, reafirmando seus valores, a mineradora optou por retomar as atividades somente após a implementação de um novo Sistema de Disposição de Rejeitos, incluindo o Sistema de Filtragem. Com esta decisão, as atividades relacionadas à extração de minério de ferro, às plantas de beneficiamento em Germano, Mariana (MG), e à planta de pelotização no Complexo de Ubu, em Anchieta (ES), apenas ocorrerão após a implementação do Sistema de Filtragem, cujas obras foram iniciadas no final de 2019 e têm prazo estimado de um ano. Elas continuam em andamento com o suporte financeiro dos acionistas e somam aproximadamente R\$302,5 milhões.

Sobre o sistema de disposição de rejeitos, cabe aqui destacar outro marco de 2019, as obras de preparação da cava Alegria Sul. Estes trabalhos de preparação começaram em outubro de 2018 e foram concluídas em maio de 2019, sem um único acidente registrado no local. Na primeira etapa, as obras executadas foram para a preparação do espaço, atualmente com capacidade estimada para receber 9,7 milhões de metros cúbicos de rejeitos. Na segunda etapa, foi realizada a montagem eletromecânica do sistema de bombeamento, totalizando um investimento de R\$ 192,4 milhões. Estima-se atualmente que a cava Alegria Sul receberá 20% do volume de rejeitos, sendo os outros 80% filtrados e empilhados. A água retirada desse processo será reutilizada na produção, reduzindo a necessidade de captação externa e aumentando a eficiência hídrica da empresa.

Após a finalização do Sistema de Filtragem, a mineradora voltará a operar de forma gradual. Inicialmente está previsto o uso de um dos três concentradores, do mineroduto 2 e da quarta usina de pelotização, por ser a usina de maior eficiência operacional.

Além das obras de implantação do sistema de filtragem para a retomada, a empresa continuou investindo em seu Plano de Prontidão Operacional. Ao longo dos anos, a Prontidão Operacional vem garantindo a manutenção e a conservação adequada dos ativos produtivos para que empresa esteja preparada para a retomada das operações. Até dezembro de 2019, foram destinados cerca de R\$ 69,8 milhões para ações como: a montagem do sistema de correias da bancada da mina, reparo do moinho de bolas do concentrador 3, passagem do PIG instrumentado (dispositivo para inspeção, limpeza e manutenção) no mineroduto 2 e trabalhos de preparação para a quarta usina de pelotização.

Ainda sobre os fatos de 2019, cabe destacar as mudanças na legislação ambiental e regulatória implantadas para a indústria de mineração no Brasil. Desta forma, a Samarco, em atendimento à Resolução Conjunta SEMAD/FEAM nº 2.784/2019, à Lei Estadual 23.291/2019 e à Resolução nº 13 da Agência Nacional de Mineração, que determinam a

descaracterização das barragens a montante, protocolou na Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), o Projeto de Descaracterização da Barragem e da Cava de Germano, que engloba os diques Sela, Selinha e Tulipa. As obras de descaracterização estão em andamento.

A Samarco continua a analisar e a avaliar o impacto das diversas alterações de legislação acima mencionadas em seu plano de negócios. A estimativa atual para as despesas relacionadas à descaracterização da barragem e cava do Germano, que não estavam sendo consideradas no plano de negócios da empresa divulgado em janeiro de 2019, é de, aproximadamente, R\$ 2,9 bilhões.

Além disso, a mineradora enfatiza que será necessária uma reestruturação adequada de suas obrigações financeiras com acionistas e credores externos, uma vez que a empresa possui uma dívida pendente de cerca de US\$ 7,3 bilhões.

Sobre as declarações financeiras neste documento, a Samarco reforça que representam expectativas da Administração e não correspondem a declarações, que são previsões e não garantias de qualquer desempenho futuro. Quaisquer declarações prospectivas estão e estarão sujeitas aos riscos, incertezas, fatores externos, mudanças na legislação e nos ambientes de negócios da Samarco, que podem levar os resultados atuais a ser materialmente diferentes.

Como exemplo, pode-se citar que, atualmente, o Brasil e o mundo enfrentam a pandemia do Coronavírus. Os impactos da COVID-19 na economia global até a presente data ainda não podem ser aferidos, da mesma forma, não estão previstos e quantificados neste documento. As expectativas da empresa, refletidas neste documento, podem mudar como resultado de circunstâncias decorrentes desse cenário. Em março de 2020, a Samarco implementou um Comitê de Gestão de Crise que atua continuamente para gerir as ações preventivas de resposta ao novo Coronavírus e avalia os riscos e impactos ao seu negócio e à retomada operacional.

Desta forma, as declarações contidas neste documento foram baseadas numa série de premissas incluindo a retomada das operações, a qual, contudo, permanece sujeita a diversos fatores externos.

Atentos ao cenário atual e aos riscos apresentados, acreditamos que o retorno operacional da Samarco está sendo construído por meio do diálogo constante com seus públicos de relacionamento. Por esta razão, agradecemos o apoio recebido ao longo de nossa história. Nossa trajetória é marcada por desafios, lições aprendidas e conquistas, o que reforça nosso engajamento em buscar uma mineração diferente, sustentável, de forma a gerar valor para a sociedade.

Rodrigo Alvarenga Vilela

Diretor-presidente e Diretor de Operações

Cristina Morgan Cavalcanti

Diretora Financeira

Reuber Luiz Neves Koury

Diretor de Planejamento e Projetos

SAMARCO MINERAÇÃO S.A.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS



KPMG Auditores Independentes

Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários

30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Telefone +55 (31) 2128-5700

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da Samarco Mineração S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Samarco Mineração S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Samarco Mineração S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia e suas controladas estão com suas atividades suspensas desde o rompimento da barragem de Fundão em 5 de novembro de 2015. Em decorrência desse evento, o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 apresenta patrimônio líquido negativo de R\$ 37.078.141 mil, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 27.974.513 mil. Esses eventos ou condições, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Até que as operações da Companhia e suas controladas sejam retomadas, as obrigações ordinárias estão sendo honradas por meio de suporte financeiro de seus acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Provisão ambiental e socioeconômica relacionada à reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de rejeitos de Fundão

Veja as Notas 1(a) e 3 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 5 de novembro de 2015, após o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, localizada em Mariana-MG, as operações da Companhia e suas controladas foram interrompidas e, desde o acidente, gastos relevantes foram incorridos pela Companhia com o intuito de prevenir o agravamento dos impactos, reparar e prover compensação pelos danos materiais, ambientais e socioeconômicos. A Companhia também reconheceu a baixa de seus ativos afetados pelo rompimento e registrou provisões com base nos gastos futuros estimados.</p> <p>A provisão para futuros gastos associados ao rompimento baseia-se nas estimativas de aportes a serem realizados na Fundação Renova, criada após a assinatura do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC. A referida Fundação, por meio de seus programas, é responsável pela compensação e recuperação socioambiental e socioeconômica. Inicialmente, a provisão resultou de estimativas internas e suporte de consultores externos especializados, contratados para tal fim, e que são atualizados com base nas mudanças de</p>	<p>Como parte do processo de auditoria, executamos, dentre outros, os seguintes procedimentos:</p> <p>Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos relevantes relacionados à aprovação das estimativas orçamentárias da Fundação Renova que servem de base para a provisão socioambiental e socioeconômica, bem como atualização das demais premissas vinculadas ao cálculo da referida provisão.</p> <p>Obtivemos a composição do orçamento da Fundação Renova, por programa em 31 de dezembro de 2019. Este orçamento fundamenta provisão para compensação e recuperação socioambiental e socioeconômica e, confrontamos essa composição com as definições estabelecidas no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, visando verificar a existência de provisão para cada um dos programas.</p> <p>Para as movimentações julgadas relevantes para as estimativas da provisão, obtivemos a fundamentação das premissas empregadas na revisão das estimativas para complemento ou</p>

estimativas de dispêndio vinculados à execução dos programas pela Fundação Renova. A provisão registrada pela Companhia também incorpora estimativas de gastos internos vinculados ao rompimento sem vínculo com à Fundação Renova e seus programas.

Considerando que há incerteza significativa quanto aos valores a serem pagos pela Companhia para cumprir com os programas da Fundação Renova e outros gastos decorrentes do rompimento da barragem devido à possibilidade de mudanças nas premissas, pela ausência de precedentes e dependência de diversos fatores que não estão, exclusivamente, sob o controle da Companhia, a determinação das provisões constituídas em 31 de dezembro de 2019 exigiu um grau de julgamento relevante da administração.

Há também processos administrativos e judiciais (inclusive ações civis públicas) impetrados contra a Companhia até o momento, relacionados ao rompimento da barragem de Fundão. A avaliação dos riscos associados a tais processos envolve julgamentos significativos que podem resultar em impactos relevantes sobre o valor reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Devido à relevância dos montantes envolvidos e da complexidade e dos julgamentos envolvidos na avaliação e mensuração da provisão socioambiental e socioeconômica, este assunto requereu atenção relevante e foi considerado como assunto significativo para a nossa auditoria.

redução do valor provisionado. Nossos procedimentos incluíram confirmações de saldos e custos incorridos junto à Fundação Renova.

Nessa revisão de estimativas, envolvemos ainda nossos especialistas em finanças corporativas para revisar a metodologia de cálculo do valor presente das obrigações, incluindo taxas de juros e inflação aplicadas no cálculo financeiro da provisão.

Obtivemos relatórios preparados pela administração da Companhia relativos aos processos administrativos e judiciais e de ações civis públicas e, para processos de montantes relevantes, confrontamos com as confirmações obtidas dos consultores jurídicos da Companhia.

Envolvemos, ainda, nossos especialistas legais para revisar as ações civis públicas relevantes, relacionadas ao rompimento da barragem, visando obter o entendimento, a partir das fundamentações providas pela administração, sobre se certas reivindicações constantes nos processos movidos contra a Companhia já estavam abrangidas nos termos firmados pela Companhia.

Efetuamos a leitura das informações divulgadas em notas explicativas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que as provisões socioambiental e socioeconômica e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Avaliação do valor recuperável do imobilizado

Veja a Nota 12.1 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria

Por consequência da paralisação das operações da Companhia em Mariana, após o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, as avaliações da Administração quanto aos indicadores de perda do valor recuperável de ativos imobilizado apontam indício de que seus ativos possam estar desvalorizados.

Para a determinação do valor recuperável, a Companhia utiliza o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras que envolve um alto grau de julgamento na determinação das estimativas utilizadas na projeção da geração de caixa da unidade geradora de caixa para fins de determinação do valor

Como auditoria endereçou esse assunto

Como resposta de auditoria, dentre outros, efetuamos os seguintes procedimentos:

Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos relevantes relacionados à preparação e revisão do plano de negócios que foram base para a análise do valor recuperável.

Envolvemos nossos especialistas em finanças corporativas no recálculo das projeções e avaliação dos modelos e principais premissas empregadas nas projeções de fluxos de caixa futuros.

Na avaliação das premissas adotadas pela administração contidas nas projeções apresentadas, consideramos, sobretudo, o prazo

recuperável dos ativos. A utilização de diferentes premissas poderia resultar em mudanças significativas nos resultados apurados pela Companhia em suas projeções de seus fluxos de caixa.

Devido a relevância dos saldos, bem como o fato de que eventuais alterações das premissas utilizadas possam impactar de forma relevante as demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

estimado de retorno às operações, bem como as projeções de mercado em relação às taxas de câmbio, projeções de mercado em relação à cotação do preço da pelota de minério de ferro, a estimativa de armazenamento de rejeitos, a estimativa do volume das vendas, a vida útil dos ativos, o crescimento dos custos e a consistência dessas variáveis contidas nas projeções elaboradas pela administração da Companhia.

Também, efetuamos leitura das informações divulgadas em notas explicativas.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes relacionados a mensuração e a divulgação do valor recuperável, os quais não foram registrados e divulgados pela administração, por terem sido considerados imateriais

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis os montantes registrados de provisão para redução ao valor recuperável (impairment), no tocante à sua recuperabilidade, os saldos do ativo imobilizado e as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisão passivo ambiental barragem Germano

Veja a Nota 20 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria

Em 25 de fevereiro de 2019 foi promulgada a lei nº 23.291, que instituiu a política estadual de segurança de barragens. Em consonância com a lei supracitada, a resolução conjunta SEMAD/FEAM nº 2.784, de 21 de março de 2019, decreta, dentre outras determinações, a descaracterização de todas as barragens de contenção de rejeitos que utilizem ou utilizaram o método de alteamento a montante, provenientes de atividades minerárias, existentes no estado de Minas Gerais. O processo de descaracterização da barragem de Germano apresentado a Agência Nacional de Mineração, tem prazo para encerrar em dezembro de 2029.

Nesse sentido, o processo de fechamento da barragem de Germano pressupõe a retirada da função de barragem, interrompendo-se o processo de disposição de rejeito (o que a torna uma estrutura inativa), não havendo mais acúmulo de água com formação de lago permanente e requer, dentro de uma visão de longo prazo, a adoção conjunta de soluções voltadas à estabilidade física,

Como auditoria endereçou esse assunto

Como parte do processo de auditoria, executamos, dentre outros, os seguintes procedimentos:

Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos relevantes relacionados à aprovação das estimativas e do cálculo da Provisão para descaracterização da barragem de Germano.

Avaliamos a consistência entre a política contábil definida pela Companhia relativa à provisão para fechamento da barragem e os procedimentos por ela adotados para a determinação da provisão e suas respectivas divulgações.

Obtivemos a composição do orçamento da Companhia para o processo de fechamento da barragem de Germano em 31 de dezembro de 2019. Analisamos as premissas utilizadas na composição do orçamento.

Com o apoio de nossos especialistas ambientais, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela administração, bem como testamos por meio de base amostral os cálculos de

<p>química e biológica da estrutura.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta provisão para o fechamento da barragem de Germano, no montante de R\$ 2.533.811 mil. O cálculo dessa provisão envolve julgamentos críticos por parte da administração da Companhia, devido à complexidade inerente à estimativa do prazo e do valor dos custos futuros a serem incorridos no processo de fechamento de barragem, e na determinação da taxa de desconto apropriada para descontar esses fluxos de pagamento a valor presente, este assunto requereu atenção relevante e foi considerado como assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>mensuração do orçamento.</p> <p>Envolvemos nossos especialistas em finanças corporativas no recálculo das projeções e avaliação dos modelos e principais premissas empregadas nas projeções de fluxos de caixa futuros.</p> <p>Também, efetuamos leitura das informações divulgadas em notas explicativas.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a provisão para o fechamento da barragem de Germano e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>
Provisão para contingências	
Veja a Nota 19 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>O reconhecimento e mensuração das Provisões e divulgação dos passivos contingentes relativos a processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e, principalmente, assuntos tributários, requerem exercício de julgamento da Companhia para avaliar a existência de uma obrigação presente e da probabilidade de que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação.</p> <p>A avaliação dos riscos associados a tais processos envolve julgamentos significativos que podem resultar em impactos relevantes sobre o valor reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> <p>Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação e mensuração das Provisões e Passivos Contingentes consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Como resposta de auditoria, dentro outros, efetuamos os seguintes procedimentos:</p> <p>Obtivemos a relação de processos judiciais e administrativos nos quais a Companhia é parte, a avaliação da Companhia quanto à mensuração e probabilidade de que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, bem como a avaliação dos assessores externos da Companhia quanto à mensuração e probabilidade do risco de perda. Com base nestas informações, avaliamos a os critérios utilizados pela Companhia para reconhecimento, mensuração e divulgação das Provisões e passivos contingentes, bem como a suficiência destas, levando em consideração as avaliações efetuadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia e suas controladas e informações históricas.</p> <p>Com o auxílio de nossos especialistas legais, avaliamos os critérios da Companhia para suportar os prognósticos e montantes associados a alguns processos julgados relevantes em nossa avaliação.</p> <p>Efetuamos também, em base amostral, o recálculo e confronto da atualização monetária de passivos registrados e depósitos judiciais existentes até a data das demonstrações financeiras.</p> <p>Por fim, analisamos as divulgações da Companhia nas demonstrações financeiras em relação às informações sobre a natureza, exposição e os valores dos riscos sobre os principais processos</p>

	<p>envolvendo a Companhia e suas controladas.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis as provisões para contingências e passivos contingentes e as respectivas divulgações, no tocante ao reconhecimento, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>
--	--

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-MG



Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRC MG-058176/O-0

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro – Em milhares de Reais – R\$

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	62.617	79.981	65.792	82.322
Aplicações financeiras em caixa restrito	5	2.505	1.919	2.505	1.919
Contas a receber	6	11.126	7.654	9.502	6.093
Estoques	7	14.367	14.166	14.367	14.166
Tributos a recuperar	8	6.055	80.552	6.056	80.554
Despesas antecipadas		2.760	1.457	3.175	1.510
Adiantamento a fornecedores		9.194	5.653	9.194	5.653
Outras contas a receber	9	14.662	10.688	14.662	10.688
Demais ativos	10	10.330	7.021	10.395	7.089
Total do ativo circulante		133.616	209.091	135.648	209.994
Não circulante					
Depósitos judiciais	19	1.906.183	1.849.787	1.906.183	1.849.787
Tributos a recuperar	8	76.743	76.741	76.743	76.741
Estoques	7	368.737	396.341	368.737	396.341
Adiantamento a fornecedores	30	44.085	44.085	44.085	44.085
Demais ativos	10	16.416	16.747	16.416	16.942
Realizável a longo prazo		2.412.164	2.383.701	2.412.164	2.383.896
Investimentos	11	19.010	18.136	-	-
Imobilizado	12	12.810.506	20.154.663	12.810.513	20.154.705
Intangível	13	131.588	231.526	131.588	231.526
Total do ativo não circulante		15.373.268	22.788.026	15.354.265	22.770.127
Total do ativo		15.506.884	22.997.117	15.489.913	22.980.121

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro – Em milhares de Reais – R\$

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Circulante					
Fornecedores	14	252.065	76.439	252.122	76.455
Empréstimos e financiamentos	15	20.233.138	18.530.227	20.233.138	18.530.227
Encargos financeiros a pagar	15	2.831.708	1.844.328	2.831.708	1.844.328
Salários, provisões e contribuições sociais	17	24.641	21.302	24.692	21.418
Tributos a recolher	18	451.911	240.199	451.908	240.237
Provisão para imposto de renda	28	-	-	167	143
Provisões diversas	20	4.271.711	2.753.486	4.271.711	2.753.486
Demais passivos	21	61.741	53.433	44.715	36.330
Total do passivo circulante		28.126.915	23.519.414	28.110.161	23.502.624
Não circulante					
Tributos a recolher	18	127.123	201.047	127.123	201.047
Dividendos	22	2.805.548	2.805.548	2.805.548	2.805.548
Provisões para contingências	19	127.320	113.526	127.320	113.526
Imposto de renda diferido	28	2.967.348	2.268.230	2.967.131	2.268.024
Provisões diversas	20	12.024.798	7.280.863	12.024.798	7.280.863
Outras contas a pagar no país – Partes Relacionadas	30	6.356.499	3.848.499	6.356.499	3.848.499
Demais passivos	21	49.474	76.604	49.474	76.604
Total do passivo não circulante		24.458.110	16.594.317	24.457.893	16.594.111
Patrimônio líquido					
Capital social	22	297.025	297.025	297.025	297.025
Reservas de capital		2.476	2.476	2.476	2.476
Ajustes de avaliação patrimonial		885.138	1.622.734	885.138	1.622.734
Prejuízo acumulado		(38.262.780)	(19.038.849)	(38.262.780)	(19.038.849)
Total do patrimônio líquido		(37.078.141)	(17.116.614)	(37.078.141)	(17.116.614)
Total do passivo e do patrimônio líquido		15.506.884	22.997.117	15.489.913	22.980.121

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro – Em milhares de Reais – R\$, exceto pela quantidade de ações

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receitas	23	57.191	104.887	57.191	104.887
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	24	(955.981)	(680.793)	(956.009)	(680.754)
Prejuízo bruto		(898.790)	(575.906)	(898.818)	(575.867)
Despesas operacionais					
Vendas	25	(56.604)	(40.457)	(56.337)	(38.877)
Gerais e administrativas	25	(59.752)	(55.435)	(59.752)	(55.435)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	(16.630.166)	699.448	(16.630.180)	698.485
Resultado de equivalência patrimonial	11	99	595	-	-
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(17.645.213)	28.245	(17.645.087)	28.306
Despesas financeiras, líquidas					
Receitas financeiras	27	78.038	91.257	78.042	91.260
Despesas financeiras	27	(1.845.919)	(2.342.228)	(1.845.925)	(2.342.233)
Variações cambiais líquidas	27	890.517	412.568	890.454	412.563
Prejuízo antes dos impostos sobre renda		(18.522.577)	(1.810.158)	(18.522.516)	(1.810.104)
Imposto de renda corrente	28	-	-	(61)	(54)
Imposto de renda diferido	28	(701.354)	(666.950)	(701.354)	(666.950)
Prejuízo do exercício		(19.223.931)	(2.477.108)	(19.223.931)	(2.477.108)
Prejuízo do exercício por ação – básico e diluído.				(3.666,68)	(472,43)
Quantidade de ações ao final do exercício	22			5.243.298	5.243.298

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro – Em milhares de Reais – R\$

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Prejuízo do exercício	(19.223.931)	(2.477.108)
Outros Resultados Abrangentes (ORA)		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Ajustes de conversão do exercício	(737.717)	(36.501)
Mensuração de obrigações de benefício pós-emprego	121	(10)
Outros resultados abrangentes para o exercício	(737.596)	(36.511)
Resultado abrangente total	(19.961.527)	(2.513.619)

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro – Em milhares de Reais – R\$

	Reservas de capital				Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Correção monetária especial do imobilizado	Ágio na subscrição de ações	Reservas de incentivos fiscais			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	297.025	785	1.681	10	1.659.245	(16.561.741)	(14.602.995)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(2.477.108)	(2.477.108)
Outros resultados abrangentes							
Ajuste de conversão do exercício	-	-	-	-	(36.501)	-	(36.501)
Mensuração de obrigação de benefício pós-emprego	-	-	-	-	(10)	-	(10)
Resultado abrangente total	-	-	-	-	(36.511)	-	(36.511)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	297.025	785	1.681	10	1.622.734	(19.038.849)	(17.116.614)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(19.223.931)	(19.223.931)
Outros resultados abrangentes							
Ajuste de conversão do exercício	-	-	-	-	(737.717)	-	(737.717)
Mensuração de obrigação de benefício pós-emprego	-	-	-	-	121	-	121
Resultado abrangente total	-	-	-	-	(737.596)	-	(737.596)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	297.025	785	1.681	10	885.138	(38.262.780)	(37.078.141)

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro – Em milhares de Reais – R\$

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício antes dos impostos sobre renda		(18.522.577)	(1.810.158)	(18.522.516)	(1.810.104)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes dos impostos com caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	12 e 13	209.299	193.336	209.333	193.454
Provisão (reversão) para risco de crédito	25	3	(10.948)	3	(10.948)
Provisão (reversão) para obsolescência dos estoques	7	26.394	(21)	26.394	(21)
Reversão da provisão para perda na realização dos impostos a recuperar	26	(4.530)	(1.685)	(4.530)	(1.685)
Provisão (reversão) para recuperação socioambiental e socioeconômica	26	1.955.076	2.894.783	1.955.076	2.894.783
Provisão (reversão) descomissionamento barragem de Germano	26	2.533.811	-	2.533.811	-
Provisão aporte de acionistas na Fundação Renova	26	2.508.000	2.091.011	2.508.000	2.091.011
Provisão para realização de outros ativos		741	944	741	944
Provisão (reversão) para contingências	26	29.096	(9.929)	29.096	(9.929)
Provisão (reversão) para outros passivos		4.381	(4.578.288)	4.381	(4.578.057)
Reversão da provisão para baixa de imobilizado		-	(5.459)	-	(5.459)
Provisão perda desvalorização de ativo	12 e 13	9.705.110	-	9.705.110	-
Perda de ativo imobilizado		2.037	11.047	2.037	11.048
Equivalência patrimonial	11	(99)	(595)	-	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos		1.023.697	708.235	1.023.697	708.235
Variação cambial - ativos e passivos		(756.174)	(362.522)	(755.397)	(362.527)
		(1.285.735)	(880.249)	(1.284.764)	(879.255)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(3.475)	20.437	(3.412)	20.437
Estoques		13.140	4.140	13.140	4.140
Tributos a recuperar		79.025	6.954	79.026	6.953

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

>> CONTINUA

>> CONTINUAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro – Em milhares de Reais – R\$

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Depósitos judiciais		(67.283)	(77.481)	(67.283)	(77.481)
Despesas antecipadas		(909)	10.060	(1.271)	10.127
Demais ativos		(10.937)	13.810	(10.738)	16.338
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		175.626	33.634	175.667	33.630
Impostos a recolher		137.789	81.593	137.738	81.425
Salários, provisões e contribuições sociais		3.339	(108)	3.274	(55)
Imposto de renda pago		(2.237)	-	(2.275)	(15)
Pagamento de juros		(949)	(70.082)	(949)	(70.082)
Provisões diversas		700.568	191.762	700.569	191.762
Demais passivos		(23.349)	(204.406)	(23.268)	(207.424)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades operacionais		(285.387)	(869.936)	(284.546)	(869.500)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado e intangível		(760.000)	(115.191)	(760.007)	(115.191)
Recursos provenientes de alienação de imobilizado		2.759	-	2.759	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(757.241)	(115.191)	(757.248)	(115.191)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aplicações financeiras em caixa restrito		(586)	(789)	(586)	(789)
Captação de financiamentos – terceiros e partes relacionadas	15	1.027.139	1.004.227	1.027.139	1.004.227
Pagamento de empréstimos e financiamentos – terceiros	15	(632)	-	(632)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		1.025.921	1.003.438	1.025.921	1.003.438
Efeito de variação cambial em caixa e equivalentes de caixa		(657)	6.102	(657)	6.102
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(17.364)	24.413	(16.530)	24.849
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		79.981	55.568	82.322	57.473
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		62.617	79.981	65.792	82.322

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro – Em milhares de Reais – R\$

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receitas					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		65.279	116.414	65.279	116.414
Outras receitas		877.353	827.384	877.353	827.384
Receitas relativas à construção de ativos próprios		732.418	115.191	732.418	115.191
(Perda) reversão por redução ao valor recuperável de contas a receber		(3)	10.948	(3)	10.948
		1.675.047	1.069.937	1.675.047	1.069.937
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(1.151.466)	(588.199)	(1.148.906)	(586.194)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(7.787.677)	(2.038)	(7.678.587)	(1.203)
Perda de valores ativos		(9.734.283)	(6.382)	(9.734.283)	(6.382)
		(18.673.426)	(596.619)	(18.561.776)	(593.779)
Valor bruto		(16.998.379)	473.318	(16.886.729)	476.158
Depreciação e amortização	12 e 13	(209.299)	(193.336)	(209.333)	(193.454)
Valor líquido produzido pela Companhia		(17.207.678)	279.982	(17.096.062)	282.704
Valor recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	11	99	595	-	-
Receitas financeiras		1.056.402	1.124.553	1.056.500	1.124.448
		1.056.501	1.125.148	1.056.500	1.124.448
Valor total a distribuir		(16.151.177)	1.405.130	(16.039.562)	1.407.152
Distribuição do valor		(16.151.177)	1.405.130	(16.039.562)	1.407.152
Pessoal					
Remuneração direta		136.221	107.513	138.693	109.232
Benefícios		52.858	59.613	52.974	59.857
FGTS		10.460	8.333	10.460	8.333
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		887.589	735.303	996.453	735.460
Estaduais		29.787	3.048	29.787	3.048
Municipais		22.073	5.472	22.073	5.472
Remuneração de capital de terceiros					
Juros (empréstimos, financiamentos e outros)		1.933.766	2.962.956	1.933.929	2.962.858
Remuneração de capitais próprios					
Prejuízo do exercício		(19.223.931)	(2.477.108)	(19.223.931)	(2.477.108)

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Samarco Mineração S.A. ("Samarco", "Companhia" ou "Controladora"), empresa de capital fechado, é uma joint venture de propriedade da Vale S.A. ("Vale") e a BHP Billiton Brasil Ltda. ("BHP Billiton Brasil"), cada uma com 50% de participação acionária. Possui sede em Belo Horizonte – Minas Gerais (MG). A Samarco opera um empreendimento integrado, no qual compreende a lavra e o beneficiamento de minério de ferro de baixo teor bem como a movimentação desse minério concentrado por minerodutos, ligando as duas unidades operacionais da Companhia, de Minas Gerais (MG) ao Espírito Santo (ES). Na unidade de Ponta Ubu, no município de Anchieta/ES, ocorrem os processos de preparação (cujo objetivo é reduzir a umidade em torno de 10%) e pelotização (transformação do minério concentrado filtrado em pelotas), nosso principal produto, e de escoamento da produção por terminal marítimo próprio (Anchieta ES). A produção é comercializada, substancialmente, no mercado externo.

As jazidas de minério de propriedade da Samarco, anterior ao rompimento da barragem de Fundão em novembro de 2015, foram baseadas em recursos minerais localizados na área de Germano/Alegria, nos municípios de Mariana e Ouro Preto, MG, que correspondiam ao volume da ordem de 7.4 bilhões de toneladas (não auditado). De acordo com o contexto técnico e econômico e considerando o recurso mineral e suas características peculiares, as reservas recuperáveis (ou lavráveis) encontravam-se na ordem de 2.9 bilhões de toneladas (não auditado) até outubro de 2015.

Após o rompimento da barragem de rejeitos Fundão, em novembro de 2015, e a suspensão das operações nas áreas Germano/Alegria, a Companhia está revendo as reservas minerais.

a) Rompimento da barragem de Fundão

Conforme detalhado na nota explicativa 3, em novembro de 2015, como consequência do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, as operações em Germano/Alegria ("complexo de Mariana") foram temporariamente suspensas por determinação de órgãos governamentais – SEMAD (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável) e DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral). Este último tornou-se a Agência Nacional de Mineração ("ANM"). A Companhia vem trabalhando para atender às exigências legais estabelecidas pelas respectivas autoridades em relação a remediação dos impactos sociais e ambientais causados pelo rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, por intermédio da Fundação Renova, conforme descrito na nota explicativa 3.

Em 23 de junho de 2016, a Samarco apresentou, à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD), o Estudo de Impacto Ambiental e o respectivo

Relatório de Impacto Ambiental (EIA / RIMA) do processo de licenciamento para utilização de cava para a deposição de rejeitos – SDR Cava de Alegria Sul. Em dezembro de 2016 foram realizadas audiências públicas – coordenadas pela SEMAD – nos municípios de Mariana e Ouro Preto. Para este processo foi emitida em 13 de dezembro de 2017 a Licença Prévia e Licença de Instalação (LP + LI) nº 02. Em 28 de setembro de 2018, a Companhia firmou com o Ministério Público de Minas Gerais Termo de Compromisso para contratação de auditoria técnica independente com o objetivo de acompanhar a implantação do SDR Cava de Alegria Sul. Considerando as revalidações das anuências concedidas pelos conselhos municipais de Mariana e Ouro Preto e esse importante alinhamento com o Ministério Público, a Samarco passou a estar apta para iniciar as atividades necessárias para as obras de preparação da Cava de Alegria Sul.

Em 25 de Outubro de 2019, foi outorgada à Samarco a Licença de Operação Corretiva (LOC) nº 020/2019 para a retomada das atividades operacionais no Complexo de Germano. A licença foi aprovada pela CMI (Câmara de Atividades Minerárias) do COPAM (Conselho Estadual de Política Ambiental).

A obtenção da LOC significa que a Samarco agora possui todas as licenças ambientais necessárias para reiniciar suas operações.

A Samarco espera reiniciar as suas operações utilizando novas tecnologias para o empilhamento de rejeitos a seco. Dessa forma, o retorno das atividades relacionadas à extração de minério de ferro, às plantas de beneficiamento em Germano, Mariana, e à planta de pelotização no Complexo de Ubu, apenas ocorrerá após a implementação de um sistema de filtragem. A construção da planta de filtragem já está em andamento. Durante este período, a empresa continua com as atividades de prontidão operacional, que inclui a manutenção de equipamentos, que possibilitará retornar suas operações.

A retomada das atividades da Samarco será acompanhada por *expert* do Ministério Público de Minas Gerais, conforme Termo de Compromisso firmado pela Samarco e MPMG em 09 de setembro de 2019.

Para o período findo em 31 de dezembro de 2019, Vale e a BHP Billiton Brasil contribuíram com R\$ 3.313.530, divididos entre aportes à Fundação Renova e empréstimos de curto prazo à Samarco. Os aportes à Fundação Renova visam à continuidade dos programas de reparação e compensação, social e ambiental, para cumprir com as obrigações previstas no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta ("TTAC"). Já os empréstimos de curto prazo apoiaram os trabalhos de estabilização das barragens e às necessidades de capital de giro da Samarco. Os recursos são liberados para a Fundação Renova e para Samarco conforme necessidade e quando atendidos os marcos de execução estabelecidos.

Conforme mencionado na nota explicativa 3(g), como resultado do rompimento da barragem, a Samarco é parte em vários processos judiciais e administrativos, cíveis, ambientais e trabalhistas, para os quais a Companhia não pode estimar, de forma precisa, os resultados e consequências finais.

b) Continuidade (Going Concern)

As principais operações da Samarco consistem no empreendimento integrado de mineração e concentração de minério de ferro de baixa qualidade no município de Mariana, no Estado de Minas Gerais, bem como no transporte desse minério concentrado das usinas da Companhia localizadas em Minas Gerais para as plantas de preparação e pelotização no Espírito Santo, através de minerodutos, e consequente exportação através de terminal portuário próprio.

Devido ao rompimento da barragem de Fundão, em 5 de novembro de 2015 descrito na nota explicativa 1(a) 'Rompimento da barragem de Fundão' e nota explicativa 3 'Evento significativo - rompimento da barragem de Fundão', as operações de extração e transformação foram suspensas. Isso afetou significativamente a capacidade da Companhia de gerar fluxos de caixa positivos e cumprir suas obrigações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui patrimônio líquido negativo em R\$ 37.078.141 (R\$17.116.614 negativo em 31 de dezembro de 2018) na Controladora e no Consolidado e o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 27.993.299 (R\$ 23.310.323 em 31 de dezembro de 2018) na Controladora e R\$ 27.974.513 (R\$ 23.292.630 em 31 de dezembro de 2018) no Consolidado. Para o exercício de 2019, a Companhia também reconheceu fluxos de caixa negativo de operações de R\$ 285.387 (R\$ 869.936 negativo em 2018) na Controladora e R\$ 284.546 (R\$ 869.500 negativo em 2018) no Consolidado.

Conforme divulgado na nota explicativa 15, "Empréstimos e Financiamentos", a Companhia não atendeu algumas obrigações presentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos. Como consequência desses não-cumprimentos todos os empréstimos e financiamentos foram reclassificados para o curto prazo, os quais também refletem os juros acumulados sobre as parcelas vencidas e a aplicação de juros de mora. A Companhia possui empréstimos e financiamentos (incluindo encargos financeiros a pagar) no valor total de R\$ 23.064.846 (R\$ 20.374.555 em 31 de dezembro de 2018), os quais estão classificados como circulante em 31 de dezembro de 2019.

A Companhia contratou assessores, com o objetivo de discutir uma reestruturação de suas condições de contratos de empréstimos e financiamentos existentes com os credores, em razão de sua condição financeira atual.

Adicionalmente, a Samarco também é parte em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, trabalhistas e ambientais, conforme divulgado na nota

explicativa 3(g). A Samarco negociou o TTAC e outros acordos, em algumas ações relevantes, o que criou novos passivos financeiros para a Companhia. Além disso, em vários desses processos, a Companhia está sujeita a medidas cautelares, como depósitos judiciais compulsórios e bloqueio de contas, o que pode afetar ainda mais a sua disponibilidade de caixa. Resultados desfavoráveis relacionados a esses litígios existentes podem agravar significativamente a posição patrimonial da Companhia.

Vale e BHP Billiton Brasil forneceram financiamento para Samarco e foram chamadas a cumprir as atuais obrigações da Samarco no âmbito do TTAC. No ano de 2019, foram realizados aportes pelos acionistas nos montantes de R\$ 2.508.000 na Fundação Renova e R\$ 805.530 na Samarco, sendo esse último subdividido em R\$ 770.417 para suportar as atividades operacionais da Companhia e R\$ 35.113 para arcar com as despesas dos programas do TTAC ainda sob a tutela da Samarco. Os empréstimos da Vale e da BHP à Samarco, serão depositados para a Samarco somente conforme exigido e sujeitos à aprovação de orçamento proposto para o período em que os montantes serão destinados.

Vale ressaltar que em fevereiro de 2019, ocorreu uma mudança na legislação que envolve políticas de segurança de barragens (Lei nº 23.291, de 25 de fevereiro de 2019, Política Estadual de Segurança de Barragens). Em consonância com a lei supracitada, a resolução conjunta SEMAD/FEAM nº 2.784, de 21 de março de 2019, decreta, dentre outras determinações, a descaracterização de todas as barragens de contenção de rejeitos que utilizem ou utilizaram o método de alteamento a montante, provenientes de atividades minerárias, existentes no estado de Minas Gerais.

Diante desta determinação, considerando-se ainda o Parecer Técnico nº 02/2019 – SPM/GSBM-GFAM/LPN-ESGJ, com novo entendimento, retorna a estrutura Cava de Germano para o Cadastro Nacional de Barragens de Mineração – CNBM, no Sistema Integrado de Gestão para Barragens de Mineração – SIGBM, inviabilizando como uma opção de disposição de rejeitos por ser uma estrutura que teve alteamento pelo método a montante.

Adicionalmente, face à nova legislação e visando maior segurança na retomada das operações (conforme mencionado na nota explicativa 1(a)), a Samarco revisou o projeto de disposição de rejeito, com destaque para: (i) retirada do dique de contenção da Cava de Alegria Sul, adotando, então, o sistema de disposição em "cava confinada"; e (ii) execução do Projeto da Filtragem que irá viabilizar o desaguamento dos rejeitos arenosos de forma a permitir a disposição desse material em pilhas, possibilitando assim o aumento da vida útil das estruturas já existentes.

A retomada das operações será gradual, sem a utilização de barragem de contenção de rejeitos e após a implantação da

filtragem. A Samarco considera que a retomada das operações é essencial e depende de alguns fatores, conforme descrito abaixo:

- Conclusão do Projeto da Filtragem.
- Financiamento adequado para apoiar as operações antes e durante o reinício.

No caso da combinação necessária dos eventos acima não ocorrer, a Companhia pode não ser capaz de continuar suas operações e, portanto, pode não cumprir suas obrigações no curso normal dos negócios. As demonstrações financeiras não incluem ajustes que resultariam se a Companhia, eventualmente, não puder continuar operando.

c) Participações societárias da Companhia

A Samarco participa nas seguintes empresas, e em conjunto com as mesmas é denominada Grupo.

- Samarco Iron Ore Europe B.V. ("Samarco Europe") - participação direta de 100% - sediada na Holanda, constituída em 13 de outubro de 2000, com o objetivo de prestar serviços de operações de *marketing* e vendas de minério de ferro produzido pela Samarco. Adicionalmente efetua suporte aos clientes por meio de seminários técnicos e estudos de mercado.
- Samarco Asia Ltd. ("Samarco Asia") - participação indireta de 100% - sediada em Hong Kong, adquirida em 10 de julho de 2001 pela Samarco Europe, com o objetivo de prestar serviços de *marketing* e vendas por meio de representação comercial na região do Pacífico Asiático.
- Samarco Finance Ltd. ("Samarco Finance") - participação direta de 100% - sediada nas Ilhas Cayman, constituída em 21 de fevereiro de 2000, com o objetivo de otimizar as operações de comércio exterior da Companhia, visando promover a exportação (revenda) de minério de ferro adquirido da Companhia para clientes designados e, também, como via de captação de recursos financeiros no mercado internacional para posterior repasse à Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no

Brasil (BR GAAP) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A demonstração do valor adicionado foi preparada adicionalmente conforme o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 28 de abril de 2020.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia e suas controladas estão apresentadas nas notas explicativas nº 2.5 até nº 2.20.

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.2.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

(b) Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06(R2) (IFRS16) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

O Grupo adotou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1) e interpretações relacionadas. Os detalhes das

mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo na nota explicativa nº 2. 20.

Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental do Grupo em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: o Grupo aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis.

	1º de janeiro de 2019
Ativo de direito de uso - ativo imobilizado	24.431
Passivo de arrendamento curto prazo	19.582
Passivo de arrendamento longo prazo	4.849

Interpretação ICPC 22 (IFRIC 23) - "Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda" aborda a contabilização dos impostos sobre o rendimento quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 e não se aplica a impostos ou taxas fora do âmbito do CPC 32, nem inclui especificamente requisitos relativos ao tratamento de juros e penalidades associados a impostos incertos.

A ICPC 22 se aplica para períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2019. A Administração realizou uma avaliação do impacto da adoção da ICPC 22 com base em sua posição em 31 de dezembro de 2019 e concluiu que não haverá impactos significativos, conforme divulgado na nota explicativa 28.

2.2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 12: Prazo do arrendamento: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

Nota explicativa 3 (g) e 19: As contingências são analisadas pela Administração da Companhia em conjunto com seus assessores jurídicos. A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

Nota explicativa 28: Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda: quando não está claro como a legislação tributária se aplica a determinada transação ou circunstância.

(b) Uso de estimativas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As informações sobre as incertezas relacionadas à estimativas e premissas em 31 de dezembro de 2019 que apresentam um risco significativo com probabilidade de resultar em um ajuste relevante nos saldos contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas abaixo.

(i) Provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica

A provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica é constituída quando da identificação de uma área impactada ou requerimento de reparação de danos incorridos, que geram uma obrigação presente para a Companhia. Este processo envolve estimativas complexas na determinação do montante de desembolso futuro esperado pela Administração e seus consultores externos, conforme divulgado na nota explicativa 3.

(ii) Imposto de renda

O Imposto de renda (corrente e diferido) é calculado de acordo com interpretações decorrentes da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável futuro a qual é baseada em fluxos de caixa futuros, conforme divulgado na nota explicativa 28.

(iii) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Companhia avalia anualmente para os ativos com vida útil definida, a existência de indicadores de impairment, e em havendo indicadores a recuperabilidade de seus ativos tangíveis e intangíveis, segregados por unidade geradora de caixa, é testada. Usualmente é utilizado o critério do fluxo de caixa descontado que depende de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada, conforme divulgado na nota explicativa 12.1.

(iv) Reservas minerais e vida útil das minas

As estimativas de reservas provadas e prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. Estas reservas são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. A estimativa do volume das reservas minerais é base de apuração da parcela de exaustão das respectivas minas e sua estimativa de vida útil é fator preponderante para quantificação da provisão de recuperação ambiental das minas, conforme divulgado na nota explicativa 13.1. Qualquer alteração na estimativa do volume de reservas das minas e da vida útil dos ativos a ela vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização, reconhecidos nas demonstrações financeiras. Alterações na vida útil estimada das minas poderão causar impacto nas estimativas da provisão de gastos ambientais, de sua recuperação e das análises de *impairment*.

Após o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em novembro de 2015, e a suspensão temporária das operações nas áreas Germano / Alegria, a Companhia está revendo recursos e reservas da operação.

(v) Desmobilização de ativos

A Companhia reconhece obrigação para desmobilização de ativos e recuperação ambiental no período em que elas ocorrerem. A referida provisão é apurada considerando o valor presente dos fluxos de caixa necessários para a desmobilização dos ativos e para realização da recuperação ambiental. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxas de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Estas estimativas são revisadas anualmente, conforme divulgado em nota explicativa 20.

(vi) Provisão para contingências

O registro das provisões ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado.

2.3 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, que incluem as demonstrações financeiras das controladas, foram elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e os dispositivos legais aplicáveis. Saldos, quaisquer receitas, despesas e lucros não realizados e derivados de transações intragrupo são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, oriundos de transações com investidas, registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida.

(a) Controladas

Compreendem todas as entidades sobre as quais o Grupo exerce o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na entidade e pode influenciar os seus retornos devido ao poder que exerce sobre elas. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo, e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

(b) Operações em conjunto

Uma operação em conjunto é um empreendimento conjunto que envolve o uso de ativos e outros recursos dos empreendedores. Cada empreendedor utiliza seus próprios recursos em busca de operações conjuntas. As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais do Grupo. Dessa forma, ativos, passivos, receitas e despesas relacionadas aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizadas individualmente nas demonstrações financeiras. A Companhia possui participação de 49% na Usina Hidrelétrica de Guilman-Amorim, sendo que os 51% restantes da operação conjunta pertencem ao parceiro Arcelor Mittal Brasil S.A.

(c) Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial com base nas demonstrações financeiras das empresas investidas. As demonstrações financeiras de investimentos sediados no exterior foram elaboradas adotando-se as práticas contábeis compatíveis com as observadas pela Companhia. As controladas possuem a mesma moeda funcional da controladora, o Dólar norte-americano.

2.4 Conversão de moeda estrangeira**(a) Moeda funcional**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo foram mensurados em dólares norte-americanos (US\$) que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas uma vez que é a moeda do principal ambiente econômico em que operam, geram e consomem caixa.

(b) Moeda de apresentação

Em atendimento a legislação brasileira, essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, convertendo-se as demonstrações financeiras preparadas na moeda funcional da Companhia para reais, utilizando os seguintes critérios:

- Ativos e passivos são convertidos, utilizando-se a taxa de fechamento na data do respectivo balanço.
- Contas de resultado, resultado abrangente, demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado pelas taxas das datas das transações.
- Patrimônio líquido ao valor histórico de formação.

As variações cambiais resultantes da conversão acima referida são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "Ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Transações e saldos

As operações em moedas diferentes da moeda funcional da Companhia são convertidas para a sua moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas

da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado no resultado financeiro.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, na moeda funcional US\$, estão demonstradas a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL – US\$

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	15.520	20.627	16.307	21.231
Aplicações financeiras em caixa restrito	622	495	622	495
Contas a receber	2.753	1.969	2.353	1.568
Estoques	3.565	3.656	3.565	3.656
Tributos a recuperar	1.502	20.792	1.503	20.792
Despesas antecipadas	685	376	788	390
Adiantamento a fornecedores	2.281	1.459	2.281	1.459
Outras contas a receber	3.638	2.759	3.638	2.759
Demais ativos	2.557	1.805	2.557	1.807
Total do ativo circulante	33.123	53.938	33.614	54.157
Ativo não circulante				
Depósitos judiciais	472.986	477.463	472.986	477.463
Tributos a recuperar	19.042	19.808	19.043	19.808
Estoques	91.496	102.303	91.496	102.303
Adiantamento a fornecedores	10.939	11.379	10.939	11.379
Demais ativos	3.909	4.323	3.909	4.373
Realizável a longo prazo	598.372	615.276	598.373	615.326
Investimentos	4.716	4.681	-	-
Imobilizado	3.178.706	5.202.277	3.178.708	5.202.288
Intangível	32.652	59.761	32.652	59.761
Total do ativo não circulante	3.814.446	5.881.995	3.809.733	5.877.375
Total do ativo	3.847.569	5.935.933	3.843.347	5.931.532

BALANÇO PATRIMONIAL – US\$

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Passivo circulante				
Fornecedores	62.584	19.724	62.601	19.732
Empréstimos e financiamentos	5.020.505	4.782.982	5.020.505	4.782.982
Encargos financeiros a pagar	702.640	476.054	702.640	476.054
Salários, provisões e contribuições sociais	6.129	5.513	6.141	5.543
Tributos a recolher	112.134	62.000	112.134	62.011
Provisão para imposto de renda	-	-	41	37
Provisões diversas	1.059.952	710.724	1.059.952	710.724
Demais passivos	15.333	13.806	11.093	9.372
Total do passivo circulante	6.979.277	6.070.803	6.975.107	6.066.455
Passivo não circulante				
Tributos a recolher	31.543	51.894	31.543	51.894
Dividendos	696.148	724.162	696.148	724.162
Provisão para contingência	31.610	29.315	31.610	29.315
Imposto de Renda Diferido	736.296	585.471	736.243	585.418
Provisões diversas	2.983.747	1.879.320	2.983.747	1.879.320
Outras Contas a Pagar País - Partes Relacionadas	1.577.256	993.366	1.577.256	993.366
Demais passivos	12.277	19.773	12.278	19.773
Total do passivo não circulante	6.068.877	4.283.301	6.068.825	4.283.248
Patrimônio líquido				
Capital social	409.774	409.774	409.774	409.774
Reservas de capital	1.619	1.619	1.619	1.619
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.264)	(1.294)	(1.264)	(1.294)
Prejuízo acumulado	(9.610.714)	(4.828.270)	(9.610.714)	(4.828.270)
Total do patrimônio líquido	(9.200.585)	(4.418.171)	(9.200.585)	(4.418.171)
Total do passivo e do patrimônio líquido	3.847.569	5.935.933	3.843.347	5.931.532

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – US\$

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas	14.546	29.208	14.546	29.208
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(241.360)	(185.709)	(241.360)	(185.709)
Prejuízo bruto	(226.814)	(156.501)	(226.814)	(156.501)
Vendas	(15.739)	(11.291)	(15.671)	(10.863)
Gerais e administrativas	(15.223)	(15.466)	(15.223)	(15.466)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(4.206.713)	647.365	(4.206.717)	647.123
Resultado de equivalência patrimonial	35	164	-	-
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(4.464.454)	464.271	(4.464.425)	464.293
Receitas financeiras	20.069	24.970	20.070	24.970
Despesas financeiras	(388.743)	(488.078)	(388.744)	(488.079)
Variações cambiais, líquidas	211.798	115.234	211.785	115.229
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre renda	(4.621.330)	116.397	(4.621.314)	116.413
Imposto de renda corrente	-	-	(16)	(16)
Imposto de renda diferido	(161.115)	(119.260)	(161.115)	(119.260)
Prejuízo do exercício	(4.782.445)	(2.863)	(4.782.445)	(2.863)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE – US\$

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Prejuízo do exercício	(4.782.445)	(2.863)
Outros Resultados Abrangentes (ORA)		
Itens que não serão reclassificados para o Resultado		
Mensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	30	(3)
Outros resultados abrangentes para o exercício	30	(3)
Resultado abrangente total	(4.782.415)	(2.866)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – US\$

	Reservas de capital			Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Ágio na subscrição de ações	Reservas de incentivos fiscais			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	409.774	1.616	3	(1.291)	(4.825.407)	(4.415.305)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(2.863)	(2.863)
Outros resultados abrangentes						
Mensuração de obrigação de benefício pós-emprego	-	-	-	(3)	-	(3)
Resultado abrangente total	-	-	-	(3)	-	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	409.774	1.616	3	(1.294)	(4.828.270)	(4.418.171)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(4.782.445)	(4.782.445)
Outros resultados abrangentes						
Mensuração de obrigação de benefício pós-emprego	-	-	-	30	-	30
Resultado abrangente total	-	-	-	30	-	30
Saldo em 31 de dezembro de 2019	409.774	1.616	3	(1.264)	(9.610.715)	(9.200.586)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – US\$

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre renda	(4.621.330)	116.398	(4.621.314)	116.414
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes dos impostos com caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	91.254	88.460	91.265	88.497
Provisão (reversão) para risco de crédito	5	(3.834)	5	(3.834)
Reversão da provisão para obsolescência dos estoques	6.418	(279)	6.418	(279)
Reversão da provisão para perda na realização dos impostos a recuperar	(1.134)	(66.448)	(1.134)	(66.448)
Provisão (reversão) para recuperação socioambiental e socioeconômica	585.123	(1.165.056)	585.123	(1.165.056)
Provisão (reversão) descomissionamento barragem de Germano	653.129	-	653.129	-
Provisão aporte de acionistas na Fundação Renova	629.858	567.038	629.858	567.038
Provisão para realização de outros ativos	196	189	196	189
Reversão da provisão para contingências	6.322	(8.018)	6.322	(8.018)
Reversão (provisão) para outros passivos	420	212.180	420	212.587
Provisão perda desvalorização de ativo	2.408.156	-	2.408.156	-
Reversão da provisão para baixa de imobilizado	-	(1.951)	-	(1.951)
Perda de ativo imobilizado	956	3.962	956	3.962
Equivalência patrimonial	(35)	(163)	-	-
Juros sobre financiamentos	259.072	195.950	259.072	195.950
Variação cambial – ativos e passivos	(270.253)	(157.766)	(270.253)	(157.766)
	(251.843)	(219.338)	(251.781)	(218.715)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	(718)	(5.138)	(718)	(5.545)
Estoques	4.480	2.203	4.480	2.203
Tributos a recuperar	20.380	807	20.379	806
Depósitos judiciais	(15.011)	58.398	(15.011)	58.398

>> CONTINUA

>> CONTINUAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – US\$

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas antecipadas	(309)	2.842	(399)	2.865
Demais ativos	(2.105)	(106.278)	(2.055)	(106.277)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	42.087	6.740	42.096	6.741
Impostos a recolher	27.946	(2.777)	27.936	(2.820)
Salários, provisões e contribuições sociais	885	(204)	868	(193)
Imposto de renda pago	(540)	(60)	(552)	(71)
Pagamento de juros	(228)	(11.229)	(228)	(11.229)
Provisões diversas	99.926	26.395	99.926	26.395
Demais passivos	(8.207)	65.094	(8.012)	64.926
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(83.257)	(182.545)	(83.071)	(182.516)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado e intangível	(185.258)	(13.896)	(185.261)	(13.896)
Recursos provenientes de alienação de imobilizado	658	-	658	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(184.600)	(13.896)	(184.603)	(13.896)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aplicações financeiras em caixa restrito	(127)	(153)	(127)	(153)
Captação de financiamentos terceiros e partes relacionadas	263.186	200.363	263.186	200.363
Pagamento de empréstimos e financiamentos – terceiros	(150)	-	(150)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	262.909	200.210	262.909	200.210
Efeito de variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	(159)	74	(159)	74
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(5.107)	3.843	(4.924)	3.872
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	20.627	16.784	21.231	17.359
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	15.520	20.627	16.307	21.231

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – US\$

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	16.599	32.410	16.599	32.410
Outras receitas	229.151	608.684	229.151	608.684
Receitas relativas à construção de ativos próprios	245.560	29.881	245.560	29.881
Provisão (reversão) para risco de crédito	(5)	3.834	(5)	3.834
	491.305	674.809	491.305	674.809
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(350.629)	(158.686)	(349.976)	(158.151)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.987.289)	40.381	(1.959.248)	40.630
Perda/recuperação de valores ativos	(2.415.726)	(1.239)	(2.415.725)	(1.239)
	(4.753.644)	(119.544)	(4.724.949)	(118.760)
Valor bruto	(4.262.339)	555.265	(4.233.644)	556.049
Depreciação e amortização	(91.254)	(88.460)	(91.265)	(88.497)
Valor líquido produzido pela Companhia	(4.353.593)	466.805	(4.324.909)	467.552
Valor recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	35	164	-	-
Receitas financeiras	251.913	311.690	251.908	311.691
	251.948	311.854	251.908	311.691
Valor total a distribuir	(4.101.645)	778.659	(4.073.001)	779.243
Distribuição do valor	(4.101.645)	778.659	(4.073.001)	779.243
Pessoal				
Remuneração direta	34.323	29.182	34.947	29.650
Benefícios	13.381	16.688	13.410	16.754
FGTS	2.632	2.258	2.632	2.258
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	208.469	137.440	236.452	137.483
Estaduais	7.394	(65.141)	7.394	(65.141)
Municipais	5.812	1.530	5.812	1.530
Remuneração de capital de terceiros				
Juros (empréstimos, financiamentos e outros)	408.789	659.564	408.797	659.571
Remuneração de capitais próprios				
Prejuízo do exercício	(4.782.445)	(2.862)	(4.782.445)	(2.862)

2.5 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas forem parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo valor justo.

Os custos da transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) e são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros

A classificação de ativos financeiros é baseada no modelo de negócios no qual o ativo é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais (binômio fluxo de caixa contratual e modelo de negócios), conforme resumo demonstrado abaixo:

Categorias / mensuração	Condições para definição de categoria
Custo amortizado	Os ativos financeiros (AF) mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas, de acordo com o modelo de negócios (MN) da empresa.
A valor justo por meio de resultados abrangentes ("VJORA")	Não há definição específica quanto à manutenção dos AF para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas ou realizar a venda dos AF no MN da empresa.
A valor justo por meio de resultado ("VJR")	Todos os outros ativos financeiros.

Para o caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, a Companhia tem como política investir seus recursos em bancos de primeira linha, com classificação mínima de rating A- pela Standard & Poor's ou equivalente (A- Fitch, A3 Moody's).

O contas a receber de clientes e outros recebíveis são classificados ao custo amortizado. Suas respectivas classificações entre custo amortizado, VJR e VJORA estão apresentadas na nota explicativa 31.2.

Todas as aquisições ou alienações regulares de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações regulares correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

A Companhia e suas controladas baixam um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transferem o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado.

Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: (i) custo amortizado; ou (ii) mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros da Companhia, estão classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e incluem os empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores e obrigações com empresas ligadas e outras contas a pagar conforme divulgado na nota explicativa 31.2.

Os mencionados passivos financeiros são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. Os custos de transações estão apresentados como redutores do passivo circulante, sendo apropriados ao resultado no mesmo prazo de pagamento do financiamento que o originou, com base na taxa efetiva de cada transação.

Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros

Em relação à redução ao valor recuperável de ativos financeiros, o CPC 48 – Instrumentos financeiros requer um modelo de perdas de crédito esperadas. O modelo de perdas de crédito esperadas requer que o Grupo contabilize as perdas de crédito esperadas e as variações nessas perdas de crédito esperadas em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial dos ativos financeiros. Em outras palavras, não é mais necessário que um

evento de crédito ocorra antes que as perdas de crédito sejam reconhecidas.

Especificamente, o CPC 48 requer que a Companhia reconheça uma provisão para perdas de crédito esperadas sobre:

- (1) Investimentos em instrumentos da dívida subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes,
- (2) Valores a receber de arrendamento,
- (3) Contas a receber e ativos de contrato, e
- (4) Contratos de garantia financeira aos quais as exigências de redução ao valor recuperável do CPC48 (IFRS 9) são aplicáveis.

Em particular, a CPC 48 requer que a Companhia mensure a provisão para perdas para um instrumento financeiro em valor equivalente à perda de crédito esperada (PCE) durante a vida útil se o risco de crédito relacionado a esse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, ou se o instrumento financeiro corresponder a um ativo financeiro sujeito a redução ao valor recuperável adquirido ou originado. Porém, se o risco de crédito relacionado a um instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial (exceto para um ativo financeiro sujeito a redução ao valor recuperável adquirido ou originado), o Grupo deve mensurar a provisão para perdas para aquele instrumento financeiro em um valor correspondente à PCE do período de 12 meses.

A Companhia revisa periodicamente suas premissas para constituição da provisão para risco de crédito. Para as contas a receber, a Companhia adotou uma abordagem simplificada e realizou o cálculo da perda de crédito esperada, conforme divulgado na nota explicativa 6, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência ao longo da vida do instrumento financeiro, face à revisão dos históricos de suas operações correntes e melhoria de suas estimativas.

2.6 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços, e são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A provisão para redução de preço de vendas é constituída com base na volatilidade do mercado de minério de ferro no cenário mundial. Baseado na tendência de queda do preço de minério de ferro. A Administração realiza avaliação individual dos contratos de cada cliente e constitui provisão no montante suficiente para cobrir eventuais perdas, conforme critérios já divulgados na nota explicativa 2.5.

2.7 Estoques

São avaliados ao custo médio de compras ou produção, que não excede aos valores de mercado ou de realização.

A Samarco utiliza o método de custeio por absorção. Os custos diretos são apropriados mediante apontamento de forma objetiva, e os custos indiretos são apropriados por meio de rateio com base na capacidade normal de produção, incluindo gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

2.8 Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e inclui os encargos financeiros capitalizados.

São elementos que integram o custo de um componente do ativo imobilizado:

- Preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos.
- Quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e a condição necessária para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração.
- A estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local no qual ele está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a Companhia incorre quando o item é adquirido ou são consequência de usá-lo durante determinado período.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

A depreciação e a amortização são iniciadas a partir da data em que os bens são instalados e estão disponíveis para uso. Para os itens diretamente relacionados às respectivas áreas produtivas a depreciação é calculada com base no método das unidades produzidas. Para os restantes a depreciação é calculada com base no método de depreciação e amortização linear considerando os anos divulgados na nota explicativa 12.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Os ganhos e as perdas na alienação de um ativo imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos

da alienação com o valor contábil do ativo imobilizado, sendo registrados de forma líquida em "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.9 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente compreendem os direitos de passagem, direitos minerários e softwares e são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas referentes ao valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada, conforme nota explicativa 13 e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável.

Remoção de estéril para acessar os depósitos de minério

O custo de estéril (custos associados à remoção de estéril e outros resíduos) incorrido durante o desenvolvimento da mina, antes da produção, é capitalizado como parte do custo depreciável do ativo em desenvolvimento. Tais custos são amortizados pelo período da vida útil da mina, baseado nas reservas provadas e prováveis.

Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque, exceto quando é realizada uma campanha de extração específica para acessar depósitos mais profundos da jazida. Nestes casos, os custos são capitalizados e levados ao ativo não circulante quando da extração do depósito de minério, e serão amortizados ao longo da vida útil da jazida.

Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros for prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são apresentados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

2.10 Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros de vida útil definida são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Os ativos que tem uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável. No caso de ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam

disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados dos seus valores presentes, por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado do período de recuperação do capital e os riscos específicos do ativo.

Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados, no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. A partir de novembro de 2015, e ao incremento nos custos esperados com reparação socioambiental e socioeconômica, a Administração realiza anualmente testes para avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*), conforme divulgado nas notas explicativas 12 e 13.

2.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor total de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo desses ativos quando é provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo possa ser mensurado com segurança. Os demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.12 Provisão para contingências

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa

ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

2.13 Provisões para desmobilização de ativos, recuperação socioambiental e socioeconômica

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(a) Obrigações com desmobilização de ativos

Uma obrigação para desmobilização de ativos é reconhecida quando existe uma obrigação legal ou construtiva de realizar recuperação resultantes de distúrbios ambientais, com base em um plano de desmobilização de ativos detalhado e aprovado. Os gastos para fechamento de mina decorrentes da finalização das atividades estão registrados como obrigações com desmobilização de ativos. As obrigações consistem principalmente de custos associados a encerramento de atividades. O custo de desmobilização de ativo equivalente à obrigação está capitalizado como parte do valor contábil do ativo imobilizado, sendo depreciado pelo período de vida útil do ativo.

(b) Recuperação socioambiental e socioeconômica

A provisão socioambiental e socioeconômica é registrada de acordo com as determinações das autoridades competentes, inclusive no âmbito dos acordos firmados em 2 de março de 2016 e 25 de junho de 2018 (notas explicativas 1 e 3). A provisão para recuperação ambiental é constituída quando da identificação de uma área impactada que gera uma obrigação para a Companhia. Um passivo para reparação de danos sociais é reconhecido quando da identificação de necessidade de desembolsos futuros decorrentes de eventos passados relativos a danos cíveis, e, quando há uma estimativa confiável das obrigações.

2.14 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados por seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.15 Imposto de renda

A Companhia calcula o imposto de renda com base na legislação vigente, considerando as adições e exclusões legais previstas. Sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, são constituídos créditos tributários diferidos na proporção da probabilidade que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Este é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados e apresentados pelo líquido no balanço caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

A Companhia possui o benefício da exportação incentivada, o qual se refere à redução do imposto de renda com base na apuração do lucro da exploração de minerais abundantes.

A Companhia possui decisão judicial transitada em julgado, a qual considera inconstitucional a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") portanto, não tributa e recolhe a referida contribuição, conforme mencionado na nota explicativa 19.

2.16 Benefícios a empregados

(a) Obrigação de aposentadoria

O plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a Companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada (ValiaPrev) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados quando devidas.

Para a parcela de benefício definido, existente no plano (ValiaPrev), que representa a obrigação construtiva a Companhia realiza o cálculo atuarial. Quando os benefícios do plano são ampliados, a parcela do aumento do benefício relativo ao serviço passado de empregados é reconhecida imediatamente no resultado.

A obrigação de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido, menos o valor justo dos ativos do plano na data do balanço e é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Entretanto, nenhum ativo é reconhecido por não haver previsão no estatuto do plano de reembolso à Companhia ou redução de contribuições futuras.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

(b) Pagamento baseado em ações

A Samarco opera plano de remuneração baseado em ações teóricas o qual é liquidado em caixa. O valor justo do montante a pagar aos empregados em relação ao seu plano de incentivo de longo prazo é reconhecido como uma despesa e um aumento correspondente no passivo. O montante é reavaliado no mínimo uma vez no ano, a cada data de final de exercício e na data de liquidação. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado.

(c) Assistência médica

A Companhia concede benefícios que envolvem seguro de vida e plano de assistência médica aos empregados e dependentes dos empregados, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia.

2.17 Capital social

A ação ordinária corresponde ao direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

2.18 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no seu estatuto social. Os valores referentes à parcela que excede ao mínimo obrigatório requerido por lei ou estatutariamente são mantidos em conta específica no patrimônio líquido, e somente são provisionados quando da deliberação definitiva que venha a ser tomada pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

2.19 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e incluem custos, despesas e receitas, bem como os rendimentos, encargos e as variações monetárias ou cambiais, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes. Do resultado, são deduzidas/acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda.

De acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente, o reconhecimento de receita de contratos com clientes é baseada na transferência do controle do bem ou serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo (*at a point in time*) ou ao longo do tempo (*over time*), conforme a satisfação ou não das denominadas “obrigações de performance contratuais”. A receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas

a seguir: 1) identificação do contrato; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento da receita.

São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto, ou uma série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

(a) Reconhecimento de receita de vendas de produtos

A receita é reconhecida no momento em que as obrigações de performance contratuais são atendidas. Em nosso caso, como a parte majoritária das vendas envolvem FOB (Free-on-Board), a obrigação de desempenho é atendida quando o produto é entregue ao transportador. Quando ocorre uma incerteza sobre a realização de valor já incluído na receita, o valor incobrável, ou o valor com respeito ao qual a recuperação tenha deixado de ser provável, é reconhecida provisão para ajuste de preço ou perda diretamente como despesa.

(b) Reconhecimento de receitas de serviços

A Companhia vende serviços logísticos no porto de sua propriedade. A receita de serviços é reconhecida no momento que as obrigações de performance contratuais são atendidas. Quando ocorre uma incerteza sobre a realização de valor já incluído na receita, o valor incobrável, ou o valor cuja recuperação tenha deixado de ser provável, é reconhecido como despesa.

(c) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. Os ganhos e as perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

Os efeitos do desconto de ativos e passivos previamente ajustados a seu valor presente são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.20 Arrendamento mercantil

O Grupo aplicou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

Para os contratos antes de 1º de janeiro de 2019, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental do Grupo em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: o Grupo aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis.

(a) Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de janeiro de 2019

No período comparativo, como arrendatário, a Companhia classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo CPC 06(R1).8, 33 IAS 17.8, 33, SIC 15.3.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

(b) Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

2.21 Normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- IFRS 17 Contratos de Seguros

3. EVENTO SIGNIFICATIVO – ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO

Em virtude do rompimento da Barragem de rejeitos de Fundão, ocorrido em 05 de novembro de 2015, a Samarco incorreu em relevantes impactos contábeis, especialmente relacionados a gastos relativos às medidas de prevenção, reparação, contenção e compensação dos danos materiais, ambientais e sociais resultantes do rompimento da barragem.

A Samarco incorreu em gastos e possui provisões para desembolsos futuros que foram contabilizados e divulgados de acordo com o CPC 25 “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”.

Os impactos contábeis relevantes, advindos do evento significativo, no Balanço Patrimonial, nas Demonstrações do Resultado e nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão descritos a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo Circulante	Nota	2019	2018
Adiantamento a fornecedores	(a)	8.089	5.161
Total ativo circulante		8.089	5.161
Não circulante			
Depósitos Judiciais	(b)	337.797	341.942
Imposto de renda diferido	(c)	-	13.285
Total do ativo não circulante		337.797	355.227

Passivo Circulante		2019	2018
Fornecedores	(d)	(28.443)	(22.003)
Provisões diversas	(e)	(4.023.333)	(2.752.791)
Demais Passivos (SEMAD)	(f)	(30.304)	(28.777)
Total passivo circulante		(4.082.080)	(2.803.571)
Não circulante			
Provisões para contingências	(g)	-	(53.138)
Provisões diversas	(e)	(8.148.418)	(6.787.344)
Outras contas a pagar país Partes Relacionadas	(h)	(6.356.498)	(3.848.498)
Demais Passivos LP (SEMAD)	(f)	(45.197)	(71.794)
Total não circulante		(14.550.113)	(10.760.774)
Passivo Líquido		(18.286.307)	(13.203.957)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

		2019	2018
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(i)	(87.190)	(2.821)
Prejuízo bruto		(87.190)	(2.821)
Despesas operacionais			
Provisão aporte Fundação Renova pelos acionista Vale/BHP	(h)	(2.508.000)	(2.091.011)
Provisão (reversão) para recuperação socioambiental esocioeconômica	(e)	(1.955.076)	2.894.783
Despesas com recuperação socioambiental e socioeconômica	(j)	(200.210)	(146.602)
Reversão para capitalização de despesas	(j)	329.290	-
Reversão da provisão para contingência		-	851
Despesas aporte patrimonial Fundação Renova	(e)	(490.000)	-
Despesas com serviços gratuitos Fundação Renova		-	(323)
Multas provenientes de recuperação socioambiental e socioeconômica		(195)	-
Prejuízo (lucro) operacional antes do resultado financeiro		(4.911.381)	654.877
Juros sobre contingências		-	(4.592)
Despesas financeiras provisão de recuperação socioambiental e socioeconômica		(665.979)	(1.227.167)
Juros SEMAD		(4.343)	(6.572)
Resultado financeiro	(k)	(670.322)	(1.238.331)
Prejuízo antes dos impostos sobre renda		(5.581.703)	(583.454)
Imposto de renda diferido		(13.285)	935
Prejuízo do exercício		(5.594.988)	(582.519)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes dos impostos sobre renda	(5.581.703)	(583.454)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Provisão (reversão) para recuperação socioambiental e socioeconômica	1.955.076	(2.940.955)
Provisão aporte Fundação Renova pelos acionista Vale/BHP	2.508.000	2.091.011
Provisão para contingências	-	(3.741)
Encargos Financeiros	665.979	1.227.167
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Aplicações financeiras em caixa restrito	-	224
Depósitos judiciais	4.145	(9.192)
Adiantamento a fornecedores	(2.928)	(4.264)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	6.440	(233)
Outros Passivos (SEMAD)	(25.070)	(21.237)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(470.061)	(244.674)
Redução total líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(470.061)	(244.674)

(a) Adiantamento a fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 8.089 (R\$ 5.161 em 31 de dezembro de 2018) refere-se ao adiantamento a fornecedor relativo a contratação dos especialistas e de consultorias de suporte ao Ministério Público Federal.

(b) Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de depósitos judiciais está registrado no ativo no montante de R\$ 337.797 (R\$ 341.942 em 31 de dezembro de 2018) e sua composição encontra-se detalhada abaixo.

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Cíveis	336.100	337.122
Ambientais	140	3.660
Trabalhista	1.557	1.160
Total	337.797	341.942

(c) Imposto de renda diferido

Impactos contábeis decorrentes do rompimento da barragem foram considerados como diferenças temporárias para fins fiscais, sendo assim, em 31 de dezembro de 2018 a Companhia constituiu imposto de renda diferido ativo decorrente desses valores, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Em função da incerteza da retomada das atividades operacionais da Companhia (nota explicativa 1b), foi realizada uma análise referente a realização do imposto de renda diferido constituído até 31 de dezembro de 2019.

E, por entender que os lucros fiscais futuros e passíveis de tributação a alíquota de 25% não serão suficientes para suportar a utilização do imposto de renda diferido decorrente da Provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica e do prejuízo fiscal, a Companhia optou por não efetivar o reconhecimento contábil do imposto de renda diferido sobre as respectivas rubricas:

	2019		2018	
	Base de Cálculo	Imposto de Renda	Base de Cálculo	Imposto de Renda
Provisão para contingências	-	-	53.138	13.285
Total		-		13.285

(d) Fornecedores

Refere-se aos valores a pagar de R\$ 28.443 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 22.003 em 31 de dezembro 2018), relacionados aos gastos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão.

(e) Provisões diversas

Em 02 de março de 2016, a Samarco, em conjunto com seus acionistas Vale e BHP Billiton Brasil, firmou o TTAC, nos autos da Ação Civil Pública movida pela União e outros, nº0069758-61.2015.4.01.3400, em curso perante a 12a Vara Federal em Belo Horizonte/MG, no sentido de estabelecer os programas, que compreendem medidas e ações para reparações e compensações socioambientais e socioeconômicas decorrentes do rompimento da barragem de Fundão.

Importante notar que figuram como partes do referido Acordo, além da Companhia e de seus acionistas: (i) no âmbito federal, a União, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA"), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ("ICMBio"), a Agência Nacional de Águas ("ANA"), o Departamento Nacional de Produção Mineral ("DNPM") e a Fundação Nacional do Índio ("FUNAI"); (ii) no âmbito de Minas Gerais, o Estado de Minas Gerais, o Instituto Estadual de Florestas ("IEF"), o Instituto Mineiro de Gestão de Águas ("IGAM") e a Fundação Estadual de Meio Ambiente ("FEAM"); e (iii) no âmbito do Espírito Santo, o Estado do Espírito Santo, o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos ("IEMA"), o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo ("IDAF") e a Agência Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo ("AGERH").

A própria extensão do TTAC revela a amplitude do seu alcance, contendo 42 (quarenta e dois) programas, sendo que desses: (i) 23 (vinte e três) de natureza socioeconômica; e (ii) 19 (dezenove) de natureza socioambiental. Vale ressaltar que permeando tais programas, medidas de cunhos reparatório e compensatório serão implementadas. O TTAC ainda prevê a possibilidade de criação de novos programas, caso necessários ao implemento das ações previstas no acordo.

O referido instrumento é estruturado de forma que autoridades públicas competentes poderão opinar, avaliar, e aprovar os projetos desenvolvidos dentro dos programas, e supervisionarão a execução de todos os programas, por meio de um Comitê Interfederativo. Além disso, foram concebidas figuras de experts e painéis técnicos consultivos a fim de resolver controvérsias técnicas de forma científica, embasada e, principalmente, célere.

O TTAC previu a constituição de uma fundação de direito privado (Fundação Renova) que irá desenvolver e implementar os programas cuja gestão estará sujeita a auditoria independente. O prazo do acordo é de 15 anos a partir de sua assinatura, renovável por períodos de um ano, sucessivamente, até que todas as obrigações previstas no TTAC sejam cumpridas.

Nos termos do TTAC, a Samarco é responsável por financiar a Fundação Renova pela duração do referido acordo. Na medida em que a Samarco não cumpre suas obrigações de financiamento de acordo com o TTAC, a Vale e a BHP Billiton Brasil têm obrigações de financiamento proporcional à sua participação na Samarco.

Para o exercício findo de 2019, a Samarco e suas acionistas proveram recursos para a Fundação Renova, conforme abaixo:

- R\$ 3.033.113 em 2019 (R\$ 2.110.711 em 2018), sendo que destes, o montante de R\$ 35.113 (R\$ 19.700 em 2018) foi aplicado diretamente pela Samarco nos programas do TTAC, o montante de R\$ 2.508.000 (R\$ 2.091.011 em 2018) aportados por Vale e BHP Billiton Brasil, na proporção de 50% cada, através de depósitos na Fundação Renova em nome da Samarco, e o montante de R\$ 490.000 aportado diretamente pela Samarco na Fundação Renova.

Em 2020, o montante total a ser aportado na Fundação Renova é de R\$ 4.232.300. Adicionalmente, está estimado um montante de R\$ 13.909 para cobrir os programas executados na Samarco. De 2020 a 2021, as contribuições anuais à Fundação Renova serão de valor suficiente para cobrir a previsão de execução dos projetos de reparação e compensação para cada exercício, sendo que os valores anuais de referência para essas contribuições serão de R\$ 800.000 a R\$ 1.600.000. Destes montantes anuais já estão incluídos a quantia anual de R\$ 240.000 para a execução de projetos de compensação por um período de 15 anos, a contar a partir da assinatura do TTAC em 02 de março de 2016. Adicionalmente, uma contribuição de R\$ 500.000 será destinada a um programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de resíduos sólidos em determinadas áreas. De 2022 em diante, os valores a serem aportados na Fundação Renova serão baseados no planejamento dos programas aprovados pela Fundação Renova na mesma data. O TTAC não especificou um valor mínimo ou máximo neste período.

Em 25 de junho de 2018 foi estabelecido o TAC Governança que prevê a liquidação da Ação Civil Pública no valor de R\$ 20.000.000, suspensão da Ação Civil Pública no valor de R\$ 155.000.000, ratificação parcial do Acordo e sua declaração formal de validade para as partes envolvidas.

Este acordo estabelece, entre outros assuntos, inovações na governança da Fundação Renova para assegurar uma maior participação das pessoas afetadas e um processo para lidar com uma possível renegociação dos programas destinados a reparar a falha da barragem de Fundão, a ser avaliada após a conclusão do trabalho de Especialistas (Peritos) contratados pela Samarco para assessorar o Ministério Público Federal. Sua homologação ocorreu em 8 de agosto de 2018 na 12ª Vara Federal de Minas Gerais.

Baseado no descrito acima, a Administração, assessorada por consultores externos e especialistas, vem elaborando estudos e planos de ação para a reparação e remediação futuros de danos ambientais e sociais decorrentes do rompimento da barragem, assim como a execução de programas compensatórios conforme estabelecido no TTAC. Em 31 de dezembro de 2019, foi registrada provisão para desembolsos futuros relacionados à obrigação presente que foi gerada pelo rompimento da barragem de Fundão. A extensão, o escopo completo, assim como a temporalidade e o custo dos programas de reparação e remediação futuros estão sujeitos a um elevado grau de incerteza porque dependem da conclusão dos estudos dos especialistas, da elaboração dos planos de ações e também do resultado dos julgamentos das demandas judiciais.

A provisão constituída foi descontada a valor presente utilizando (i) a taxa livre de risco de 6,7010% ao ano, esta baseada em título de 12 anos do Brasil no mercado internacional com data de vencimento para 05 de janeiro de 2025 obtido na Bloomberg (EJ137186) e (ii) considerando o fluxo de desembolso esperado nos próximos 11 anos até 31 de dezembro de 2030.

(a) Composição

		2019	2018
Provisão para:			
Programas reparatórios	(e.1)	6.991.829	3.858.342
Programas compensatórios	(e.2)	3.848.285	4.920.666
Outras ações não contempladas no Acordo	(e.3)	1.331.637	761.127
		12.171.751	9.540.135
Passivo Circulante		4.023.333	2.752.791
Passivo Não Circulante		8.148.418	6.787.344

(b) Movimentação

	2019	2018
Saldo em 01 de Janeiro	9.540.135	11.253.923
Realização da provisão	(200.210)	(146.602)
Realização da provisão - aporte Samarco para Fundação Renova	(490.000)	-
Reversão de provisão de recursos para a Fundação Renova pelos acionistas Vale / BHP	(2.508.000)	(2.091.011)
Atualização financeira	665.979	1.227.167
Aumento (redução) da provisão	5.163.847	(703.342)
Saldo em 31 de Dezembro	12.171.751	9.540.135
Passivo Circulante	4.023.333	2.752.791
Passivo Não Circulante	8.148.418	6.787.344

Conforme evolução das ações e conhecimento dos impactos, mudanças nas premissas chave podem resultar em futuras alterações substanciais nos valores provisionados em publicações futuras, destacando:

- Método de remoção dos rejeitos remanescentes nos rios: a remoção dos rejeitos remanescentes nas planícies de inundação, das margens de rios desde Santarém até o início da barragem da UHE de Candonga (Risoleta Neves) será mecânica, com utilização de equipamentos típicos de terraplenagem, sem uso de dragagem. Esse método considera custo de remoção orçado por metro cúbico transportado e horas trabalhadas dos equipamentos de carga e de transporte do rejeito.
- Método de remoção dos rejeitos remanescentes na barragem da UHE de Candonga: a remoção dos rejeitos remanescentes na

barragem será efetuada por dragagem, também compreende atividades de contenção, conforme descrito abaixo:

- Critérios de indenização dos impactados: O Programa de Indenização Mediada teve início efetivo em outubro de 2016 com o intuito de elaborar e executar um programa de ressarcimento e de indenizações, por meio de negociação coordenada, destinado a reparar e indenizar os impactados. Considera o cadastro, análise e indenização incluindo:
 - Bens urbanos e privados;
 - Condições de trabalho e renda individual;
 - Fatalidade e desaparecidos;
 - Pescadores, areeiros e pequenos comerciantes;
 - Empresários individuais e microempresários; e
 - Por falta de água.

- Custos de reparação da UHE de Candonga pela diminuição de vida útil ou para retomada da operação.

(e.1) Programas reparatórios: compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do rompimento da barragem, relacionados no TTAC, cujos principais programas são: levantamento e cadastro dos impactados; proteção e melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas; preservação da memória histórica, cultural e artística; comunicação, participação, diálogo e controle social; reconstrução de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira; recuperação das demais comunidades e infraestruturas impactadas entre Fundão e Candonga; assistência aos animais; auxílio financeiro emergencial aos impactados; revegetação e recuperação ambiental; conservação da biodiversidade aquática; manejo dos rejeitos decorrentes considerando conformação e estabilização *in situ*, escavação, dragagem, transporte, tratamento e disposição; melhoria dos sistemas de abastecimento de água.

(e.2) Programas compensatórios: compreendem medidas e ações que visam compensar impactos não mitigáveis ou reparáveis advindos do rompimento da barragem, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, nos termos dos programas, relacionados no TTAC, cujos principais são: apoio à pesquisa para desenvolvimento e utilização de tecnologias socioeconômicas aplicadas à remediação dos impactos; recuperação e diversificação da economia regional com incentivo à indústria; estímulo à contratação local; recuperação de áreas de preservação permanente (APP); recuperação de nascentes; fortalecimento das estruturas de triagem e reintrodução da fauna silvestre; coleta e tratamento de esgoto e destinação de resíduo sólido; educação ambiental e preparação para emergências ambientais.

(e.3) Outras ações não contempladas no Acordo: compreendem outros desembolsos necessários para o cumprimento de ações derivadas do rompimento da barragem de Fundão, mas que não foram classificadas nos programas do TTAC.

(f) Demais Passivos

A Samarco foi autuada pela SEMAD em R\$ 127.500. A Samarco requereu o parcelamento do valor em 60 meses. A primeira parcela, correspondente à 5% (cinco por cento) do montante, foi paga em dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 30.304 (R\$ 28.777 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a 12 parcelas de curto prazo e o valor de R\$ 45.197 (R\$ 71.794 em 31 de dezembro de 2018) referem-se as parcelas de longo prazo, atualizadas pela SELIC, conforme detalhado na nota explicativa 21.

(g) Contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, trabalhistas e ambientais decorrentes do rompimento da barragem de Fundão. Essas ações movidas por indivíduos, empresas privadas, organizações não governamentais (ONGs) e entidades públicas e governamentais buscam remediação e compensação dos impactos ambientais e socioeconômicos, danos materiais e morais e perda de vidas, além de uma série de compensações para os municípios afetados.

Esses processos judiciais incluem ações civis públicas movidas por promotores estaduais em Minas Gerais e no Espírito Santo, defensores públicos estaduais em Minas Gerais e no Espírito Santo, defensoria da União e procuradores federais. Dada a situação de todos esses processos, a duplicidade dos pedidos solicitados nestas ações e as reivindicações constantes nas ações de R\$ 20.000.000 e R\$ 155.000.000, que estão detalhadas nos próximos parágrafos, não é possível neste momento fornecer uma gama de resultados possíveis ou uma estimativa confiável de exposições futuras.

Conforme definido no TTAC, as reivindicações de vários processos movidos contra a Samarco estão abrangidas neste Acordo. Quaisquer reclamações envolvendo qualquer assunto estabelecido no TTAC devem procurar ser desconsideradas por resolução de mérito ou agrupamento conjunto de reclamações. As perdas estimadas nos créditos cobertos pelo TTAC foram incluídas como parte das diversas provisões para reparação de danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão.

A Companhia foi autuada pelas agências ambientais, sendo autuada pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) devido aos danos ambientais causados pela descarga de resíduos sólidos e líquidos (rejeitos de mineração) nas águas do Rio Doce, e autuada pela SEMAD (Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável), e IEMA-ES (Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos) por causar poluição e degradação ambiental resultando em danos aos recursos hídricos. A Samarco apresentou sua defesa contra essas acusações e está aguardando uma resposta das agências. Os autos de infração totalizam R\$ 755.686 (R\$ 898.253 em 31 de dezembro de 2018). Destaca-se que três Autos de Infração lavrados pelo IBAMA já esgotaram a esfera administrativa e estão sendo discutidos na esfera judicial no âmbito de duas ações: Ação Anulatória e Execução Fiscal. As perdas e saídas resultantes são classificadas como possíveis.

Em relação à Ação Civil Pública nº 0043356-50.2015.8.13.0400, proposta pelo Ministério Público de Minas Gerais visando a reparação integral aos atingidos de Mariana, foi interposto recurso. Existe ação cautelar, na qual foi bloqueado o valor de R\$ 300.000 na conta bancária da Samarco para uso compensatório e medidas de remediação exigidas por essa Ação Civil Pública. A Samarco recorreu a esta Ação, no entanto, em 4 de dezembro

de 2017, o tribunal de Apelação negou o recurso e manteve a decisão que congelou tal quantia. Parte do valor foi desbloqueado em decorrência de investimentos em ações emergenciais/ recuperação mediante acordo com o MPMG. Em 02 de outubro de 2018 Samarco, VALE, BHP Billiton Brasil e Ministério Público de Minas Gerais firmaram acordo para endereçar o pagamento de indenizações naquela comarca mediante utilização dos recursos bloqueados na ação cautelar. Conquanto a ação fora extinta, os valores originalmente bloqueados na ação cautelar serão empregados para o pagamento de parte das indenizações.

Em 30 de novembro de 2015, o Governo Federal do Brasil, estados do Espírito Santo e Minas Gerais e outras autoridades públicas instauraram coletivamente uma ação civil pública perante a 12ª Vara Federal de Belo Horizonte contra a Samarco e seus acionistas, Vale e BHP Billiton Brasil, buscando a criação de um fundo de até R\$ 20.000.000 para agregar aos custos de limpeza e danos.

Em 3 de maio de 2016, o Ministério Público Federal interpôs ação civil pública contra a Samarco e seus acionistas visando a reparação integral, indenização e danos morais por conta dos danos ambientais causados pelo rompimento da barragem de Fundão, requerendo (i) adoção de medidas para mitigar os impactos sociais, econômicos e ambientais decorrentes do rompimento da barragem de Fundão e outras medidas de emergência, (ii) pagamento de indenização à comunidade e (iii) pagamento de dano moral coletivo. O valor da ação inicial reivindicado pelo Ministério Público Federal é de R\$ 155.000.000.

Em 18 de janeiro de 2017, o Ministério Público Federal, a Samarco e seus acionistas assinaram um acordo preliminar ("TAP" ou "Acordo Preliminar") com o Ministério Público Federal, que delinea o processo e cronograma para novas negociações para um acordo sobre as ações de R\$ 20.000.000 e R\$ 155.000.000. Este Acordo Preliminar prevê a nomeação de especialistas para avaliar os programas em matéria de remediação ambiental e social e avaliação e acompanhamento de programas no âmbito do TTAC.

As conclusões dos consultores especializados não vinculados a Samarco, a Vale, a BHP Billiton Brasil, serão consideradas na negociação de um acordo final com o Ministério Público.

Nos termos do Acordo Preliminar, a Samarco e seus acionistas concordaram também em ofertar garantias ("Caução Provisória") no montante de R\$ 2.200.000, a contratação de especialistas aos procuradores federais e a realização de audiências públicas.

Em 24 de janeiro de 2017, a Samarco, a Vale e a BHP Billiton Brasil apresentaram as garantias ao Tribunal que permanecerão em vigor por até 30 (trinta) meses após a homologação do TAC de Governança. Após uma série de prorrogações, em 25 de junho de 2018, as partes chegaram a um acordo sob a forma do TAC Governança.

O Acordo Preliminar firmado na Ação Civil Pública de Ponte Nova prevê a destinação de R\$ 200.000 para serem empregados em ações reparatórias nas regiões circunscritas naquela Comarca. Esta quantia foi aportada para programas na Fundação Renova, e não representou acréscimo no valor de aportes previstos para 2018.

Em 25 de junho de 2018, a Samarco, a Vale e a BHP Billiton Brasil, e demais partes envolvidas, o Ministério Público e as Defensorias Públicas celebraram um acordo que extingue a Ação Civil Pública de R\$ 20.000.000 e aumenta a participação da comunidade nas decisões relacionadas ao processo de reparação. O Acordo estabelece um processo para renegociar os programas ao longo de dois anos (com mais uma opção de extensão de dois anos), a fim de promover a liquidação da Ação Civil Pública no valor de R\$ 155.000.000 (TAC Governança).

A renegociação dos programas será baseada em certos princípios acordados, tais como reparação integral de acordo com a legislação brasileira, com exigência de uma base técnica para quaisquer mudanças propostas, considerando as conclusões de experts nomeados pelas Empresas signatárias do TTAC, dos experts nomeados pelos Procuradores e considerando do posicionamento das comunidades impactadas. Durante o período de renegociação e até que as revisões dos programas sejam acordadas, a Fundação Renova continuará a implementar os programas de acordo com os termos do Acordo Preliminar e do TAC Governança.

O TAC de Governança, foi homologado pela 12ª Vara Federal de Minas Gerais no dia 8 de agosto de 2018, produzindo entre outros efeitos, a extinção da ACP de R\$ 20.000.000 e suspendendo a Ação Civil Pública de R\$ 155.000.000 por um período de 2 anos a partir da sua homologação.

O TAC Governança mantém a garantia provisória prestada no âmbito do Acordo Preliminar por um período de 30 meses, após o qual a Samarco, a Vale e a BHP Billiton Brasil serão requeridos a fornecer a segurança de um valor equivalente ao orçamento anual da Fundação Renova até o limite de R\$ 2.200.000.

A administração também considerou outras reivindicações classificadas como possíveis e / ou prováveis que se encontram na fase inicial e que apresentam incertezas significativas devido a duplicidade dos pedidos solicitados nestas ações e as reivindicações constantes nas ações de R\$ 20.000.000 e R\$ 155.000.000, à definição dos montantes envolvidos, ao prazo de compensação, e outras decisões judiciais e extrajudiciais.

Outros processos e investigações governamentais relacionados ao rompimento da barragem de Fundão podem ser movidos contra a Companhia. Até que novos fatos sejam desenvolvidos e as incertezas já mencionadas resolvidas, não é possível fornecer uma gama de resultados ou uma estimativa confiável das obrigações da Samarco decorrentes dessas questões. Como tal, uma provisão não foi reconhecida ou um passivo

contingente quantificado para estas reivindicações. Somente na plenitude do tempo e no desenvolvimento natural das disputas e da maturidade do processo, com novos assentamentos alcançados e / ou decisões legais, será possível compreender a magnitude real dos impactos e a exposição da Companhia. Esses itens podem levar a impactos significativos nas provisões e resultar em novos ajustes às provisões existentes e / ou no reconhecimento de novas provisões para desembolsos que não podem ser projetados e / ou mensurados atualmente.

A partir de 2019, as ações estimadas como perdas prováveis relacionadas ao rompimento da barragem de Fundão foram registradas como parte da provisão ambiental e socioambiental.

A Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisão para contingências, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas possíveis, sendo os principais:

Descritivo	Posição	2019	2018
Processos Cíveis relacionados, sobretudo a indenizações a terceiros. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda desses litígios é possível.	Processos na esfera judicial em diversas fases processuais.	1.332.643	1.015.248
Processos trabalhistas relacionados, à aplicação de multas pelos órgãos de controle, além de reclamações trabalhistas ajuizadas por empregados próprios e de terceiros.	Processos na esfera judicial em diversas fases processuais.	333.377	8.305
Processos envolvendo riscos ambientais referentes aos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, no que se referem a autuações pelos órgãos de fiscalização.	Processos na esfera judicial em diversas fases processuais.	1.058.067	1.119.995
		2.724.087	2.143.548

(h) Outras contas a pagar para partes relacionadas

Em 30 de dezembro de 2016 foram firmados contratos entre Samarco, Vale e BHP Billiton Brasil de reconhecimento da obrigação da Samarco em pagar aos seus acionistas os valores aportados pelos mesmos para a Fundação Renova. Os aportes são para cumprir com as obrigações previstas no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) firmado com os órgãos no âmbito Estadual e Federal. Em 2019, o montante aportado pelos acionistas diretamente na Fundação Renova foi de R\$ 2.508.000 (R\$ 2.091.011 em 2018) totalizando até 31 de dezembro de 2019 um valor total aportado de R\$ 6.356.498 (R\$ 3.848.498 até 31 de dezembro de 2018).

As informações referentes ao TTAC estão detalhadas na nota explicativa 3(e) e 3(g).

(i) Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

A Companhia incorreu em custos para manutenção e reparação de instalações afetadas pelo rompimento da barragem de rejeitos de Fundão (sobre serviços de terceiros, materiais de construção, combustíveis, dentre outros). Do valor total, o montante de R\$ 76.629 (R\$ 48.993 em 31 de dezembro de 2018) foi registrado como capacidade ociosa, conforme nota explicativa 24.

(j) Outras despesas operacionais

Despesas para recuperação socioambiental e socioeconômica

A composição das despesas desembolsadas pela Samarco relacionadas às medidas de prevenção, reparação, contenção e compensação dos impactos ambientais e sociais resultantes do rompimento da barragem de Fundão, incorridas em 2019 e 2018, encontram-se demonstradas abaixo:

	2019	2018
Programas reparatórios	12.134	19.734
Programas compensatórios	-	56
Ações não contempladas no Acordo	188.076	126.812
	200.210	146.602

A descrição da natureza de cada uma das despesas incluídas no quadro acima, estão detalhadas na nota explicativa 3(e).

Reversão para capitalização de despesas

O montante de R\$ 329.290 refere-se à capitalização das despesas incorridas no projeto Eixo1. Estrutura decorrente da readequação necessária para viabilização da operação da Planta de Germano conforme descrito na nota explicativa 12.

(k) Resultado Financeiro

O resultado financeiro é composto de:

- (i) despesa financeira no montante de R\$ 665.979 (R\$ 1.227.167 em 31 de dezembro de 2018) proveniente da atualização da provisão de recuperação socioambiental e socioeconômica, calculada a valor presente. A taxa utilizada está descrita na nota explicativa 3(e);
- (ii) R\$ 4.343 (R\$ 6.572 em 31 de dezembro de 2018) de juros incorridos da multa ambiental aplicada pela SEMAD.
- (iii) R\$ 4.592 em 31 de dezembro de 2018, refere-se a atualização das provisões para contingências referente aos processos cíveis, trabalhistas e ambientais.

(l) Investigações

Logo após o rompimento da barragem de Fundão, a Companhia, em conjunto com seus acionistas, contratou investigação externa com objetivo de identificar as causas do rompimento da barragem de Fundão. A divulgação pública dos resultados foi realizada ao final do mês de agosto de 2016.

Os resultados, que também foram compartilhados com a Polícia Federal e o Ministério Público, entre outros órgãos envolvidos com os processos de investigação. Além de subsidiar os inquéritos policiais em andamento e as medidas judiciais, as informações fornecidas auxiliarão a Companhia e o setor mineral como um todo na busca por padrões mais elevados de segurança operacional, para que ocorrências dessa natureza nunca mais se repitam.

Em 22 de outubro de 2016, o Ministério Público Federal ofereceu denúncia contra a Companhia, suas acionistas e 22 pessoas físicas, referente ao rompimento da Barragem de Fundão, e foi autuada sob o nº 0002725-15.2016.4.01.3822. Foram imputados à Companhia os crimes ambientais previstos nos artigos 29, caput, §1º, incisos I e II, § 4º, incisos I, III, V e VI, art. 33, art. 38, art. 38-A, art. 40, caput, §2º, art. 49, art. 50, art. 53, incisos I e II, alíneas "c", "d" e "e", art. 54, § 2º, incisos I, III, IV e V c/c art. 58, inciso I, art. 62, inciso I, todos da Lei n. 9.605/98, em concurso com os crimes previstos nos artigos. 68, 69 e, por duas vezes, no art. 69-A, §2º, da Lei nº 9.605/98. A denúncia foi recebida em 17 de novembro de 2016. Após o exame minucioso dos documentos e questões jurídicas relacionadas ao objeto do processo, a resposta da Samarco à acusação foi apresentada dentro do prazo legal. Após apreciação de todas as defesas apresentadas no processo, o Juízo Federal de Ponte Nova deu seguimento à regular tramitação do processo. O TRF1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região), ao julgar habeas corpus impetrado por acusados (pessoas físicas) afastou a acusação de homicídio doloso e, ainda, trancou a ação penal em relação a alguns acusados. Com isso, o Juízo, na mesma linha da

decisão proferida pelo TRF1, além de excluir várias pessoas físicas da acusação, alterou o rito de tramitação do processo – até então submetido ao rito do tribunal do júri, adotando, agora, o rito ordinário. Atualmente o processo encontra-se tramitando de forma regular.

(m) Seguros**(i) Seguros Operacionais**

Desde o rompimento da barragem de Fundão, a Companhia tem negociado com suas seguradoras os recebimentos das indenizações de suas diversas apólices que cobriam os riscos de sua atividade.

Em 2019, a companhia obteve ressarcimento parcial de custos de defesa cobertos pela apólice de Responsabilidade Civil de Administradores e mantém ativo o canal de negociações para que valores adicionais dispendidos e cobertos por suas apólices de seguro sejam ressarcidos.

Quaisquer pagamentos adicionais de indenizações ainda dependem de conclusão das negociações, definições das coberturas, franquias e alocação do montante das perdas cobertas pelas apólices.

(ii) Garantia pecuniária atendimento ao TTAC

É mantido em vigor desde 2017 o seguro de garantia pecuniária que tem por finalidade atender aos termos do TAC – Termo de ajustamento e conduta com o Ministério Público em sua 12ª Vara Federal de Belo Horizonte/MG com o objetivo de garantir o pagamento de valor correspondente aos depósitos em juízo que o Tomador necessite realizar em virtude do inadimplemento das obrigações de custeio e financiamento dos Programas de Reparação Socioambiental e Socioeconômica dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, nos autos da Ação Civil Pública nº0069758-61.2015.4.01.3400 ("Ação"), em trâmite perante o Segurado, movida pela União Federal, Agência Estadual de Recursos Hídricos - AGERH, Agência Nacional de Águas - ANA, Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, Estado de Minas Gerais, Estado do Espírito Santo, Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEAM, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Instituto Estadual de Florestas - IEF, Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA, Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade em face do Tomador e outros. Pagamentos de indenização pela Seguradora ocorrerão em igualdade de condições com outras apólices de seguro apresentadas nos autos da Ação.

(n) Compromissos

Após o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, ocorrido em 05 de novembro de 2015, a Companhia arguiu a cláusula de força maior dos contratos de longo prazo com os fornecedores e prestadores de serviços para a suspensão das obrigações contratuais, com exceção do contrato de energia elétrica.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do saldo de caixa e equivalentes de caixa encontra-se detalhada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos				
No país		564	34	564
No exterior	(a)	52.720	71.011	55.895
Aplicações financeiras				
No exterior	(b)	9.333	8.936	9.333
		62.617	79.981	65.792
				82.322

(a) Contas correntes denominadas em US\$ junto a instituições financeiras no exterior.

(b) Aplicações financeiras de curto prazo denominadas em US\$ junto a instituições financeiras no exterior, cujos rendimentos são atrelados a taxas pré-fixadas, 0,25% a.a. em 31 de dezembro de 2019 (0,4% a.a. em 31 de dezembro 2018). A companhia tem como política investir seus recursos em bancos de primeira linha, conforme política descrita na nota explicativa 2.5.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS EM CAIXA RESTRITO

A composição do saldo das aplicações financeiras, em caixa restrito, encontra-se detalhada abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Aplicações financeiras em caixa restrito	2.505	1.919
	2.505	1.919

Em 31 de dezembro de 2019, o valor em caixa restrito de R\$ 2.505 (R\$ 1.919 em 31 de dezembro de 2018), refere-se a recursos mantidos e aplicados em contas bancárias específicas ("collection accounts") vinculadas a alguns empréstimos e financiamentos bancários, os quais estão passando por um processo de renegociação da dívida, e também a recursos mantidos para garantia de obrigações contratuais relacionados a transmissão de energia.

6. CONTAS A RECEBER

A composição do saldo das contas a receber encontra-se detalhada a seguir:

		Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Cientes no país	(a)	10.571	7.573	10.571	7.573
Cientes no país partes relacionadas (nota 30)		88	88	88	88
Cientes no exterior	(b)	10.660	10.277	12.333	11.855
Cientes no exterior partes relacionadas (nota 30)		1.656	1.561	-	-
		22.975	19.499	22.992	19.516
Perda de crédito esperada	(c)	(11.849)	(11.845)	(13.490)	(13.423)
		11.126	7.654	9.502	6.093

- (a) O valor a receber de clientes no país está relacionado à venda de energia, locação de área portuária e venda de estoque de suprimentos, uma vez que as operações produtivas de minério estão paralisadas.
- (b) O saldo consolidado de R\$ 12.333 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 11.855 em 31 de dezembro de 2018) de clientes no exterior, originou-se dos valores a receber de clientes de minério no exterior.
- (c) As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa totalizam R\$ 11.849 em 31 de dezembro de 2019, na controladora e R\$ 13.490 no consolidado (R\$ 11.845 e R\$ 13.423 em 31 de dezembro de 2018, respectivamente). São constituídas provisões para perdas para o instrumento financeiro que correspondente à perda de crédito esperada do período de 12 meses, conforme política divulgada na nota explicativa 2.5. A provisão na controladora não inclui valores a receber de vendas efetuadas para a controlada Samarco Finance.

A composição do saldo das contas a receber, classificadas por vencimento, encontra-se detalhada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
A vencer	2.499	552	2.530	584
Vencidos até 30 dias	1.583	534	1.583	534
Vencidos de 31 a 60 dias	-	-	-	-
Vencidos de 61 a 90 dias	-	15	-	15
Vencidos há mais de 90 dias	18.893	18.398	18.878	18.383
	22.975	19.499	22.991	19.516

7. ESTOQUES

A composição e a movimentação do saldo dos estoques encontram-se detalhadas a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
(a) Composição		
Produtos acabados	2.041	2.939
Produtos em elaboração	12.263	11.158
Insumos	96.670	95.927
Materiais de consumo e manutenção	304.348	306.583
Provisão para obsolescência de materiais	(32.282)	(6.169)
Adiantamentos a fornecedores	64	69
Total	383.104	410.507
Ativo circulante	14.367	14.166
Ativo não circulante	368.737	396.341
Total	383.104	410.507

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
(b) Movimentação dos produtos acabados		
Saldo em 01 de Janeiro	2.939	1.263
Venda	(1.416)	-
Adição (baixa) por ajuste de inventário	990	2.068
Conversão	(472)	(392)
Saldo em 31 de dezembro	2.041	2.939

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
(c) Movimentação da provisão para obsolescência de estoque		
Saldo em 01 de Janeiro	(6.169)	(6.190)
Aumento (Redução) da provisão	(26.394)	21
Conversão	281	-
Saldo em 31 de dezembro	(32.282)	(6.169)

A Companhia avaliou os seus estoques em 31 de dezembro de 2019, e concluiu que os mesmos não excedem aos valores de realização.

Considerando as incertezas quanto à extensão e natureza das operações em que a Samarco será retomada, os materiais de consumo e insumos foram reclassificados para estoques de longo prazo.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

A composição do saldo de tributos a recuperar encontra-se detalhada a seguir:

		Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
ICMS – Minas Gerais (MG)	(a)	76.688	76.688	76.688	76.688
ICMS – Espírito Santo (ES)	(b)	1.486.138	1.490.668	1.486.138	1.490.668
Provisão para perdas sobre ICMS - ES	(b)	(1.486.138)	(1.490.668)	(1.486.138)	(1.490.668)
PIS e COFINS	(c)	2.305	8.886	2.305	8.886
Imposto de renda a recuperar	(d)	1.902	53.471	1.902	53.471
IRRF sobre rendimentos de aplicações financeiras		22	9.275	22	9.275
Outros		1.881	8.973	1.882	8.975
Total		82.798	157.293	82.799	157.295
Ativo circulante		6.055	80.552	6.056	80.554
Ativo não circulante		76.743	76.741	76.743	76.741
Total		82.798	157.293	82.799	157.295

(a) Referem-se principalmente a créditos na aquisição de ativo imobilizado.

(b) Referem-se a créditos na aquisição de ativo imobilizado, insumos, materiais e outros. Tendo em vista o histórico de não realização dos créditos de ICMS com o Estado do Espírito Santo, a Companhia constituiu provisão para perdas de 100% sobre tais créditos por não ter expectativa de utilização.

(c) Os créditos de PIS e de COFINS referem-se principalmente às aquisições de materiais, insumos, energia elétrica e de ativo imobilizado, cuja apropriação ocorre em 12 meses pela razão de 1/12 por mês. No ano de 2019 foram apropriados somente os créditos referentes às aquisições de energia elétrica, visto que as operações atualmente estão paralisadas.

(d) Imposto de renda a recuperar referente a estimativas mensais recolhidas a maior.

9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 14.662 (R\$ 10.668 em 31 de dezembro de 2018) na Controladora e e no Consolidado, refere-se à recebimento de indenização relativa a diferença entre a energia mensal contratada versus a energia medida consolidada, e à venda de excedentes de energia elétrica adquiridas para o processo produtivo, porém não utilizadas.

10. DEMAIS ATIVOS

		Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Adiantamentos a empregados		5.229	4.590	5.229	4.590
Outros		5.101	2.431	5.166	2.499
Circulante		10.330	7.021	10.395	7.089
COHESA	(a)	17.275	17.275	17.275	17.275
(-) Ajuste a valor presente COHESA	(a)	(2.860)	(2.182)	(2.860)	(2.182)
Adiantamento a empregados		632	286	632	286
Outras contas a receber Ponta Ubu Agropecuária	(b)	1.327	1.327	1.327	1.327
Outros		42	41	42	236
Não circulante		16.416	16.747	16.416	16.942

(a) A Companhia repassa recursos para a Cooperativa Habitacional dos Empregados da Samarco - COHESA, por meio de convênio para implantação de plano habitacional assinado em 1.º de março de 1994, objetivando financiamento para aquisição de imóveis pelos empregados, com prazos que variam de 8 a 25 anos. Os valores repassados serão recebidos em sua totalidade quando do encerramento do Plano Habitacional Samarco - PHS, ou seja, na liquidação do financiamento pelos empregados. Os saldos a receber da COHESA estão ajustados a valor presente. Os juros cobrados pela COHESA são atualizados pelos índices de correção salarial coletivos, praticados pela Companhia.

(b) Os saldos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 no valor de R\$ 1.327, referem-se a despesas de responsabilidade da Ponta Ubu Agropecuária, que foram desembolsados pela Companhia.

11. INVESTIMENTOS

A Companhia registrou resultado positivo de equivalência patrimonial em suas controladas de R\$ 99 em em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 595 em 31 de dezembro de 2018). Em 2019 e 2018 a Companhia não recebeu dividendos provenientes de investimentos em controladas. Nenhuma das investidas tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

	Participação	Quantidade de ações ou quotas	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Patrimônio líquido	Total de passivos	Receita	Custos e despesas	Resultado do exercício
2019											
Samarco Finance Ltd.	100%	50.000	1.824	-	1.824	1.641	183	1.824	-	(25)	(25)
Samarco Iron Ore Europe B.V	100%	180	18.259	4.880	23.139	4.312	18.827	23.139	3.833	(3.709)	123
		Total	20.083	4.880	24.963	5.953	19.010	24.963	3.833	(3.734)	99
2018											
Samarco Finance Ltd.	100%	50.000	1.765	-	1.765	1.578	187	1.765	16	-	16
Samarco Iron Ore Europe B.V	100%	180	17.618	4.609	22.227	4.278	17.949	22.227	5.293	(4.714)	579
		Total	19.383	4.609	23.992	5.856	18.136	23.992	5.309	(4.714)	595

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas demonstrações financeiras individuais da controladora, é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Saldo em 01 de Janeiro	18.136	14.942
Participações no resultado	99	595
Ajustes de conversão	771	2.599
Saldo em 31 de dezembro	19.006	18.136

12. IMOBILIZADO

Em 2019, assim como em 2018, os investimentos realizados corresponderam às necessidades atuais da Companhia.

A composição do saldo das contas de ativo imobilizado encontra-se detalhada abaixo:

Custo	Consolidado										Controladora	
	Terrenos	Instalações industriais (edifícios, máquinas e equipamentos)	Mineroduto e sistemas correlatos	Descomissionamento de planta	Equipamento de processamento de dados e móveis e utensílios	Embarcações e veículos	Ferramentas e bens de massa	Direito de Uso	Bens em construção	Total	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2017		203.530	14.452.558	7.878.095	94.647	220.953	480.976	273.506	-	99.467	23.703.732	23.702.439
Adições	(a)	-	-	-	-	-	-	-	-	119.843	119.843	119.843
Provisão baixa (Guilman - Cemig)	(b)	-	(1.200)	(5.278)	-	-	-	-	-	-	(6.478)	(6.478)
Transferências – entradas	(c)	778	37.519	14.665	-	11.165	17.324	14.427	-	-	95.878	95.878
Transferências – saídas		-	(19.338)	(3)	-	-	(12.184)	(2.659)	-	(61.694)	(95.878)	(95.878)
Transferências não onerosa – saídas	(d)	(203)	(83.496)	-	-	-	-	-	-	-	(83.699)	(83.699)
Alienações		-	(245)	-	-	(104)	(7)	(15)	-	(5.414)	(5.785)	(5.785)
Efeito das variações das taxas de câmbio	(e)	35.071	2.396.380	1.352.405	(50.795)	40.326	83.560	48.796	-	3.221	3.908.964	3.908.721
Saldo em 31 de Dezembro de 2018		239.176	16.782.178	9.239.884	43.852	272.340	569.669	334.055	-	155.423	27.636.577	27.635.041
Adições	(a)	-	-	-	-	6	-	-	28.334	729.647	757.987	757.981
Avaliação de Estudo do Descomissionamento de Planta	(f)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.068.323	1.068.323	1.068.323
Transferências – Entradas	(c)	39.203	8.851	2.037	1.068.323	4.596	718	578	-	-	1.124.306	1.124.306
Transferências – Saídas		-	(8)	(647)	-	-	-	-	-	(1.123.553)	(1.124.208)	(1.124.208)
Alienações		(2.625)	(1.717)	(49)	-	(1.603)	(3.071)	(16)	(6.161)	(1.265)	(16.507)	(16.507)
Efeito das variações das taxas de câmbio	(e)	10.181	668.360	371.974	(17.673)	9.106	21.732	13.450	735	4.661	1.082.526	1.082.459
Saldo em 31 de Dezembro de 2019		285.935	17.457.664	9.613.199	1.094.502	284.445	589.048	348.067	22.908	833.236	30.529.004	30.527.395

Depreciação acumulada, perda por redução ao valor recuperável (impairment) e variação das taxas de câmbio	Consolidado										Controladora
	Terrenos	Instalações industriais (edifícios, máquinas e equipamentos)	Mineroduto e sistemas correlatos	Descomissionamento de planta	Equipamento de processamento de dados e móveis e utensílios	Embarcações e veículos	Ferramentas e bens de massa	Direito de Uso	Bens em construção	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(4.128.700)	(1.534.829)	(26.445)	(146.173)	(219.322)	(71.997)	-	-	(6.127.466)	(6.126.333)
Depreciação no período	-	(121.015)	(5.960)	(4.381)	(16.498)	(25.677)	(8.873)	-	-	(182.404)	(182.283)
Provisão baixa (Guilman - Cemig)	(b)	163	856	-	-	-	-	-	-	1.019	1.019
Transferências – entradas	(c)	(3.912)	(1)	-	-	(3.837)	-	-	-	(7.750)	(7.750)
Transferências – saídas	-	3.913	-	-	-	3.837	-	-	-	7.750	7.750
Alienações	-	129	-	-	99	6	9	-	-	243	243
Efeito das variações das taxas de câmbio	(e)	(804.481)	(259.560)	(2.652)	(34.290)	(53.244)	(19.037)	-	-	(1.173.264)	(1.173.024)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(5.053.903)	(1.799.494)	(33.478)	(196.862)	(298.237)	(99.898)	-	-	(7.481.872)	(7.480.378)
Depreciação no período	-	(118.741)	(6.220)	(4.381)	(15.921)	(25.044)	(9.022)	(19.582)	-	(198.911)	(198.877)
Alienações	-	983	36	-	1.475	1.911	14	(5.276)	-	9.695	9.695
Impairment	(g)	(138.389)	(4.716.094)	(2.908.155)	(949.696)	(33.093)	(114.476)	(103.610)	(6.222)	(634.001)	(9.603.736)
Efeito das variações das taxas de câmbio	(e)	-	(313.784)	(75.522)	1.348	(15.123)	(28.542)	(11.468)	(576)	-	(443.667)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(138.389)	(10.201.539)	(4.789.355)	(986.207)	(259.524)	(464.388)	(223.984)	(21.104)	(634.001)	(17.718.491)	(17.716.889)

Saldo	Consolidado										Controladora
	Terrenos	Instalações industriais (edifícios, máquinas e equipamentos)	Mineroduto e sistemas correlatos	Descomissionamento de planta	Equipamento de processamento de dados e móveis e utensílios	Embarcações e veículos	Ferramentas e bens de massa	Direito de Uso	Bens em construção	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	239.176	11.728.275	7.440.390	10.374	75.478	271.432	234.157	-	155.423	20.154.705	20.154.663
Saldo em 31 de dezembro de 2019	147.546	7.256.125	4.823.844	108.295	24.921	124.660	124.083	1.804	199.235	12.810.513	12.810.506

(a) Em 31 de dezembro de 2019, as adições relacionadas aos bens em construção resultaram em um montante de 729.647 (R\$ 119.843 em 2018). Deste total de adições, cabe destacar o principal projeto, abaixo detalhado:

- R\$ 385.280 - barramento eixo 1

Conforme descrito na nota explicativa 1(b), em decorrência da nova legislação e visando maior segurança na retomada das operações, a Samarco revisou o projeto de disposição de rejeito na cava de Alegria Sul, retirando o dique de contenção, adotando então, o sistema de disposição em “cava confinada”. Para essa readequação, como parte necessária para viabilização da operação da Planta de Germano, as estruturas de Nova Santarém e dique S3 foram incluídas no escopo do licenciamento operacional corretivo, dando

condição legal já regularizada para o retorno das operações.

O barramento Eixo 1 é parte integrante do Vale do Fundão e que viabilizará a operação da Planta de Germano em médio prazo, uma vez que a área criada pela construção do dique será utilizada para descartar parte dos rejeitos arenosos (que será filtrado e empilhado a seco).

A composição das adições por natureza são como segue:

Denominação do Projeto	Data de início	Data final	2019	2018
Barramento Eixo 1	2019	2020	385.280	-
PCN - reposição de rejeitos na cava	2016	2020	110.197	34.108
Sistema de desaguamento de rejeito arenoso e lama	2018	2020	70.994	3.021
Adequação dique Macacos e oficina	2018	2020	24.933	19.601
Recuperação estrutural Ubu	2018	2021	17.607	8.803
Terrenos	2018	2021	15.352	24.764
Condicionante ambiental hídrica	2018	2021	11.210	2.334
Sobressalentes Germano/Ubu	2014	2019	7.411	2.119
Projetos TI - Prontidão Operacional Hardwares	2019	2020	5.477	-
Barragem Muniz Freire	2018	2019	1.463	1.606
Proteção divisas propriedades Samarco	2018	2019	1.353	440
Retorno do concentrador 2	2018	2019	1.063	2.830
Gastos de capital UHE Guilman Amorim	2016	-	937	951
Adequação barragem Matipó	2018	2020	509	2.788
Adequação barragem Norte	2018	2019	230	1.718
Softwares planejamento de mina	2018	2019	-	1.954
Eletrocentro da automação e instrumentação	2017	2018	-	311
Aquisição de acelerômetro e sismômetros	2017	2018	-	179
Reforma e ampliação do restaurante de Germano	2013	2018	-	46
Aquisição de equipamentos da hidrogeologia	2017	2018	-	29
Implantação de sistema bloqueio lógico	2017	2018	-	16
Aquisição de ferramentas da GMU (necessário para internalizações)	2016	2018	-	14
Outros	-	-	75.631	12.211
Total			729.647	119.843

- (b) Provisão para transferência não onerosa de ativos imobilizados da subestação 230KV instalados no consórcio UHE usina hidroelétrica Guilman Amorim. Os ativos serão transferidos para a CEMIG Companhia Energética de Minas Gerais S.A em decorrência de requisito legal.
- (c) Os investimentos em ativo imobilizado e intangível são registrados na rubrica bens em construção. Uma vez que tais investimentos são concluídos e é iniciada sua operação, é realizada a capitalização (transferência) dos bens para as respectivas contas de imobilizado e intangível, obedecendo a natureza contábil de cada bem.
- (d) Transferência não onerosa para Furnas da subestação 345KV Barro Branco, conforme resolução n.º 2.260/10 da ANEEL.
- (e) O efeito das variações da taxa de câmbio refere-se à conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional (Dólar norte-americano) para a moeda de apresentação (Real).
- (f) O estudo de avaliação de descomissionamento das plantas industriais foi revisado e resultou em um aumento de aproximadamente R\$ 1.068.323 conforme nota explicativa 20.
- (g) A Companhia reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, uma redução de R\$ 9.603.736 no valor de seus ativos imobilizados conforme detalhado na nota explicativa 12.1.

12.1 Análise do valor recuperável (*impairment*)

Em decorrência da paralisação das operações da Companhia em Mariana, como consequência do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, a Samarco identificou indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e efetuou teste de "impairment" no exercício.

A avaliação do valor recuperável dos ativos foi realizada com base em fluxos de caixa projetados com o plano de mina revisado, considerando a Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) vida útil estimada das minas da Samarco; (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia para o período correspondente a vida útil estimada; (iii) taxa de desconto que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (weighted average cost of capital – WACC); (iv) projeções de mercado em relação às taxas de câmbio (Real/Dólar Americano); (v) projeções de mercado em relação à cotação do preço da pelota de minério de ferro (BF e DR). Para cálculo do impairment foram considerados os valores registrados no ativo imobilizado e intangível.

As principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso da UGC foram: WACC de 10,9%; taxa de câmbio média para 2020 de R\$ 3,94; preço médio da pelota BF e DR, conforme índice Platts e prêmio de pelota

projetado por analistas de mercado e referências internacionais de frete marítimo.

Na avaliação da recuperabilidade dos ativos não financeiros de longo prazo, com base nos fluxos de caixa projetados, a Companhia reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, uma redução no valor de R\$ 9.705.110, considerando que o montante de R\$ 9.603.736 foi reconhecido no ativo imobilizado e, o montante de R\$ 101.374 reconhecido no ativo intangível (nota explicativa 13).

É importante ressaltar que os insuficientes recursos de caixa disponíveis para atender à obrigação da Companhia, bem como as incertezas quanto ao momento em que a Companhia retomará suas operações, levantam dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia de continuar a operar (nota explicativa 1).

12.2 Valor residual

A Companhia adota como política estender ao máximo a vida útil de seus ativos, por meio da realização de manutenções preventivas e corretivas. Tais políticas permitem manter seus ativos em perfeito funcionamento e produzindo por longos períodos de tempo até que efetivamente se tornem obsoletos ou sucateados. Portanto não há expectativa de recuperação de valores na venda de ativos imobilizados, ou que seus valores residuais aproximam-se de zero.

12.3 Bens em garantia

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía bens dados em garantia para lastrear processos judiciais. Esses bens estão registrados como ativo imobilizado e compreendem máquinas e equipamentos, terrenos e sistemas correlatos, cujo valor contábil líquido é de R\$ 2.347.362 (R\$ 2.160.292 em 2018). O valor é composto pelo custo de aquisição do ativo menos a depreciação e não inclui o resultado da redução ao valor recuperável. Para 2019 houve acréscimo no montante de R\$ 187.192, relacionados a ativos imobilizados dados em garantias em processos associados à barragem de Fundão (autuações do Ibama que foram judicializadas), conforme descrito na nota explicativa 3(g).

12.4 Vida útil

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado, a companhia concluiu no decorrer do ano de 2019 que as vidas úteis residuais de seu complexo industrial transcorreram normalmente, haja vista que não ocorreram alterações no uso esperado do ativo, que é avaliado com base na capacidade ou na produção física esperada do mesmo. Portanto não houve mudanças nos padrões de uso do imobilizado da Samarco em 2019, ou seja, suas vidas úteis estão compatíveis com o benefício esperado de seu complexo industrial.

Segue abaixo resumo da descrição das contas que compõem o ativo imobilizado, assim como a vida útil por natureza contábil dos bens, utilizada para calcular a depreciação, com base no

método das unidades produzidas para os itens diretamente relacionados às respectivas áreas produtivas e o método linear de depreciação para os restantes:

Item	Descrição das contas	2019		2018	
		Vida útil média ponderada em anos	Anos de depreciação	Vida útil média ponderada em anos	Anos de depreciação
Edifícios	Prédios, galpões, guaritas, pavimentações e benfeitorias de obras civis.	29	10 a 50	29	10 a 50
Máquinas e equipamentos	Forno, discos de pelotização, ship loader, carregadeiras, precipitadores, moinhos de bolas, carros de grelha e outros afins.	17	10 a 50	18	10 a 50
Mineroduto e sistemas correlatos	Tubulação para o transporte de minério e instalações industriais, tais como, transportadores de correia, cabeamento e outros.	15	20 a 43	16	20 a 43
Descomissionamento de planta	Obrigações ambientais de descontinuidade do mineroduto e instalações industriais de Germano e Ubu.	37	43	37	43
Equipamentos de processamento de dados	Microcomputadores, impressoras, monitores, notebooks, servidores, interfaces ópticas, coletores, switch, hub, patch panel, racks etc.	4	5	3	5
Móveis e utensílios	Cadeiras, mesas, armários, e outros mobiliários afins.	5	10	6	10
Embarcações	Barcos, balsas, lanchas e dragas.	15	9 a 24	15	9 a 24
Veículos	Automóveis, caminhões, empilhadeiras, guindastes, tratores, carregadeiras.	8	4 a 25	8	4 a 25
Ferramentas	Chaves de impacto, multímetros, taquímetros, microscópicos e outros aparelhos de pequeno porte.	7	10 a 25	8	10 a 25
Bens de rodízio	Partes e peças de máquinas e equipamentos e instalações industriais.	20	10 a 27	20	10 a 27
Bens de massa	Disjuntores, capacitores, bombas hidráulicas e outros bens de pequeno porte.	15	5 a 24	16	5 a 24

12.5 Ativos de Direito de Uso

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.1(c) e nº 2.20, os diversos ativos, como: imóveis, veículos, equipamentos de produção e equipamentos de TI, eram classificados anteriormente como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente ao Grupo.

A partir de 2019, com a implantação do CPC 06(R2) - Arrendamentos, a Companhia passou a reconhecer ativos de direito de uso, ou seja, esses arrendamentos passaram a constituir o grupo de imobilizado no balanço patrimonial.

13. INTANGÍVEL

A composição do ativo intangível encontra-se detalhada abaixo:

	Consolidado								Controladora	
	Direito de Passagem	Direitos Minerários	Outros Direitos	Remoção de Estéril	Direito Conexão-Uso Rede Básica LT 345KV	Sistemas Aplicativo Softwares	Bens em construção	Total	Total	
Custo										
Saldo em 31 de dezembro de 2017		27.944	41.838	1.906	25.534	-	163.651	1.719	262.592	262.586
Adições	(a)	-	-	-	-	-	-	763	763	763
Transferência não onerosa – Entradas	(b)	-	-	-	-	83.699	-	-	83.699	83.699
Transferências – Entradas		157	-	-	-	475	2.182	-	2.814	2.814
Transferências – Saídas		-	-	-	-	-	-	(2.814)	(2.814)	(2.814)
Efeito das variações das taxas de câmbio	(c)	4.796	7.170	326	4.376	69.407	28.531	335	114.941	114.938
Saldo em 31 de dezembro de 2018		32.897	49.008	2.232	29.910	153.581	194.364	3	461.995	461.986
Adições	(a)	-	-	-	-	-	-	4.036	4.036	4.036
Transferências – Entradas		346	-	-	-	-	3.522	-	3.868	3.868
Transferências – Saídas		(100)	-	-	-	-	-	(3.868)	(3.968)	(3.968)
Efeito das variações das taxas de câmbio	(c)	1.347	1.972	90	1.204	6.180	8.083	4.461	23.337	23.337
Saldo em 31 de dezembro de 2019		34.490	50.980	2.322	31.114	159.761	205.969	4.632	489.268	489.259

	Consolidado								Controladora	
	Direito de Passagem	Direitos Minerários	Outros Direitos	Remoção de Estéril	Direito Conexão-Uso Rede Básica LT 345KV	Sistemas Aplicativo Softwares	Bens em construção	Total	Total	
Amortização										
Saldo em 31 de dezembro de 2017		(9.893)	(28.917)	(1.906)	(9.032)	-	(132.022)	-	(181.770)	(181.764)
Amortização do período	(d)	(299)	(163)	-	(1.771)	-	(8.820)	-	(11.053)	(11.053)
Efeito das variações das taxas de câmbio	(c)	(2.031)	(5.220)	(326)	(2.692)	-	(27.377)	-	(37.646)	(37.643)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		(12.223)	(34.300)	(2.232)	(13.495)	-	(168.219)	-	(230.469)	(230.460)
Amortização do período	(d)	(296)	(163)	-	(1.560)	-	(8.403)	-	(10.422)	(10.422)
Alienações		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impairment	(e)	(7.663)	(4.313)	-	(8.062)	(66.831)	(10.981)	(3.524)	(101.374)	(101.374)
Efeito das variações das taxas de câmbio	(c)	(853)	(1.662)	(90)	(1.654)	-	(11.156)	-	(15.415)	(15.415)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		(21.035)	(40.438)	(2.322)	(24.771)	(66.831)	(198.759)	(3.524)	(357.680)	(357.671)

	Consolidado								Controladora	
	Direito de Passagem	Direitos Minerários	Outros Direitos	Remoção de Estéril	Direito Conexão-Uso Rede Básica LT 345KV	Sistemas Aplicativo Softwares	Bens em construção	Total	Total	
Saldo										
Saldo em 31 de dezembro de 2018		20.674	14.708	-	16.415	153.581	26.145	3	231.526	231.526
Saldo em 31 de dezembro de 2019		13.455	10.542	-	6.343	92.930	7.210	1.108	131.588	131.588

(a) Os investimentos e os gastos relativos ao intangível são registrados na rubrica Bens em construção no ativo imobilizado. Uma vez que tais investimentos são concluídos e é iniciada sua operação, é realizada a capitalização (transferência) desses bens para as respectivas contas de intangível, obedecendo à natureza contábil de cada bem.

A composição das adições por natureza são como segue:

Denominação do Projeto	Data de início	Data final	2019	2018
Softwares de planejamento de mina	2018	2019	1.717	-
Projetos TI - Prontidão operacional softwares	2019	2020	1.258	-
Sistemas de gestão TI - aquisições software/licenciamentos	2013	2019	715	762
Regularização de conformidade imobiliária	2019	2019	346	-
Total			4.036	762

- (b) Transferência não onerosa para Furnas da subestação 345KV Barro Branco, conforme resolução n.º 2.260/10 da ANEEL.
- (c) O efeito das variações da taxa de câmbio refere-se à conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional (Dólar norte-americano) para a moeda de apresentação (Real).
- (d) Para os direitos de passagem e direitos minerários, a amortização do intangível é calculada segundo expectativa de vida útil das minas de minério de ferro de propriedade da Companhia. Para os demais é aplicado o método linear.
- (e) A Companhia reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, uma redução de R\$ 101.374 no valor de seus ativos intangíveis conforme detalhado na nota explicativa 12.1.

13.1 Vida útil

Segue abaixo resumo da descrição das contas que compõem o ativo intangível, assim como a vida útil por natureza contábil:

Item	Descrição das contas	2019		2018	
		Vida útil média ponderada em anos	Anos de depreciação	Vida útil média ponderada em anos	Anos de depreciação
Direitos de passagem	Direitos adquiridos para utilização da faixa de servidão do solo, para a passagem dos minerodutos.	33	43	34	43
Direitos minerários	Direitos minerários para exploração de jazidas de minério de ferro.	34	43	35	43
Remoção de estéril	Custos de remoção de estéril, incorridos em mina de superfície durante a fase de produção da mina.	21	25	21	25
Direito rede básica LT 345KV	Direito de conexão-uso a rede básica LT 345KV	25	25	25	25
Sistemas aplicativos <i>software</i>	<i>Softwares</i> e licenças.	4	5	4	5

13.2 Pesquisa e desenvolvimento

A Companhia efetuou desembolso referente a gastos com pesquisas e desenvolvimento no montante de R\$ 19.602 (R\$ 27.471 em 2018); os mesmos foram reconhecidos como outras despesas operacionais líquidas no ano de 2019 (nota explicativa 26).

14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Mercado interno	250.578	70.316	250.595	70.332
Mercado externo	1.164	4.095	1.204	4.095
Partes relacionadas (nota 30)	323	2.028	323	2.028
	252.065	76.439	252.122	76.455

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos são instrumentos utilizados para financiar os projetos e necessidades diversas da Companhia.

Com a paralisação de suas atividades operacionais, a Companhia não atendeu algumas obrigações presentes

em seus contratos de empréstimos e financiamentos.

Como consequência desses não-cumprimentos, todos os empréstimos e financiamentos foram reclassificados para o curto prazo, refletindo um aumento nos valores de provisão de juros.

Empréstimos e Financiamentos		Controladora e Consolidado	
		2018	2017
Operações no Exterior	Bonds	8.837.406	8.488.689
	EPPs (receita de exportação)	6.432.040	6.183.223
Operações no país	BNDES FINAME	139.323	139.323
	Mútuo Petrobras	6.249	6.881
	DEBENTURES (nota 30)	4.818.120	3.712.111
Total		20.233.138	18.530.227
Circulante		20.233.138	18.530.227

No exercício de 2019, a Companhia contratou operações de empréstimos com seus acionistas Vale e BHP Billiton Brasil através de emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, sendo a 11ª emissão celebrada com a BHP Billiton Brasil e a 12ª emissão com a Vale, no montante de R\$ 805.530 com vencimento em 22 de janeiro de 2020. Nesta data, as mesmas foram repactuadas com novo vencimento em 22 de janeiro de 2021. As emissões de Vale e BHP possuem condições idênticas quanto ao valor, prazo (1 ano) e juros (LIBOR acrescida de 1,15% ao ano).

No exercício de 2019, também ocorreu o vencimento de algumas emissões e todas elas foram repactuadas, com seus vencimentos prorrogados por mais 1 ano:

- 1ª e 2ª emissões celebradas em 2016 com BHP Billiton Brasil e Vale respectivamente, venceram em 02 de agosto de 2019 e foram repactuadas com novo vencimento em 02 de agosto de 2020 e valor total de R\$ 1.174.136.

- 3ª e 4ª emissões celebradas em 2017 com BHP Billiton Brasil e Vale respectivamente, venceram 03 de janeiro de 2019 e foram repactuadas com novo vencimento para 3 de janeiro de 2021.
- 5ª e 6ª emissões celebradas em 2017 com BHP Billiton Brasil e Vale respectivamente, venceram em 12 de julho de 2019 e foram repactuadas com novo vencimento em 12 de julho de 2020 e valor total de R\$ 592.325.

Em 31 de dezembro de 2019, a provisão de juros incidentes sobre os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, que

representavam 75,5% do total dos empréstimos e financiamentos (79,2% em 31 de dezembro 2018), se apresentava como segue:

Encargos financeiros a pagar – moeda estrangeira USD	Controladora e Consolidado			
	2019		2018	
	Valor de principal	Provisão de juros	Valor de principal	Provisão de juros
Taxa de juros (ao ano)				
2% a 3%	1.958.629	291.067	-	-
3% a 4%	4.473.411	623.055	5.698.948	492.892
Acima de 4%	8.837.406	1.771.720	8.972.964	1.248.395
	15.269.446	2.685.842	14.671.912	1.741.287

Em 31 de dezembro de 2019, os juros sobre os empréstimos e financiamentos em moeda local, que representavam 24,5%

(20,8% em 31 de dezembro de 2018) do total dos empréstimos e financiamentos, se apresentava como segue:

Encargos financeiros a pagar – moeda local	Controladora e Consolidado			
	2019		2018	
	Valor de principal	Provisão de juros	Valor de principal	Provisão de juros
Taxa de juros (ao ano)				
3% a 4%	4.719.632	134.829	3.742.940	95.968
Acima de 4%	244.060	11.037	115.375	7.073
	4.963.692	145.866	3.858.315	103.041

As emissões de debêntures em moeda local possuem taxas de juros atreladas à Libor.

Em 2019, o movimento de empréstimos e financiamentos e encargos financeiros a pagar é representado conforme tabela abaixo:

O custo médio da dívida em 2019 em moeda estrangeira foi de 3,7% a.a. e em moeda local foi de 4,3% a.a. (o custo consolidado em 2018 foi de 4,2% a.a.).

	Controladora e Consolidado
	2019
Empréstimos e financiamentos, encargos financeiros a pagar em 01 de janeiro	20.374.555
Adição captação de financiamentos	1.027.139
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(632)
Adição encargos financeiros	1.023.697
Pagamento de encargos financeiros	(949)
Varição Cambial, líquida	639.332
Conversão de moeda custo amortizado	1.706
Empréstimos e financiamentos, encargos financeiros a pagar em 31 de dezembro	23.064.848

Garantias e obrigações dos empréstimos e financiamentos

Em decorrência da situação não operacional da Companhia, desde o rompimento da barragem de Fundão, algumas obrigações (covenants) presentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos não foram cumpridas, como o índice de endividamento (Net Debt/EBITDA limitado a 4:1). Além disso, a Companhia deixou de pagar valores de principal e juros de empréstimos vencidos no exercício.

Para o cálculo do índice Net Debt/EBITDA a Companhia utiliza um EBITDA ajustado como base de cálculo dos financial covenants, este em consonância com as definições incluídas nos diversos contratos vigentes com os credores. Para tal critério são excluídos ganhos e perdas extraordinárias não caixa, tais como provisões, a fim de refletir no EBITDA a expectativa de geração de caixa, portanto avaliando a solidez e liquidez financeira da Companhia e sua capacidade de pagar toda a dívida num determinado período de tempo.

A Companhia contratou o J.P. Morgan para atuar como assessor financeiro na renegociação da sua dívida. As negociações com os credores, bancos e bondholders estão em curso.

Class Action Complaint (ação coletiva).

Em 14 de novembro de 2016, uma ação coletiva putativa foi proposta no Tribunal Distrital dos Estados Unidos - Distrito Sul de Nova York - em nome de todos os compradores de "bond notes", papéis que foram adquiridos entre 31 de outubro de 2012 e 30 de novembro de 2015, e com vencimento em dez anos (2022, 2023 e 2024), contra Samarco e seu ex-diretor presidente. A queixa contém reivindicações sob as leis federais de valores mobiliários dos EUA e indica que o requerente buscará a aprovação da corte americana para proceder com uma ação coletiva (class action).

Em 6 de março de 2017, esta ação coletiva putativa foi alterada para incluir a BHP Group Ltd, a BHP Group Plc, a BHP Billiton Brasil Ltda, e a Vale S.A. e executivos da Samarco, incluindo quatro membros do seu Conselho de Administração, que é composto por representantes da Vale e da BHP Billiton Brasil. Em 05 de abril de 2017 o Safrá apresentou pedido de desistência da ação contra as pessoas físicas, sendo mantidas apenas as pessoas jurídicas (Samarco, Vale e BHP Billiton Brasil).

Em 31 de agosto de 2017 foi apresentada a "Motion to Dismiss the Amended Complaint" elaborada em conjunto por Samarco, Vale e BHP Billiton Brasil. Em junho de 2019 a defesa prévia da Samarco foi acolhida julgando a ação extinta em sua fase preliminar.

A referida decisão de extinção foi objeto de recurso pelos Autores. A Samarco aguarda abertura do seu prazo para apresentação de réplica ao referido recurso.

Caso a decisão de extinção seja revertida, o caso volta a fase de instrução para apuração do montante das indenizações pleiteadas.

Dado o estágio preliminar desta ação, não é possível neste momento, fornecer os possíveis resultados ou uma estimativa confiável de potenciais exposições futuras da Samarco.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

16.1 Benefícios de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social (ValiaPrev), caracterizada por ser uma entidade multipatrocinada, com multiplano, administrando planos de benefícios com independência patrimonial e assegurando aos seus participantes e dependentes benefícios complementares ou assemelhados aos da Previdência Oficial Básica. O plano oferecido é de contribuição definida e engloba os seguintes benefícios:

- Renda de aposentadoria normal
- Renda de aposentadoria antecipada
- Suplementação da aposentadoria por invalidez
- Suplementação de pensão por morte
- Renda de pensão por morte
- Renda de benefício diferido por desligamento
- Suplementação de abono anual
- Renda de abono anual
- Resgate

(a) Plano de aposentadoria de contribuição definida

Para custeio do plano são realizadas contribuições ordinárias em valor exatamente igual ao do participante, limitadas a 9% na parcela do salário-de-participação excedente a 10 unidades referenciais do plano, e ainda contribuições para garantir os benefícios de risco (invalidez e morte em atividade e abono anual) e para o custeio administrativo do plano.

No exercício de 2019 a Companhia efetuou contribuições para o plano de contribuição definida no montante de R\$ 5.118 (R\$ 7.838 em 2018).

(b) Parcela de benefício definido do plano de aposentadoria

Os custos e obrigações relacionadas aos benefícios de aposentadoria oferecidos aos seus empregados ao se aposentarem, são registrados com base em laudo de avaliação atuarial específico.

O laudo de avaliação atuarial apurou os benefícios de aposentadoria considerando as definições constantes nos regulamentos, no que diz respeito às elegibilidades, fórmulas de benefício e formas de reajuste.

O laudo atuarial avaliou a parcela de benefício definido, existente no plano, que representa a obrigação construtiva referente às suplementações de aposentadoria por invalidez, de pensão por morte e de abono anual, denominadas Plano de Risco, e a renda de aposentadoria.

1 – Mudança no valor presente das obrigações

	2019	2018
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	45.127	37.449
Custo do serviço corrente	427	584
Custo de juros sobre valor presente da obrigação atuarial	4.028	3.589
(Ganhos)/Perdas atuariais - Experiência	7.219	5.522
(Ganhos)/Perdas atuariais - premissas demográficas	-	(632)
(Ganhos)/Perdas atuariais - premissas financeiras	11.082	1.961
Benefícios pagos pelo plano	(3.688)	(3.346)
Custo de serviço passado - encurtamento do plano	-	-
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	64.195	45.127

2 – Mudança no valor justo dos ativos

	2019	2018
Valor justo dos ativos no início do exercício	86.553	77.525
Retorno real dos investimentos	12.085	11.816
Contribuições pagas pela Companhia	291	557
Benefícios pagos pelo plano	(3.688)	(3.346)
Valor justo dos ativos no final do exercício	95.241	86.552

3 – Mudança no superávit irrecuperável

	2019	2018
Superávit irrecuperável no final do exercício anterior	41.426	40.076
Juros sobre o superávit irrecuperável	3.832	3.980
Mudança no superávit irrecuperável durante o período	(9.817)	(2.629)
Superávit irrecuperável no final do exercício corrente	35.441	41.427

4 – Custos do benefício definido

4.1 – Resultado do exercício	2019	2018
Custo do serviço corrente da Companhia	427	584
Juros líquido sobre o passivo/(ativo) líquido	(15)	(36)
Custo do benefício definido no resultado	412	548

4.2 – Outros resultados abrangentes (ORA)	2019	2018
(Ganhos)/Perdas atuariais de evolução do passivo	7.219	5.522
(Ganhos)/Perdas atuariais de alterações de premissas	11.082	1.329
(Ganhos)/Perdas atuariais que surgiram no período	18.301	6.851
Rendimentos sobre ativos do plano (maior)/menor que taxa de desconto	(8.606)	(4.212)
Mudança no superávit irrecuperável	(9.816)	(2.630)
Remensuração dos efeitos em outros resultados abrangentes	(121)	9

4.3 – Custo do benefício definido	2019	2018
Custo do serviço corrente	427	584
Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo/(ativo)	(15)	(36)
Remuneração dos efeitos reconhecidos em ORA	(121)	9
Custo do benefício definido	291	557

5 – Movimentação do passivo/ativo líquido

5.1 – (Passivo)/ativo líquido	2019	2018
Valor presente da obrigação (VPO)	(64.195)	(45.127)
Valor justo dos ativos	99.636	86.554
(Passivo)/ativo líquido total a ser reconhecido	35.441	41.427

5.2 – Reconciliação do (passivo)/ativo líquido total	2019	2018
(Passivo)/ativo líquido total no início do exercício	-	-
Custo do Serviço	(427)	(584)
Juros líquido sobre o valor líquido de passivo/(ativo)	15	36
Remuneração dos efeitos reconhecidos em ORA	121	(9)
Contribuições pagas pela Companhia	291	557
(Passivo)/ativo líquido total no final do exercício	-	-

6 – Custo estimado do benefício definido para 2020

Custo do serviço corrente	737
Juros líquido sobre passivo (ativo) líquido	(12)
Custo a ser reconhecido no resultado	725

7 – Fluxo de caixa esperado para 2020

Contribuições da Companhia	332
Benefícios pagos pelo plano	3.637

8 – Premissas atuariais

	2019	2018
Ativos por categoria		
Renda fixa	659.271	652.768
Renda variável	131.068	104.309
Investimentos estruturados	83.668	-
Empréstimos	20.085	21.664
	894.092	778.741
Econômicas		
Taxa de desconto	5,25% ao ano	5,68% ao ano
Taxa de crescimento salarial	6,080% ao ano	6,34% ao ano
Inflação	4,00% ao ano	4,25% ao ano
Crescimento de benefícios	4,00% ao ano	4,25% ao ano
Retorno de ativos de longo prazo	9,25% ao ano	9,93% ao ano
Demográficas		
Tábua de mortalidade	AT-2000 (H)	AT-2000 (H)
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO-1980	CSO-1980
Tábua de entrada em invalidez	RGPS 1992-2002 0,55	RGPS 1992-2002 0,55
Tábua de rotatividade	0% até 55 anos	0% até 55 anos
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	100%	100%
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 5 anos mais jovens que maridos	Esposas são 5 anos mais jovens que maridos

9 - Sumário de dados dos participantes

	2019	2018
Empregados ativos e autopatrocinados		
Número	1.328	1.231
Idade média	40,84	40,42
Tempo médio de serviço (anos)	11,45	11,85
Média salarial anual	86.929	84.951
Participantes com benefício assistido		
Número	123	119
Média salarial anual	30.913	28.114

10 – Os ativos do plano são administrados como segue:

Ativos por categoria	2019	2018
Renda fixa	659.271	652.768
Renda variável	131.068	104.309
Investimentos estruturados	83.668	-
Empréstimos	20.085	21.664
	894.092	778.741

16.2 Outros benefícios a empregados

A Companhia oferece ainda outros benefícios a empregados, tais como o plano de assistência médica de autogestão e coparticipativo (referente a despesas realizadas), que se estende aos dependentes dos empregados, denominado Assistência Médica Supletiva (AMS). Esse plano concede aos beneficiários os

serviços de assistência à saúde nos procedimentos ambulatorial, hospitalar, odontológico e farmácia, sendo assegurado por Acordo Coletivo de Trabalho e do qual a Companhia assume integralmente a taxa administrativa. As despesas com outros benefícios foram reconhecidas no resultado conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Remuneração e encargos	(155.378)	(122.332)	(157.896)	(124.152)
Encargos previdenciários	(35.801)	(28.960)	(35.801)	(28.960)
Benefícios de plano de aposentadoria	(5.772)	(8.444)	(5.786)	(8.504)
Vale alimentação	(12.064)	(10.265)	(12.064)	(10.265)
Assistência médica	(11.331)	(14.632)	(11.332)	(14.635)
Outros	(14.706)	(19.617)	(14.809)	(19.800)
	(235.052)	(204.250)	(237.688)	(206.316)

16.3 Pagamentos baseados em ações

Em 2011, foi implantado o plano de incentivo de longo prazo (ILP), com o intuito de atrair, reter e compartilhar o crescimento da Samarco com seus executivos. A cota de ações teóricas (phantom stocks) concedidas ao participante baseia-se em uma fórmula que leva em conta um múltiplo do salário anual de dado participante, calculado conforme o regulamento do plano. As ações teóricas tornam-se exercíveis no terceiro aniversário da data de concessão. A Companhia pode, a qualquer momento, alterar os respectivos regulamentos, suspender ou encerrar o plano.

As ações teóricas são extintas quando o participante se desliga da Companhia, seja por iniciativa desta ou do participante. Se um participante for demitido por justa causa, se aposentar, falecer ou se tornar permanentemente incapacitado, em determinadas condições suas opções teóricas poderão tornar-se exercíveis proporcionalmente ao período entre a data de

concessão e data de rescisão de seu contrato de trabalho. O Comitê de Remuneração determina, a seu exclusivo critério, os direitos dos executivos e profissionais-chave com relação às suas ações teóricas em caso de demissão por motivo não previsto no regulamento do plano de ações teóricas de longo prazo. Adicionalmente, o Comitê de Remuneração poderá, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, alterar o regulamento, suspender ou rescindir o plano de ações teóricas de longo prazo.

O valor justo na data de concessão das ações teóricas foi calculado com base em amostragem Monte Carlo. A volatilidade prevista é estimada por meio da consideração da volatilidade do preço médio histórico das ações de nosso acionista Vale no mercado, considerando um prazo de três anos.

Em decorrência dos prejuízos gerados nos anos de 2019 e 2018 o valor da ação é igual zero, consequentemente, não ocorreu pagamentos nos respectivos anos.

17. SALÁRIOS, PROVISÕES E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

O saldo de salários, provisões e contribuições encontra-se detalhado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Provisão de férias	18.494	16.696	18.541	16.809
INSS de empregados	3.732	3.163	3.732	3.163
FGTS a pagar	1.480	514	1.480	514
Outros	935	929	939	932
	24.641	21.302	24.692	21.418

Desde o rompimento da barragem de Fundão, a Samarco realizou vários esforços para manter sua força de trabalho. Durante esse tempo, a Companhia concedeu férias, férias coletivas e três períodos de lay off (suspensão de contrato para qualificação profissional). Além disso reduziu 1800 postos de trabalho através de PDV – Programa Demissão Voluntária e PDI – Programa de Demissão Involuntária, acordados com os respectivos sindicatos de Minas Gerais e Espírito Santo, adequando-se às necessidades da futura retomada das operações em 26% de sua capacidade produtiva.

18. TRIBUTOS A RECOLHER

O saldo de tributos a recolher encontra-se detalhado abaixo:

		Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
ICMS a recolher		4	9.062	4	9.062
DIFAL de ICMS a recolher		531	210	531	210
REFIS – Recuperação fiscal – tributos parcelados	(a)	143.985	217.591	143.985	217.591
IRRF sobre juros e remessa para exterior	(b)	295.532	203.018	295.532	203.018
IRRF a recolher		4.421	2.611	4.421	2.651
ISS retido		2.773	935	2.773	935
INSS de terceiros a recolher		2.198	1.058	2.198	1.058
Parcelamento IPTU Anchieta	(c)	39.885	-	39.885	-
PIS/COFINS sob receitas financeiras		4.858	3.701	4.858	3.701
Tributos sobre nacionalização de insumos	(d)	78.415	-	78.415	-
Outros		6.432	3.060	6.429	3.058
Total		579.034	441.246	579.031	441.284
Passivo Circulante		451.911	240.199	451.908	240.237
Passivo Não Circulante		127.123	201.047	127.123	201.047
Total		579.034	441.246	579.031	441.284

(a) Em 20 de dezembro de 2013 a Samarco aderiu ao Programa de Parcelamento REFIS IV, conforme Lei nº 12.865/13. A primeira parcela foi paga no momento da adesão. Em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 127.123 (R\$ 201.047 em 31 de dezembro de 2018) refere-se as parcelas de longo prazo, atualizados pela SELIC. As parcelas de curto prazo totalizam um valor de R\$ 16.862 (R\$ 16.544 em 31 de Dezembro de 2017). A consolidação dos débitos foi realizada junto à Receita Federal do Brasil (modalidades “demais débitos” com 101 parcelas a pagar em 31 de dezembro de 2019 e “previdenciários” com 103 parcelas a pagar em 31 de dezembro de 2019) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (modalidade “demais débitos” com 99 parcelas em 31 de dezembro de 2019), respectivamente, em setembro de 2017 e fevereiro de 2018, mantendo-se a empresa regularmente ativa neste parcelamento.

(b) Refere-se basicamente à provisão de tributos incidente sobre:

- (i) os serviços prestados pela controlada Samarco Europe referente à intermediação de vendas de minério de ferro.
- (ii) a provisão de juros incidentes sobre os empréstimos e financiamentos no país.

(c) O mútuo interesse entre a Samarco e o Município de Anchieta em pôr fim aos litígios referentes às discussões de IPTU dos imóveis da empresa nesta municipalidade culminou em transação tributária entre as partes em junho de 2019. Após a transação, devidamente instruída por laudo técnico, chegou-se à definição de que a extensão territorial sujeita a tributação, correspondente a área de expansão industrial, seria de 133 ha.

- (d) Impostos a pagar referente a nacionalização de insumos importados pela Companhia sobre o regime aduaneiro, que não foram consumidos em função da paralisação das operações após o rompimento da barragem de Fundão.

19. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo principalmente questões tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, constituiu provisões para as contingências em montante avaliado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.

Em 2019, as provisões para contingências prováveis estão apresentadas líquidas dos correspondentes depósitos judiciais no montante de R\$ 89.631 (R\$ 83.913 em 2018). O saldo de depósitos judiciais sem provisões relacionadas está registrado no ativo no montante de R\$ 1.906.183 (R\$ 1.849.787 em 2018) e sua composição encontra-se detalhada abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Depósitos judiciais tributários	1.558.689	1.503.828
Depósitos judiciais cíveis	336.941	334.022
Depósitos judiciais trabalhistas	10.385	8.276
Depósitos judiciais ambientais	168	3.661
	1.906.183	1.849.787

Segue movimentação para as provisões para contingências prováveis da Companhia.

	Controladora e Consolidado				
	2017	Adições	Reversões	Encargos	2018
Ações tributárias	82.442	3.933	-	237	86.612
(-) Depósitos judiciais tributários	(70.693)	-	-	(1.738)	(72.431)
Ações cíveis	58.725	376	(6)	(4.890)	54.205
(-) Depósitos judiciais cíveis	(114)	-	-	-	(114)
Ações trabalhistas	61.748	12.453	(15.687)	(4.124)	54.390
(-) Depósitos judiciais trabalhistas	(10.666)	(2.270)	4.036	(2.468)	(11.368)
Ações ambientais	2.013	42	(64)	241	2.232
	123.455	14.534	(11.721)	(12.742)	113.526

	Controladora e Consolidado				
	2018	Adições	Reversões	Encargos	2019
Ações tributárias	86.612	62.138	(4.359)	2.013	146.404
(-) Depósitos judiciais tributários	(72.431)	(2.248)	-	(3.132)	(77.811)
Ações cíveis	54.205	-	(35.110)	(12.003)	7.092
(-) Depósitos judiciais cíveis	(114)	-	9	-	(105)
Ações trabalhistas	54.390	7.863	-	-	62.253
(-) Depósitos judiciais trabalhistas	(11.368)	(1.125)	3.219	(1.508)	(10.782)
Ações ambientais	2.232	-	(1.482)	(481)	269
	113.526	66.628	(37.723)	(15.111)	127.320

A composição das provisões ocorre conforme o quadro a seguir:

		Controladora e Consolidado					
		2019			2018		
		Provisão	Depósitos judiciais	Líquido	Provisão	Depósitos judiciais	Líquido
ECE - ES	(a.1)	41.995	(41.995)	-	39.481	(39.481)	-
ECE - MG	(a.1)	33.567	(33.567)	-	32.951	(32.951)	-
Honorários advocatícios	(a.2)	4.578	-	4.578	8.287	-	8.287
Outros		66.264	(2.249)	64.015	5.893	1	5.894
Ações Tributárias		146.404	(77.811)	68.593	86.612	(72.431)	14.181
Ações cíveis	(a.3)	7.092	(105)	6.987	54.205	(114)	54.091
Ações trabalhistas		62.253	(10.782)	51.471	54.390	(11.368)	43.022
Ações ambientais		269	-	269	2.232	-	2.232
		216.018	(88.698)	127.320	197.439	(83.913)	113.526

(a) Provisões reconhecidas pela Companhia para litígios:

Nota	Descrição	Posição	Controladora e Consolidado	
			2019	2018
(a.1)	Ação judicial visando à declaração de inconstitucionalidade e ilegalidade da exigência dos encargos e aquisição de energia elétrica emergencial, em virtude de vícios técnicos quando da instituição dessas exações.	Ambos os processos (ES e MG) aguardam decisão pelos Tribunais Superiores.	75.562	72.432
(a.2)	Provisão relacionada a honorários advocatícios referentes a processos que estejam classificados como perda remota.	-	4.578	8.287
Outros	Processos relativos à antiga Usina Hidrelétrica Guilman- Amorim, extinta por cisão e posterior incorporação, referentes a inclusão na base de cálculo da COFINS de receita de arrendamento.	Processos aguardando análise de Mandado de Segurança em segunda instância judicial.	66.264	5.893
(a.3)	Provisão constituída para cobrir as perdas potenciais com processos cíveis.	Processos em esfera judicial, em diversas fases processuais.	7.092	54.205
Trabalhistas	Processos trabalhistas relacionados, sobretudo, à aplicação de multas pelos órgãos de controle, além de reclamações trabalhistas ajuizadas por empregados próprios e de terceiros.	Processos nas esferas administrativa e judicial, em diversas fases processuais.	62.253	54.390
Ambientais	Provisão constituída para cobrir as perdas potenciais com processos ambientais	Processos nas esferas administrativa e judicial, em diversas fases processuais.	269	2.232
			216.018	197.439

(b) Contingências possíveis:

A Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não

constituiu provisão para contingências, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas possíveis, sendo os principais:

Descrição	Posição	2019	2018
Autos de Infração referentes à suposta falta de recolhimento da "CSLL" nos anos-calendário de 2007 a 2014 e mandado de segurança envolvendo o período de 2013 em diante.	As cobranças de CSLL 2007/2008 e 2009/2010 estão com exigibilidade suspensa por decisão judicial liminar. Pendente análise referente à multa isolada em última instância administrativa referente ao período de 2007/2008. A exigência da CSLL 2011/2012 está suspensa na esfera administrativa aguardando análise de leading cases pelo STF. Pendente apreciação referente à multa isolada em última instância administrativa. Para o período de 2013 em diante a Samarco possui mandado de segurança com decisão favorável em primeira e segunda instâncias, considerando a inconstitucionalidade da cobrança da CSLL em face da Empresa.	5.771.753	5.491.463
Execução Fiscal relativa aos anos de 2000 a 2003, 2007 a 2008 e Autos de Infração referentes aos períodos de 2009 a 2014 por suposta apuração incorreta do IRPJ em virtude da aplicação da alíquota de 18% sobre o lucro oriundo da exportação de minerais e discussão a respeito da dedutibilidade do custo de aquisição de direito minerário.	Processos relativos ao período de 2000 a 2003 e 2007 a 2008 objeto de cobrança na esfera judicial com garantia integral do débito. Período de 2009 e 2010 com decisão favorável em primeira instância judicial pendente de confirmação em segunda instância. Em relação ao período de 2011 a 2014, aguarda-se decisão definitiva em última instância administrativa.	4.480.468	4.231.469

>> CONTINUA

>> CONTINUAÇÃO

Descrição	Posição	2019	2018
Autos de infração lavrados pela Agência Nacional de Mineração (ANM) por alegado recolhimento a menor da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).	Cobranças relativas ao período de 1991 a 2017. Em relação às execuções fiscais que cobram débitos relativos ao período de 1991 a 2005 houve reconhecimento da prescrição do período de jan/91 a set/98. O período remanescente de out/98 a dez/2005 aguarda julgamento em primeira instância judicial. A cobrança referente ao período de 2008 e 2009 ainda está sob análise de recurso na esfera administrativa. Em Dezembro de 2019 a Samarco recebeu processos de cobrança de CFEM do período de 2010 a 2017. Foram apresentadas impugnações administrativas ainda pendentes de análise pela ANM.	1.640.765	874.453
Execuções Fiscais relativas à base de cálculo da contribuição ao PIS referentes aos períodos de setembro de 1989 a dezembro de 1993.	1 processo aguardando decisão em primeira instância judicial e 1 processo pendente de apreciação pelo juízo de segunda instância.	22.805	22.574
Autos de infração relativos à exigência de contribuições previdenciárias incidentes sobre pagamentos feitos aos seus segurados empregados a título de Participação nos Lucros e Resultados e Prêmio "Campo de Ideias", entre outros assuntos, tais como (i) contribuições sociais supostamente devidas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento, incidentes sobre os pagamentos referidos; (ii) multa por deixar de arrecadar contribuições sociais; e (iii) multa por falta de informações nas GFIPs.	Aguardando análise de recursos administrativos.	5.824	25.973
Glosa de compensação do saldo negativo de IRPJ e CSLL da extinta Usina Hidrelétrica Guilman-Amorim (observação do limite de 30% legalmente previsto).	Pendente análise de recursos administrativos interpostos pela empresa.	11.028	9.017
Glosa de compensação de créditos de PIS e COFINS do período de abril de 2006 a dezembro de 2007 e 2008 a 2010 com débitos de IRPJ de estimativa mensal apurada no mesmo período, entregando as PER/DCOMP individualizadas por trimestre e origem de créditos (créditos de PIS e COFINS).	Processos aguardando análise de recursos administrativos.	310.429	303.378
Autuação referente à cobrança de ICMS nas operações de transferência de energia elétrica da PCH Muniz Freire, de sua propriedade, para consumo em seu estabelecimento industrial de Ponta Ubu, Anchieta/ES.	Publicada sentença favorável em primeira instância, aguardando eventual recurso do Estado do ES para a segunda instância.	36.188	33.296
Execução fiscal e auto de infração emitido pela Prefeitura Municipal de Anchieta em que critica a área onde a planta industrial da Samarco está localizada em Ubu, que está sujeito ao imposto, também exigindo o imposto sobre a área para a qual o ITR é pago. 3 processos (1999 a 2004, 2007 a 2011 e 2012 a 2015) aguardando apreciação no âmbito judicial e 3 no âmbito administrativo (2016 a 2018). 161.162 138.718	Execuções fiscais (2007 a 2011 e 2012 a 2015) e 3 processos administrativos (2016 a 2018). Os processos foram extintos em 2019 em razão do pagamento do débito.	-	161.162
Processos Cíveis relacionados, sobretudo a indenizações a terceiros. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda desses litígios é possível.	Processos na esfera judicial em diversas fases processuais.	1.475.385	1.114.457

>> CONTINUA

>> CONTINUAÇÃO

Descrição	Posição	2019	2018
Processos trabalhistas relacionados, à aplicação de multas pelos órgãos de controle, além de reclamações trabalhistas ajuizadas por empregados próprios e de terceiros.	Processos na esfera judicial em diversas fases processuais.	606.489	415.132
Processos envolvendo riscos ambientais referentes aos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, no que se referem a autuações pelos órgãos de fiscalização.	Processos na esfera judicial em diversas fases processuais.	1.074.161	1.132.733
Autuação cobrando multa regulamentar pela transmissão da EFD-Contribuições com incorreções, referente ao período de 2013.	Acórdão parcialmente favorável obtido em 2ª instância para afastar parte da cobrança. Valor remanescente pendente de análise em Recurso Administrativo à Instância Superior.	57.360	138.638
Outros	-	128.330	126.255
		15.620.985	14.080.000

As provisões para contingências e depósitos relacionados ao rompimento da barragem de Fundão estão descritos na nota explicativa 3(g).

20. PROVISÕES DIVERSAS

		Controladora e Consolidado	
		2019	2018
Provisão energia elétrica	(a)	949	695
Provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica	(b)	4.023.333	2.752.791
Provisão passivo ambiental barragem Germano	(c)	247.429	-
Total circulante		4.271.711	2.753.486

		Controladora e Consolidado	
		2019	2018
Provisão direitos minerários	(d)	112.222	112.222
Provisão com obrigação para desmobilização de ativos	(e)	1.477.776	381.297
Provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica	(b)	8.148.418	6.787.344
Provisão passivo ambiental barragem Germano	(c)	2.286.382	-
Total não circulante		12.024.798	7.280.863

(a) Aquisição de energia para utilização no processo produtivo, não faturada pelas concessionárias no período.

(b) Provisão referente ao rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, conforme divulgado na nota explicativa 3(e).

(c) Em fevereiro de 2019, ocorreu uma mudança na legislação que envolve políticas de segurança de barragens (Lei nº 23.291, de 25 de fevereiro de 2019, instituiu a Política Estadual de Segurança de Barragens). Em consonância com a lei supracitada, a resolução conjunta SEMAD/FEAM nº 2.784, de 21 de março de 2019, decreta, dentre outras determinações, a descaracterização de todas as barragens de contenção de rejeitos que utilizem ou utilizaram o método de alteamento a montante, provenientes de atividades minerárias, existentes no estado de Minas Gerais.

Nesse sentido, o processo de fechamento da barragem de Germano pressupõe a retirada da função de barragem, interrompendo-se o processo de disposição de rejeito (o que a torna uma estrutura inativa), não havendo mais acúmulo de água com formação de lago permanente e requer, dentro de uma visão de longo prazo, a adoção

conjunta de soluções voltadas à estabilidade física, química e biológica da estrutura.

Em 2019 foi constituída a provisão para descomissionamento da barragem de Germano e a movimentação está representada conforme tabela abaixo:

	Controladora e Consolidado
	2019
Saldo em 01 de Janeiro	-
Constituição da provisão	2.557.646
Realização da provisão	(23.835)
Saldo em 31 de dezembro	2.533.811
Passivo Circulante	247.429
Passivo Não Circulante	2.286.382

(d) A Companhia paga à acionista Vale pela cessão de direitos minerários sobre os recursos geológicos de minério de ferro. Esses valores são calculados pela razão de 4% sobre os dividendos pagos (nota explicativa 30).

(e) A movimentação de provisão com obrigação para desmobilização de ativos está representada conforme tabela abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Saldo em 01 de Janeiro	381.297	350.580
Acréscimo de provisão (atualização financeira)	28.156	30.717
Revisões estimadas nos fluxos de caixa	1.068.323	-
Saldo em 31 de dezembro	1.477.776	381.297
Passivo não circulante	1.477.776	381.297

O plano de fechamento conceitual das unidades é elaborado por aproximações sucessivas, em evolução dos níveis de estudos voltados às ações de fechamento ao longo da vida útil do empreendimento até que se alcance o nível de detalhe para projetos executivos próximo ao período de fechamento, que dependem do tipo de operação, da abrangência socioambiental e da vida útil do empreendimento. Este plano abrange um diagnóstico da situação atual dos sites, avalia potenciais impactos e riscos do fechamento dos empreendimentos em diversas esferas como econômica, ambiental, social, jurídica e de engenharia, estabelece medidas a serem adotadas antes, durante e após o fechamento para se alcançar os objetivos desejados e minimizar os riscos, estima um cronograma físico financeiro de fechamento a partir da vida útil dos ativos do empreendimento e estima os custos de fechamento conforme a fase do plano.

A política da Companhia é de revisar esse plano a cada três anos, ou sempre que houver mudanças significativas no empreendimento ou nas condições do entorno. Em dezembro de 2019 o estudo de avaliação de descomissionamento das plantas industriais de Germano, Ubu e Minerodutos foi revisado por uma empresa especializada contratada pela Samarco. Este resultou em um aumento de R\$ 1.068.323 na provisão para desmobilização de ativos.

A provisão para desmobilização de ativos foi baseada em informações atuais incluindo a tecnologia disponível e preços correntes. A provisão constituída foi descontada a valor presente utilizando como taxa de desconto 6,701 % ao ano, baseada nos parâmetros adotados pela Companhia para avaliações econômico-financeiras.

21. DEMAIS PASSIVOS

Os outros passivos estão representados como segue:

		Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Comissões/serviços a pagar no exterior a partes relacionadas (nota 30)	(a)	17.108	17.196	-	-
Demurrage a pagar	(b)	895	1.011	895	1.011
Valores a pagar (materiais/serviços)	(c)	737	722	737	722
Consórcio UHE Guilman-Amorim (nota 2.3(b))		3.510	3.680	3.510	3.680
Multas ambientais Parcelas – SEMAD	(d)	75.500	100.571	75.500	100.571
Passivo de arrendamento		8.240	-	8.240	-
Outros		5.225	6.857	5.307	6.950
Total		111.215	130.037	94.189	112.934
Passivo circulante		61.741	53.433	44.715	36.330
Passivo não circulante		49.474	76.604	49.474	76.604

(a) Refere-se à serviços de marketing prestados pela controlada Samarco Europe.

(b) Valor devido pela Samarco referente ao tempo adicional utilizado no carregamento ou na descarga do produto no porto.

(c) Valores referentes a materiais e bens adquiridos cujo registro fiscal não foi realizado, pois a respectiva nota não havia sido emitida pelo fornecedor. Os bens e materiais, já estão contabilizados em estoque e custo.

(d) Multas ambientais oriundas dos danos causados pelo rompimento da barragem, conforme divulgado na nota explicativa 3(f).

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1 Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é de R\$ 297.025 dividido em ações ordinárias nominativas conforme abaixo:

	Quantidade de ações	% do capital total
BHP Billiton Brasil Ltda.	2.621.653	50
Vale S.A.	2.621.653	50
	5.243.306	100

22.2 Dividendos

Em Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 28 de abril de 2015, foi aprovada a distribuição de dividendos relacionados ao exercício de 2014 no montante de R\$ 2.805.548, sendo que: (i) o montante R\$ 2.104.161 refere-se a dividendos adicionais e ; (ii) o montante de R\$ 701.387 trata-se de dividendos obrigatórios. Devido ao rompimento da barragem de Fundão, os dividendos declarados na AGO e ainda não pagos foram reclassificados para o longo prazo.

Conforme Estatuto Social da Companhia os dividendos obrigatórios são de 25% do lucro líquido nos termos da lei 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia acumulou prejuízo de R\$ 38.262.780 (R\$ 19.038.849 em 31 de dezembro de 2018).

22.3 Resultados abrangentes

		Controladora e Consolidado	
		2019	2018
Estoques		131.923	119.792
Imobilizado e Intangível		10.394.926	9.732.415
Empréstimos e Financiamentos		12.418	14.124
Custo		1.119.875	974.089
Variação cambial		(11.077.396)	(9.340.802)
Outros	(a)	307.412	127.257
Ajustes acumulados de conversão	(b)	889.158	1.626.875
Remensuração de benefício pós-emprego	(c)	(4.020)	(4.141)
		885.138	1.622.734

- (a) O montante refere-se à ajustes acumulados de conversão de adiantamento a fornecedores, custo amortizado de empréstimos, receita antecipada, custo de produtos vendidos e outras (receitas) despesas, líquidas.
- (b) Referem-se às variações cambiais resultantes da conversão do balanço patrimonial e do resultado do exercício da moeda funcional Dólar norte-americano para a moeda de apresentação das demonstrações financeiras, Real.
- (c) Referem-se aos ganhos e perdas atuariais de evolução do passivo, alterações de hipóteses, rendimentos sobre os ativos do plano e mudança no superávit irrecuperável (nota explicativa 16).

23. RECEITAS

A Companhia atua no mercado de mineração provendo suas receitas mediante a comercialização de pelotas de minério de ferro: PDR - Pelota para redução direta e PBF - Pelota para alto-forno. O excedente da produção de concentrado de minério de ferro é comercializado como finos (pellet feed).

Devido ao rompimento da barragem de Fundão e subsequente suspensão das licenças de exploração, as operações foram temporariamente suspensas, não havendo produção no período, conforme divulgado na nota explicativa 1.

Em 2019 e 2018, a Companhia realizou vendas para o mercado interno e externo, comercializando pelotas para o Brasil e pellet feed para países das Américas. Além das receitas de produtos e subprodutos, a Companhia obteve receitas com excedentes de energia elétrica e receitas com serviços logísticos no porto de sua propriedade, tais como aluguel de rebocadores e disponibilização de áreas.

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Pelotas - País	10.843	-
Finos - Exterior	-	18.781
Energia elétrica	38.545	59.981
Disponibilização de Berço do Porto	12.139	26.536
Outros produtos e serviços	3.752	11.116
Total da receita bruta	65.279	116.414
Impostos sobre vendas	(8.088)	(11.141)
Frete sobre vendas	-	(386)
Receita líquida	57.191	104.887

24. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

Os custos dos produtos vendidos estão representados a seguir:

		Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Conversão de moeda		(145.786)	(114.542)	(145.786)	(114.542)
Venda de energia elétrica		(8.986)	(17.215)	(8.986)	(17.215)
Disponibilização de Berço do Porto		(4.985)	(4.196)	(4.985)	(4.196)
CFEM		(300)	(898)	(300)	(898)
Capacidade ociosa	(a)	(768.531)	(566.032)	(768.531)	(566.032)
Amortização direto de uso	(b)	(19.582)	-	(19.582)	-
Provisão (reversão) para reforço instalações da barragem	(c)	(10.561)	46.171	(10.561)	46.171
Outros		2.750	(24.081)	2.722	(24.042)
Custos dos produtos vendidos		(955.981)	(680.793)	(956.009)	(680.754)

(a) Após o rompimento da Barragem de Fundão, as operações do complexo de Mariana foram suspensas, conforme divulgado na nota explicativa 1. Consequentemente, as operações da unidade de Ubu, ES, também foram afetadas. Dessa forma, os custos fixos de ambas as unidades da Samarco, incorridos após o rompimento da barragem de Fundão até 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram alocados diretamente ao custo, na rubrica “capacidade ociosa” detalhado a seguir:

	2019	2018
Insumos	(974)	(1.478)
Materiais	(56.197)	(29.053)
Serviços	(201.421)	(131.787)
Mão de Obra	(148.994)	(137.989)
Energia Elétrica	(30.713)	(27.612)
Depreciação	(179.823)	(183.510)
Reforço Estrutural Barragens	(76.629)	(48.993)
Outros	(73.780)	(5.610)
Total circulante	(768.531)	(566.032)

Parte do saldo registrado na rubrica “capacidade ociosa”, no valor de R\$ 76.629 (R\$ 48.993 em 2018), refere-se aos serviços de terceiros destinados para a manutenção e reparação das instalações da Samarco afetadas pelo rompimento da barragem divulgado na nota explicativa 3(i).

- (b) Amortização de contratos de arrendamento conforme nota explicativa 12.
- (c) Provisão referente ao rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, conforme divulgado na nota explicativa 3(i).

25. DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas com vendas				
Serviços contratados	(15.716)	(13.403)	(15.950)	(13.603)
Despesas com pessoal	(13.897)	(12.078)	(16.533)	(14.144)
Depreciação e amortização	(9.142)	(9.151)	(9.175)	(9.272)
Materiais auxiliares	(6.036)	(3.509)	(6.036)	(3.509)
Despesas de embarque, líquidas	-	(101)	-	(101)
Provisão (reversão) para perda de créditos de liquidação duvidosa	(3)	10.948	(3)	10.948
Reversão (provisão) tributos sobre remessa para exterior	45	(2.746)	45	(2.746)
Despesas comerciais das controladas (nota 30)	(3.744)	(5.136)	-	-
Despesas atividades manutenção	(4.612)	(3.636)	(4.612)	(3.636)
Despesas gerais	(3.499)	(1.645)	(4.073)	(2.814)
Total	(56.604)	(40.457)	(56.337)	(38.877)
Despesas gerais e administrativas				
Serviços contratados	(10.857)	(8.561)	(10.857)	(8.561)
Despesas com pessoal	(42.612)	(41.577)	(42.612)	(41.577)
Depreciação e amortização	(752)	(672)	(752)	(672)
Materiais auxiliares	(131)	(57)	(131)	(57)
Despesas gerais	(5.400)	(4.568)	(5.400)	(4.568)
Total	(59.752)	(55.435)	(59.752)	(55.435)

26. OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

O saldo de outras despesas operacionais, líquidas, encontra-se detalhado abaixo:

		Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Provisão para plano de reestruturação - PDV		(123)	(629)	(123)	(629)
Reversão para perdas sobre ICMS – ES		4.530	1.685	4.530	1.685
Provisões (reversões) para contingências		(29.096)	5.862	(29.096)	5.862
Provisão (reversão) para recuperação socioambiental e socioeconômica	(a)	(1.955.076)	2.894.783	(1.955.076)	2.894.783
Despesa com recuperação ambiental e socioambiental	(a)	(200.210)	(146.602)	(200.210)	(146.602)
Provisão aporte de acionistas na Fundação Renova	(a)	(2.508.000)	(2.091.011)	(2.508.000)	(2.091.011)
Provisão descomissionamento barragem Germano		(2.533.811)	-	(2.533.811)	-
Despesas com passivo ambiental barragem Germano		(23.835)	-	(23.835)	-
Provisão perda desvalorização ativo – UGC (nota 12 e 13)		(9.705.110)	-	(9.705.110)	-
Despesas Tributárias		(190.691)	(33.748)	(190.691)	(33.736)
Despesas com Investimentos e projetos sociais		(13.603)	(6.811)	(13.603)	(6.811)
Despesas Fundação Renova	(a)	(490.000)	(323)	(490.000)	(323)
Multas provenientes recuperação ambiental e sociambiental	(a)	(195)	-	(195)	-
Gastos com pesquisas (nota 13)		(19.602)	(27.471)	(19.602)	(27.471)
Honorários advocatícios e periciais		(10.075)	(3.436)	(10.075)	(3.436)
Ajuste de estoque (almojarifado)		(3.657)	(108)	(3.657)	(108)
Provisão para baixa ativo permanente		-	(5.459)	-	(5.459)
Alienação de imobilizado		134	-	134	-
Reversão para capitalização de despesas (nota 12)		329.290	-	329.290	-
Outras provisões		(27.135)	(944)	(27.135)	(944)
Outras, líquidas		940.624	115.878	940.610	114.903
Conversão de moeda	(b)	(194.525)	(2.218)	(194.525)	(2.218)
Total		(16.630.166)	699.448	(16.630.180)	698.485

(a) Provisões e despesas referentes ao rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, conforme divulgado na nota explicativa 3.

(b) O efeito das variações a taxa de câmbio refere-se à conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional (dólar norte-americano) para a moeda de apresentação (real).

27. RESULTADO FINANCEIRO

O detalhamento do resultado financeiro está representado como segue:

		Controladora e Consolidado	
Receita financeira		2019	2018
Rendimento sobre depósitos judiciais	(a)	71.878	87.302
Rendimentos com aplicações financeiras		1.326	272
Descontos obtidos		196	98
Outras receitas financeiras		4.642	3.588
Receitas financeiras - consolidado		78.042	91.260
Receitas registradas das controladas		(4)	(3)
Receitas financeiras – controladora		78.038	91.257

		Controladora e Consolidado	
Despesas financeiras		2019	2018
Encargos sobre empréstimos e financiamentos		(1.023.697)	(900.807)
Juros sobre contingências	(a)	10.517	(564)
Juros moratórios e fiscais		(13.517)	(30.055)
Comissões e juros bancários		(19.825)	(35.932)
IRRF sobre juros - remessa para exterior		(92.450)	(85.749)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras		(1.834)	(23.216)
Despesas financeiras provisão recuperação socioambiental e socioeconômica	(b)	(665.979)	(1.227.167)
Despesas financeiras com passivo de arrendamento		(843)	-
Outras despesas financeiras		(38.297)	(38.743)
Despesas financeiras - consolidado		(1.845.925)	(2.342.233)
Despesas registradas das controladas		6	5
Despesas financeiras controladora		(1.845.919)	(2.342.228)

(a) Refere-se a atualização dos depósitos judiciais e das provisões para contingências referentes aos processos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais.

(b) Atualização financeira das provisões referentes ao rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, conforme divulgado na nota explicativa 3.

O saldo de variação cambial está representado como segue:

Variações cambiais	2019	2018
Caixa	(4)	(6.826)
Clientes	184	(46.879)
Tributos a recuperar	(4.540)	(268.501)
Depósitos judiciais	(83.845)	(301.140)
Fornecedores	1.162	2.257
Salários, provisões e contribuições sociais	791	2.940
Tributos a recolher	(6.097)	36.313
Dividendos	119.204	452.334
Contingência	3.312	4.287
Imposto de renda diferido	39.566	63.990
Outras Contas a Pagar País partes relacionadas	195.483	406.043
Provisões Diversas	628.508	-
Outras	(3.270)	67.745
Variações cambiais, líquidas – consolidado	890.454	412.563
Variações cambiais, líquidas – registradas das controladas	63	5
Variações cambiais, líquidas – controladora	890.517	412.568

28. IMPOSTO DE RENDA

A Companhia está sujeita à tributação do imposto de renda pela alíquota de 18% sobre o lucro decorrente de exportações incentivadas e 25% sobre a parcela não incentivada.

28.1 Imposto de renda a pagar

A seguir, apresentamos a movimentação de imposto de renda a pagar:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo do início do exercício	-	-	143	104
Provisões do período	-	7.093	23	7.132
Pagamentos	-	(7.093)	-	(7.093)
Saldo do final do exercício	-	-	167	143

28.2 Imposto de renda diferido

A Companhia possui imposto de renda diferido registrado no ativo não circulante constituído sobre provisões temporariamente não dedutíveis pelas alíquotas de 18% e 25%, de acordo com a aplicação de cada provisão como ajuste do lucro decorrente de exportações incentivadas ou ajuste do lucro real, respectivamente.

Em função da incerteza da retomada das atividades operacionais da Companhia (nota explicativa 1b), foi realizada uma análise referente a realização do imposto de renda diferido constituído até 31 de dezembro de 2019.

E, por entender que os lucros fiscais futuros e passíveis de tributação a alíquota de 25% não serão suficientes para suportar a utilização do imposto de renda diferido e do

prejuízo fiscal, a Companhia optou por efetivar a baixa do Imposto de renda diferido.

28.3 Imposto de renda diferido sobre os itens não monetários

As demonstrações financeiras foram convertidas da moeda funcional Dólar norte-americano (US\$) para o Real (R\$), que é a moeda de apresentação, enquanto a base de cálculo do imposto de renda sobre ativos e passivos é determinada na moeda Real (R\$). Dessa forma, a flutuação na taxa pode ter um efeito significativo no valor das despesas de imposto de renda, principalmente sobre os ativos não monetários.

Composição do imposto de renda diferido de itens monetários e não monetários, líquidos:

Valores constituídos pela alíquota de:	2019			2018		
	25%	18%	Total	25%	18%	Total
Provisão para perdas sobre ICMS – ES	371.535	-	371.535	372.667	-	372.667
Provisão para baixa de ativo Imobilizado	1.365	-	1.365	1.365	-	1.365
Provisão para ações cíveis	1.713	-	1.713	13.481	-	13.481
Provisão para ações tributárias	15.895	9.827	25.722	13.271	1.129	14.400
Provisão para ações Trabalhistas	15.538	-	15.538	13.573	-	13.573
Provisão para ações ambientais	67	-	67	558	-	558
Provisão para direitos minerários	28.055	-	28.055	28.055	-	28.055
Provisão recuperação socioambiental e socioeconômica	5.265.515	-	5.265.515	3.347.159	-	3.347.159
Provisão com obrigação para desmobilização de ativos	60.435	-	60.435	53.396	-	53.396
Variação Cambial não realizada	861.939	-	861.939	574.423	-	574.423
Provisão Impairment	2.426.280	-	2.426.280	-	-	-
Prejuízo fiscal	3.048.001	-	3.048.001	2.592.281	-	2.592.281
Provisão para perda do Prejuízo Fiscal	(3.048.001)	-	(3.048.001)	(2.592.281)	-	(2.592.281)
Outras	117.606	-	117.606	67.125	-	67.125
Provisão para perda do ativo	(9.014.430)	-	(9.014.430)	(3.921.581)	-	(3.921.581)

>> CONTINUA

>> CONTINUAÇÃO

	2019			2018		
Total ativo consolidado	151.513	9.827	161.340	563.491	1.129	564.620
Conversão – diferença de moeda funcional	-	(1.894.321)	(1.894.321)	-	(1.775.950)	(1.775.950)
Depreciação fiscal	-	(1.082.854)	(1.082.854)	-	(926.851)	(926.851)
Receita financeira sobre depósito judiciais	(151.296)	-	(151.296)	(129.843)	-	(129.843)
Total passivo consolidado	(151.296)	(2.977.175)	(3.128.471)	(129.843)	(2.702.801)	(2.832.644)
Total líquido consolidado	217	(2.967.348)	(2.967.131)	433.648	(2.701.672)	(2.268.024)
Provisões registradas nas controladas	(217)	-	(217)	(206)	-	(206)
Total líquido controladora	-	(2.967.348)	(2.967.348)	433.442	(2.701.672)	(2.268.230)

A expectativa de realização do imposto de renda diferido de conversão e de Depreciação Fiscal encontra-se detalhada abaixo:

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 8 anos	De 8 a 10 anos	Mais de 10 anos	Total 2019
Outras	-	-	-	-	-	9.827	9.827
Conversão – diferença de moeda funcional	-	-	-	-	-	(1.894.321)	(1.894.321)
Depreciação fiscal	-	-	-	-	-	(1.082.854)	(1.082.854)
Total consolidado	-	-	-	-	-	(2.967.348)	(2.967.348)
Provisões nas controladas	217	-	-	-	-	-	217
Total controladora	217	-	-	-	-	(2.967.348)	(2.967.131)

28.4 Imposto de renda no resultado

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Prejuízo antes do imposto de renda	(18.522.577)	(1.810.158)	(18.522.516)	(1.810.104)
Diferença de moeda funcional - art.62 da Lei 12.973/2014	(1.395.505)	(2.909.139)	(1.395.505)	(2.909.139)
Prejuízo líquido tributável	(19.918.082)	(4.719.297)	(19.918.021)	(4.719.243)
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(876)	(3.176)	-	-
Lucros auferidos no exterior	186	673	186	673
Multas fiscais não dedutíveis	8.452	1	8.452	1
Doações não dedutíveis	5.477	4.122	5.477	4.122
Outras adições (exclusões) permanentes	147	250	(782)	(2.980)
Diferenças temporárias:				
Adição da Provisão para Recuperação Socioambiental e Socioeconômica	7.673.427	377.224	7.673.427	377.224
Provisão para baixa de ativos imobilizado	-	5.459	-	5.459
Depreciação Fiscal	(623.560)	(654.320)	(623.560)	(654.320)
Rendimentos s/ Dep. Judiciais	(68.213)	(87.037)	(68.213)	(87.037)
Outras adições (exclusões) temporárias	244.095	104.043	244.095	104.043
Variação Cambial Não Realizada	834.153	2.297.692	834.153	2.297.692
Impairment	9.705.110	-	9.705.110	-
Prejuízo fiscal	(2.139.684)	(2.674.366)	(2.139.676)	(2.674.366)
Alíquota nominal	25%	25%	25%	25%
Imposto de renda apurado	534.921	668.592	534.921	668.592
Imposto de renda diferido depreciação fiscal	(156.005)	(163.693)	(156.005)	(163.693)
Imposto de renda diferido rendimentos Dep.Judiciais	(17.053)	(21.759)	(17.053)	(21.759)
Imposto de renda diferido depreciação adições (exclusões) temporárias	5.178.145	126.086	5.178.145	126.086
Variação Cambial Não Realizada	208.538	574.423	208.538	574.423
Imposto de renda das empresas do exterior	-	-	(61)	(54)
Provisão para Perda Imposto de renda diferido Ad.Temporarias	(5.875.808)	(668.729)	(5.875.808)	(668.729)
Provisão para perda de prejuízo fiscal	(455.721)	(664.699)	(455.721)	(664.699)
Imposto de renda diferido de conversão	(118.371)	(517.171)	(118.371)	(517.171)
Imposto de renda no resultado	(701.354)	(666.950)	(701.415)	(667.004)
Alíquota efetiva	4,47%	36,84%	4,47%	36,84%

A seguir, apresentamos a composição da receita (despesa) de imposto de renda segregado entre corrente e diferido:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto de renda corrente	-	-	(61)	(54)
Imposto de renda diferido prejuízo fiscal	532.685	668.592	532.685	668.592
Provisão para perda de imposto de renda diferido prejuízo fiscal	(534.921)	(664.675)	(534.921)	(664.675)
Provisão para imposto de renda diferido	5.295.061	515.032	5.295.061	515.032
Provisão para Perda Imposto de renda diferido	(5.875.808)	(668.729)	(5.875.808)	(668.729)
Imposto de renda diferido sobre itens não monetários	(118.371)	(517.170)	(118.371)	(517.170)
Despesas de imposto de renda diferido e corrente	(701.354)	(666.950)	(701.415)	(667.004)

29. COMPROMISSOS (COMMITMENTS)

A Companhia possui contratos de longo prazo para o fornecimento de matéria-prima, serviços e compras de imobilizado, conforme mostra a tabela a seguir:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 2019
Gastos de capital para ampliação e renovação de imobilizado	111.425	16.834	-	-	-	128.259
Serviços e outros	1.022.376	398.244	189.695	38.082	-	1.648.397
Aquisição de minério de ferro	-	177.152	163.528	337.302	525.300	1.203.282
Fornecimento de energia e matéria-prima	188.357	217.244	312.853	238.735	-	957.189
Custos de fretamento e logística	2.692	-	-	-	-	2.692
	1.324.850	809.474	666.076	614.119	525.300	3.939.819

Os *commitments* demonstram os compromissos que a Samarco possui que são as obrigações contratuais de longo prazo com os fornecedores para renovação e ampliação de ativo fixo, bem como para a prestação de serviços diversos objetivando a manutenção das unidades fabris e administrativas, aquisição de minério de ferro junto a terceiros, fornecimento de energia e insumos, assim como custos de fretamento com embarques.

Devido ao rompimento da barragem de Fundão, a Companhia realizou algumas ações em relação aos seus *commitments* conforme divulgado na nota explicativa 3.

30. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de transações com partes relacionadas estão detalhados abaixo:

Ativo circulante		Acionistas		Controladas		Controladora		Consolidado	
		BHP	Vale	Samarco Finance	Samarco Europe	2019	2018	2019	2018
Contas a receber (Nota 6)	(a)	-	88	1.656	-	1.744	1.649	88	88
Ativo não circulante									
Adiantamento a fornecedores	(b)	-	44.085	-	-	44.085	44.085	44.085	44.085
Imobilizado	(c)	-	12.026	-	-	12.026	12.627	12.026	12.627
Passivo circulante									
Fornecedores (Nota 14)		-	323	-	-	323	2.028	323	2.028
Outros passivos (comissões/serviços a pagar)		-	-	-	17.108	17.108	17.196	-	-
(Nota 21)		2.409.060	2.409.060	-	-	4.818.120	3.712.111	4.818.120	3.712.111
Empréstimos e Financiamentos (Nota 15)		59.734	59.734	-	-	119.468	82.954	11.468	82.954
Encargos Financeiros		59.734	59.734	-	-	119.468	82.954	119.468	82.954
Passivo não circulante									
Dividendos (Nota 22)		1.402.774	1.402.774	-	-	2.805.548	2.805.548	2.805.548	2.805.548
Direitos Minerários (Nota 20)	(d)	-	112.222	-	-	112.222	112.222	112.222	112.222
Outras Contas a Pagar País – Partes Relacionadas	(e)	3.178.250	3.178.249	-	-	6.356.499	3.848.499	6.356.499	3.848.499
Demonstração do resultado									
Receitas	(a)	-	-	-	-	-	1.373	-	1.373
Despesas com vendas, gerais e administrativas (Nota 25)		-	-	-	(3.744)	(3.744)	(5.136)	-	-
Outras despesas (receitas) operacionais líquidas (Nota 26)	(e)	(1.254.000)	(1.254.000)	-	-	(2.508.000)	(2.091.011)	(2.508.000)	(2.091.011)
Despesas financeiras		(58.263)	(58.266)	-	-	(116.529)	(42.509)	(116.529)	(42.509)

- (a) O saldo de contas a receber e receitas da controlada Samarco Finance refere-se à venda de minério de ferro, adquirido da Controladora e vendido no mercado externo a terceiros.
- (b) Pagamento antecipado de R\$ 44.085, à Vale pelo arrendamento parcial dos direitos minerários de "Conta História Norte" e "Alegria" (áreas de exploração minerária). A Vale é responsável pela manutenção integral dos direitos até a data de averbação do arrendamento, pela autoridade competente.
- (c) Bens cedidos em comodato para a Vale.
- (d) A Companhia celebrou em novembro de 1989, com a Vale, um contrato de transferência de direitos minerários para exploração de jazidas de minério de ferro. O contrato rege que a Vale cedeu e transferiu à Samarco direitos de exploração sobre duas reservas minerais.

O valor do contrato observou o pagamento dos direitos minerários: (i) Pagamento único efetuado no montante de R\$ 19.972, e (ii) Pagamentos variáveis correspondentes a 4% sobre o valor bruto dos dividendos pagos pela Samarco aos seus acionistas até a exaustão das reservas.

O preço pactuado no contrato não é fixo, sendo estabelecido como um percentual sobre os dividendos brutos pagos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não houveram pagamentos.

- (e) Aporte dos Acionistas Vale e BHP Billiton Brasil para a Fundação Renova, conforme divulgado na nota explicativa 3(h).

Remuneração do pessoal-chave da administração.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da administração estão apresentados a seguir:

	2019	2018
Remuneração (i)	11.287	4.979
Plano de assistência médica	53	47
Previdência privada	470	1.789
Seguro de vida	72	56
	11.882	6.871

- (i) Inclui ordenados, salários e indenização.

São consideradas pessoas chave da Administração os membros da diretoria e os gerentes gerais.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

31.1 Gestão de risco financeiro

A Companhia possui instrumentos financeiros inerentes às suas operações, representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras em caixa restrito, contas a receber, outros ativos, fornecedores, empréstimos e financiamentos, encargos financeiros a pagar e outros passivos.

A Administração desses instrumentos visa assegurar a máxima liquidez, rentabilidade e segurança possíveis. A gestão financeira leva em conta a análise da exposição ao risco que a Administração

pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.) e das políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia, sempre aprovadas por seu Comitê de Finanças.

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco.

31.2 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
	Custo Amortizado	Custo amortizado	Custo Amortizado	Custo amortizado
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	62.617	79.981	65.792	82.322
Aplicações financeiras em caixa restrito	2.505	1.919	2.505	1.919
Contas a receber	11.126	7.654	9.502	6.093
Outras contas a receber (nota 9)	14.662	10.688	14.662	10.688
Demais ativos (nota 10)	10.330	7.021	10.395	7.089
Total do ativo circulante	101.240	107.263	102.856	108.111
Ativo não circulante				
Demais ativos (nota 10)	16.416	16.747	16.416	16.942
Total do ativo	117.656	124.010	119.272	125.053
Passivo circulante				
Fornecedores	252.065	76.439	252.122	76.455
Empréstimos e financiamentos	20.233.138	18.530.227	20.233.138	18.530.227
Encargos financeiros a pagar	2.831.708	1.844.328	2.831.708	1.844.328
Demais passivos (nota 21)	61.741	53.433	44.715	36.330
Total do passivo circulante	23.378.652	20.504.427	23.361.683	20.487.340
Passivo não circulante				
Demais passivos (nota 21)	49.474	76.604	49.474	76.604
Total do passivo	23.428.126	20.581.031	23.411.157	20.563.944

31.3 Fatores de risco financeiro

As atividades regulares da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de mercado (incluindo risco de preço, risco de taxa de juros e risco de taxa de câmbio) e risco de liquidez, conforme segue:

(a) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia subordina-se às normas de crédito fixadas por sua Administração, objetivando mitigar riscos de não recebimento das vendas em aberto e aquelas a serem realizadas. A Companhia utiliza uma metodologia interna para a classificação de risco de crédito para cada contraparte, baseada em informações quantitativas (como preços de mercado, ratings de crédito externos e informações financeiras da contraparte), bem como informações

qualitativas (posição estratégica da contraparte e o histórico de relacionamento comercial). Com base no risco de crédito atribuído para a contraparte, a Companhia utiliza as seguintes estratégias para mitigação do risco: pagamento antecipado, descontos de recebíveis, seguros, cartas de crédito, garantias corporativas e bancárias, entre outros.

A receita bruta de vendas foi de R\$ 65.279 em 2019 (R\$ 116.414 em 2018), enquanto a perda de crédito esperada em 2019 foi de R\$ 13.490 (R\$ 13.423 em 2018), no Consolidado.

A exposição ao risco de crédito dos recebíveis está distribuída conforme tabela abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Oriente Médio / África	20,2%	20,4%
Ásia (exceto China)	79,8%	79,6%

(i) Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem impactos inesperados em função da oscilação das taxas de juros incidentes sobre ativos e passivos financeiros, bem como da inflação. A maior parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2019 é estabelecida em Dólares norte-americanos. Do total dos empréstimos e financiamentos R\$ 8.977 milhões são relacionados a taxas fixas e R\$ 11.256 milhões a taxas flutuantes, sendo estas correspondentes majoritariamente à variação da LIBOR acrescida de "spread" contratual. A Companhia não possui proteção para a variação da LIBOR, em conformidade com suas diretrizes internas e de seus acionistas. O risco de taxa de juros decorre também de pequena parcela da dívida referenciada ao IGP-DI e de aplicações financeiras referenciadas a Selic.

(ii) Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras (moedas diferentes da moeda funcional) utilizadas pela Companhia para aquisição de insumos e/ou serviços nacionais, pagamento de tributos, dividendos e outros. A Companhia possui os seguintes ativos e passivos, em Reais, que podem exercer influência, sobre o resultado da mesma, pela variação da taxa de câmbio:

(¹) Exposição do ativo	Consolidado	
	2019	2018
Ativo circulante		
Caixas e equivalentes de caixa	564	34
Caixa restrito	1.355	838
Contas a receber no País	4.081	1.087
Tributos a recuperar	6.056	80.552
Despesas antecipadas	3.175	1.457
Outras contas a receber	14.662	10.688
Demais ativos	10.395	7.021
Ativo não circulante		
Depósitos judiciais	1.906.183	1.849.787
Tributos a recuperar	76.743	76.741
Demais ativos	16.416	16.747
	2.039.630	2.044.952

(²) Exposição do passivo	Consolidado	
	2019	2018
Passivo circulante		
Fornecedores	(250.918)	(70.333)
Empréstimos, financiamentos e encargos	(5.109.558)	(3.961.355)
Salários e contribuições sociais	(24.692)	(21.302)
Tributos a recolher	(451.908)	(240.199)
Provisões diversas	(4.271.711)	(2.753.486)
Demais Passivos	(43.820)	(34.595)
Passivo não circulante		
Tributos a recolher	(127.123)	(201.047)
Provisões para contingências	(127.320)	(113.526)
Imposto de renda diferido	(2.967.131)	(2.268.230)
Dividendos	(2.805.548)	(2.805.548)
Provisões diversas	(12.024.798)	(7.280.863)
Outras Contas a Pagar País – Partes Relacionadas	(6.356.499)	(3.848.499)
Demais passivos	(49.474)	(76.604)
	(34.610.500)	(23.675.587)

(3) Exposição não registrada no balanço:

	2019	2018
Ações tributárias		
Expectativa de perda remota	(2.663.665)	(2.308.485)
Expectativa de perda possível	(12.464.950)	(11.417.678)
Ações trabalhistas		
Expectativa de perda remota	(6.575)	(5.121)
Expectativa de perda possível	(606.489)	(415.132)

	2019	2018
Ações cíveis		
Expectativa de perda remota	(10.072)	(8.805)
Expectativa de perda possível	(1.475.385)	(1.114.457)
Ações ambientais		
Expectativa de perda remota	(340)	(2.470)
Expectativa de perda possível	(1.074.161)	(1.132.733)

Resumo da exposição de taxa de câmbio	2019	2018
Exposição registrada no balanço ⁽¹⁺²⁾	(32.570.870)	(21.630.635)
Exposição não registrada no balanço ⁽³⁾	(18.301.637)	(16.404.881)
Exposição líquida total	(50.872.507)	(38.035.516)

A Companhia não realiza operações financeiras de proteção aos seus ativos e passivos em Reais, em conformidade com suas diretrizes internas. Os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data da elaboração das demonstrações financeiras, sendo US\$1,00 equivalente a R\$ 4,0301 em 31 de dezembro de 2019 e US\$ 1,00 equivalente a R\$ 3,8742 em 31 de dezembro de 2018.

(iii) Qualidade do crédito dos ativos financeiros**Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo				
Grau de Investimento (Investment Grade)	62.616	79.981	65.792	82.322
	62.616	79.981	65.792	82.322

Foram incluídas nessa categoria contas correntes e aplicações financeiras em bancos.

Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contrapartes com Classificação Externa de Crédito (S&P)				
Grau de Investimento (<i>Investment Grade</i>)	-	-	7	7
Contrapartes sem Classificação Externa de Crédito (S&P)				
Grupo 1 – clientes com até 5 anos de relacionamento	1.656	1.592	1.666	1.602
Grupo 2 – clientes com mais de 5 anos sem histórico de inadimplência	-	-	-	-
Grupo 3 – clientes com mais de 5 anos com baixo histórico de inadimplência	10.659	10.246	10.659	10.246
Grupo 4 – clientes no país e que não são de minério de ferro	10.569	7.661	10.659	7.661
	22.975	19.499	22.991	19.516

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na probabilidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir suas obrigações nos prazos devidos.

A Administração da Companhia tem enfrentado desafios em sua gestão de risco de liquidez, em decorrência da suspensão de suas operações produtivas após o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, como, por exemplo, o não cumprimento de certas obrigações presentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos. A liquidez da Companhia em 2019 foi suportada por recursos provindos de seus Acionistas, via emissão de debêntures privadas não conversíveis, como detalhado na nota explicativa 15.

Os valores contábeis dos fluxos de caixa dos passivos financeiros (excluindo empréstimos e contas a pagar a acionistas) são:

	Consolidado		
	2020		
	Valor	Até 12 meses	1 – 10 anos
Fornecedores	252.122	252.122	-
Empréstimos e financiamentos	20.233.138	20.233.138	-
Encargos financeiros a pagar	2.831.708	2.831.708	-

O valor dos fluxos de caixa não descontados contratados está demonstrado assim:

Passivos financeiros	Consolidado				
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	2020		2021
			0 - 6 meses	6- 12 meses	
Fornecedores	252.122	252.122	250.610	1.495	-
Empréstimos e financiamentos	20.233.138	20.233.138	20.233.138	-	-
Encargos financeiros	2.831.708	2.831.708	2.831.708	-	-
Total	23.316.967	23.316.967	23.315.455	1.495	-

Conforme explicado na nota explicativa 3(e), além dessas obrigações financeiras constantes na tabela, há aquelas estabelecidas nos termos do TTAC, que afetam a liquidez da Companhia. É importante ressaltar que, na medida em que a Samarco não disponha de recursos para cumprir com tais obrigações financeiras, cada um de seus acionistas, Vale e BHP Billiton Brasil o fará, conforme suas participações de 50% cada no capital social da Samarco.

(c) Análise de sensibilidade

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão vinculados à variação da Libor para financiamentos de longo prazo e do IGP-DI para operações no país.

Com o intuito de identificar a sensibilidade do indexador, nas dívidas de natureza de longo prazo, ao qual a Companhia estava exposta em 31 de dezembro de 2019, foram definidos três cenários diferentes, de forma a abranger o período dos 12 meses seguintes. Com base no índice acumulado de IGP-DI e na taxa Libor válida para 6 meses, vigentes em 31 de dezembro de 2019, a Companhia definiu um cenário provável e outros dois cenários adicionais, a partir do primeiro - cenários II e III, com elevação de 25% e 50%, respectivamente.

	Risco	Cenário provável I	Cenário II	Cenário III
Empréstimos e financiamentos no exterior	Libor	1,9121% a.a.	2,3901% a.a.	2,8681% a.a.
Juros em 31 de dezembro de 2019		125.039	156.298	187.558
Empréstimos e financiamentos no país	IGP-DI	5,3598% a.a.	6,6997% a.a.	8,0397% a.a.
Juros em 31 de dezembro de 2019		335	419	502

A simulação considera os saldos das respectivas dívidas (em dólar e em moeda local) em 31 de dezembro de 2019 com repagamento apenas no final do período.

De forma a identificar a sensibilidade de variações decorrentes de moeda estrangeira às quais a Companhia estava exposta em 31 de dezembro de 2019, foram definidos três cenários diferentes para as contas ativo e passivo, sendo que os cenários II e III contemplam redução da taxa cambial de 25% e 50%, respectivamente, a partir do primeiro, denominado cenário provável I.

Passivo financeiro	Exposição (R\$)	Cenário provável I (US\$)	Cenário II (US\$)	Cenário III (US\$)
Taxa cambial - (Risco - R\$/US\$)		4,0301	3,0226	2,0151
Total ativo	2.039.630	506.099	674.799	1.012.198
Total passivo	(34.610.500)	(8.588.000)	(11.450.667)	(17.176.001)
Exposição líquida em Reais registrada no balanço	(32.570.870)	(8.081.901)	(10.775.868)	(16.163.803)

31.4 Garantias bancárias

Conforme demonstrado no quadro abaixo, a Companhia possui fianças bancárias de instituições financeiras emitidas por prazo indeterminado, em sua maioria para garantia de suspensão de exigibilidade de processos de execução fiscal no montante total, atualizado em 31 de dezembro de 2019, de R\$ 1.219.870 (31 de dezembro de 2018 R\$ 2.039.114). O montante total originalmente contratado é de R\$ 1.080.468.

As fianças foram renegociadas durante o ano de 2019 para taxas mais atrativas, e seus saldos foram atualizados de acordo com os saldos das CDAs. Houve também a baixa de fianças cujos contratos foram encerrados.

Banco	Valor contratado	Valor atualizado	Indexador	Prazo
Bradesco	607.850	518.804	Selic	Indeterminado
Bradesco	27.956	51.007	VRTE	Indeterminado
Votorantim	100.948	215.380	Selic	Indeterminado
Itaú	276.052	434.679	Selic	Indeterminado
Itaú	67.662	-	IPCA-E	Indeterminado
Total	1.080.468	1.219.870		

31.5 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a liquidez, gerenciando o custo do capital de forma a minimizá-lo, e, ao mesmo tempo, oferecer retorno sustentável e adequado aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração usualmente monitora seu nível de endividamento, alinhado à sua política de dividendos, que, por sua vez, segue as diretrizes dos acionistas.

Em condições normais de operação, a Companhia monitora e gerencia os níveis de alavancagem financeira de acordo com os padrões de mercado, sua estratégia e o cumprimento de índices financeiros previstos em contratos de empréstimos e financiamentos na forma de financial covenants (Net Debt/EBITDA). O Net Debt/EBITDA é um

índice que corresponde à dívida líquida em comparação com a geração de caixa da Companhia, medida pelo EBITDA. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Em 2019, com suas atividades operacionais ainda paralisadas, a Companhia não conseguiu cumprir o limite do Net Debt/ EBITDA de 4:1 em seus contratos financeiros.

Adicionalmente, demonstramos o cálculo do índice de alavancagem financeira considerando a dívida líquida como um percentual do capital total. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida como abaixo:

	2019	2018
Total dos empréstimos e financiamentos	23.064.846	20.374.555
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras em caixa restrito	(68.297)	(84.241)
Dívida líquida	22.996.549	20.290.314
Total do patrimônio líquido	(37.078.141)	(17.116.614)
Total do capital	(14.081.592)	3.173.700
Índice de alavancagem financeira	(163%)	639%

Em condições normais, a análise dos referidos indicadores, suporta o processo de gestão de capital de giro, de forma a manter o grau de alavancagem da Companhia em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem que a Administração considera adequado.

31.6 Hierarquia de valor justo

A Companhia considera "valor justo" como o preço que seria obtido na venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação entre participantes do mercado na data da mensuração (preço de saída). A Companhia utiliza os dados de mercado ou de premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, incluindo premissas acerca de riscos e os riscos inerentes aos inputs utilizados na técnica de avaliação. A Companhia aplica principalmente a abordagem de mercado para recorrer à mensuração do valor justo e se esforça para utilizar a melhor informação disponível. Consequentemente, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de inputs observáveis e minimiza o uso de inputs não observáveis. A Companhia é capaz de classificar os saldos de valor justo com base nos inputs observáveis.

A hierarquia do valor justo é usada para priorizar os inputs utilizados para mensurar o valor justo. Os três níveis de hierarquia de valor justo são os seguintes:

- Nível 1. Mercado ativo: preço cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis para a troca ou organizados por operadores do mercado de balcão, por corretores, ou por associações de mercado por entidades que visam ter preços divulgados por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento sem mercado ativo, o valor justo é avaliado

através de uma metodologia de avaliação / pricing. Outros critérios podem ser utilizados, tais como os dados do valor justo de outro instrumento atual que é substancialmente o mesmo, uma análise de fluxo de caixa descontado e modelos de precificação de opções. A técnica de avaliação visa determinar qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca isenta de outros interesses e motivada por considerações comerciais.

- Nível 3. Sem mercado ativo: instrumentos de capital próprio - Valor justo de investimentos em ações/participações acionárias ou patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em um mercado ativo e derivativos que estão ligados a eles e que devem ser liquidados mediante a entrega de ações/participações não negociadas.

	Saldo em 2019	Hierarquia de valor justo		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras em caixa restrito	68.297	68.297	-	-
Empréstimos e financiamentos	20.233.138	8.837.406 ^(*)	11.395.732	-

(*) Valor referente apenas aos Bonds, os demais empréstimos e financiamentos foram classificados como nível 2.

O valor justo dos passivos financeiros relacionados aos empréstimos e financiamentos, cujos saldos contábeis são mensurados ao custo amortizado, é calculado conforme a seguir:

	2019		2018	
	Valor contábil	Valor justo estimado	Valor contábil	Valor justo estimado
Bonds (i)	10.609.125	7.028.624	9.696.246	7.497.124
EPPs (export pre payments) (ii)	7.346.162	6.336.065	6.716.954	6.348.052
Outros	5.109.556	4.732.669	3.961.355	3.938.687
	23.064.843	18.097.358	20.374.555	17.783.863

(i) O valor justo das operações de bonds é obtido pela cotação do título no mercado secundário (utilizado o valor de fechamento, informado pela *Bloomberg*);

liquidez suficiente, o cálculo do valor justo também foi feito com base na cotação dos bonds no mercado secundário.

(ii) Para as operações de empréstimo na modalidade EPP (Export Pre-Payment), as operações de debêntures e outras operações de valores pouco representativos, que não possuem divulgação em mercado secundário de dívida, ou para as quais o referido mercado não apresenta

A Administração entende que os demais instrumentos financeiros, tais como contas a receber e fornecedores, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores justos.

32. COBERTURA DE SEGUROS

A fim de mitigar parcialmente os riscos e considerando a natureza de suas operações, a Companhia mantém sob contrato diversas modalidades de apólices de seguro. As apólices estão em linha com a política de gestão de riscos, as diretrizes de seus comitês de gestão e são semelhantes às apólices contratadas por outras empresas na mesma linha de negócios da Samarco. As coberturas dessas apólices incluem: seguro de vida e de acidentes pessoais, frota de veículos, seguros de responsabilidade civil, riscos diversos, garantias e outros.

A apólice de Responsabilidade Civil para a planta paralisada com vencimento em 10 de outubro de 2020, encontra-se em processo de renovação com o mercado segurador. As coberturas de (i) poluição súbita e (ii) barragens, em razão do incidente ocorrido foram excluídas da apólice em vigor.

Além disso, a Samarco mantém uma apólice de seguro de responsabilidade global com cobertura para diretores e administradores, com vigência até março de 2021. Este seguro cobre os membros do conselho de administração, diretoria, conselho fiscal e qualquer outro órgão mencionado no estatuto social, bem como determinados empregados nos níveis de administração e estratégicos, tanto na Companhia como em suas controladoras (coletivamente denominadas "Seguradas"). A apólice cobre perdas financeiras resultantes de reclamações contra o segurado por atos e omissões no exercício de suas funções de contratação. Abrange também os acordos previamente autorizados pela seguradora com a finalidade de encerrar ações judiciais ou administrativas e cobertura para pagamento de custos de defesa do segurado, se e quando incorridos.

O seguro de riscos operacionais da Samarco encontra-se ainda suspenso de contratação devido a interrupção temporária de suas atividades operacionais. Entretanto, a Companhia mantém o relacionamento com o mercado segurador no que diz respeito ao seguro patrimonial, no intuito de restabelecer a contratação do seguro de suas atividades, assim que possível.

É mantido em vigor desde 2017 o seguro de garantia pecuniária que tem por finalidade atender aos termos do TAC – Termo de ajustamento e conduta com o Ministério Público em sua 12ª Vara Federal de Belo Horizonte/MG, conforme descrito em nota explicativa 3(m).

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 12 de Março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou a pandemia do Coronavírus (COVID-19). A Samarco está monitorando o surto do COVID-19, assim como seus possíveis impactos nos negócios da Companhia.

Nesse sentido, a Samarco criou um Comitê de Crise em 16/03/2020, formado por profissionais de diversas especialidades que atuam, continuamente, para gerir as ações de resposta à pandemia. Para garantir a saúde e segurança da força de trabalho, a Companhia implantou algumas ações como (i) o regime de home office para seus empregados e contratados da área administrativa, empregados acima de 60 anos e gestantes; (ii) profissionais que fazem parte do grupo de risco em que suas atividades não possibilitam a adoção do home office, foram liberados temporariamente; e (iii) trabalho de forma escalonada, em sistema de revezamento semanal, em suas operações para atividades prioritárias, mandatórias e legais.

Até o presente momento, a Administração não possui elementos suficientes e necessários para avaliar, de forma confiável, os potenciais impactos desta pandemia nas suas posições patrimoniais e financeiras da Companhia.

Em 13 de abril de 2020, o juiz da 12ª Vara Federal proferiu decisão destinando parte dos recursos da garantia prestada judicialmente, no âmbito dos acordos firmados nas ACP's de R\$ 20.000.000 e R\$ 155.000.000 para o custeio dos programas de reparação decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão, para ações de saúde pública dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo em função da pandemia do novo coronavírus.

Serão destinados R\$ 120 milhões, aplicados em CDBs de titularidade BHP e Vale, para apoiar as medidas estaduais no combate à crise da Covid-19, sendo que Minas Gerais receberá R\$ 84 milhões e o Espírito Santo, R\$ 36 milhões. A decisão do juiz Mário de Paula Franco Júnior atende o pedido apresentado pelos governos estaduais para que o montante seja aplicado exclusivamente na aquisição de bens de capital e de consumo duradouro como, por exemplo, ventiladores pulmonares e monitores multiparamétricos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Membros efetivos

David James Crawford
Ivan Malekzadeh Fadel
Paulo Fernando Teixeira Souto de Souza
Vagner Loyola

Suplentes

Atif Nazir Janjua
Josimar Pires
Luis Fernando Madella Athayde

DIRETORIA

Rodrigo Alvarenga Vilela
Diretor-presidente e Diretor de Operações

Cristina Morgan Cavalcanti
Diretora Financeira

Reuber Luiz Neves Koury
Diretor de Planejamento e Projetos

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Lucas Brandão Filho
Contador - CRC-MG 046442/O – TES